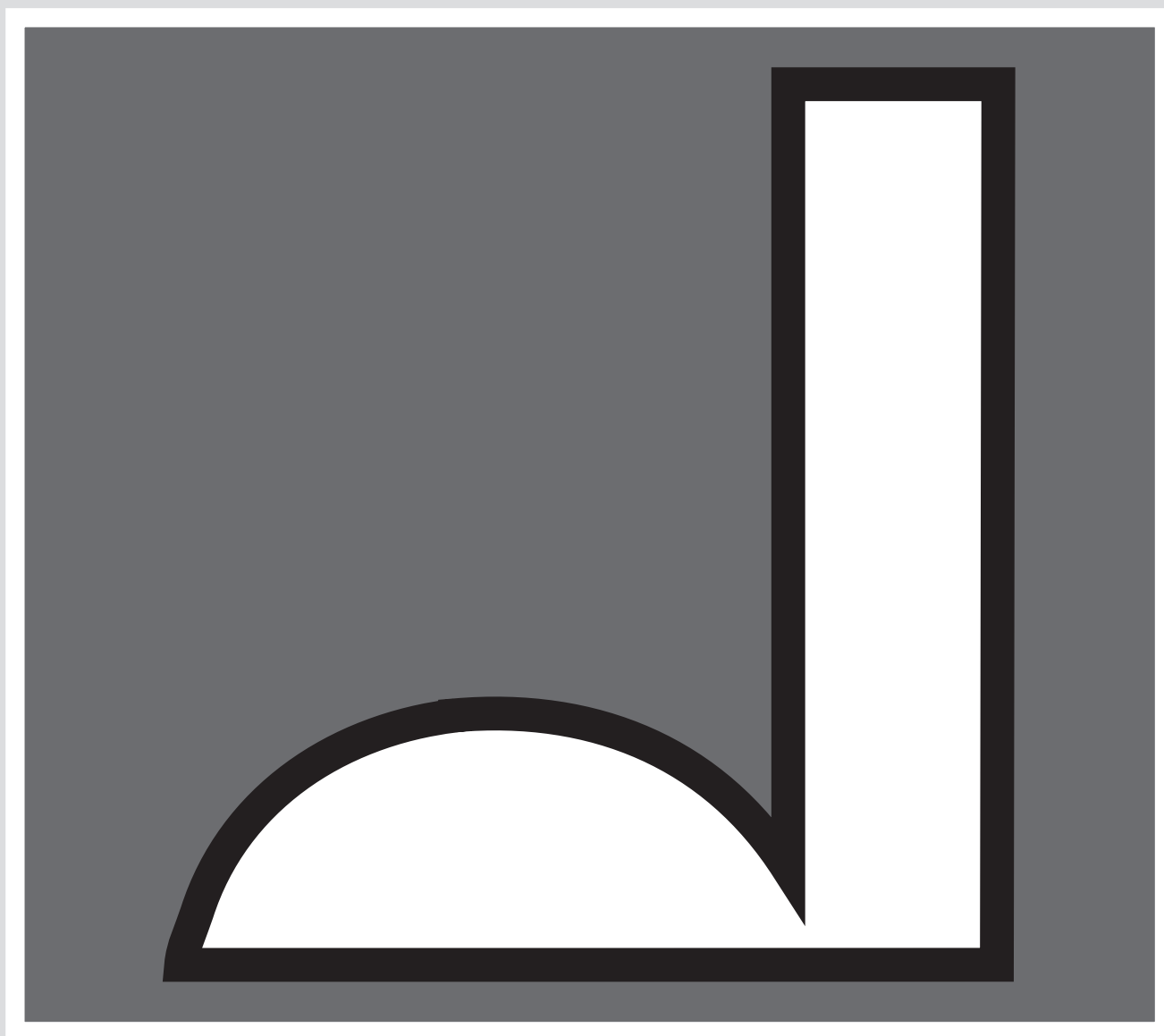




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 020 - TERÇA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR– 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 5, DE 2006

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 271, de 26 de dezembro de 2005**, que *“autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 25 de fevereiro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 13 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 272, de 26 de dezembro de 2005**, que *“altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS; 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social - GESS; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial - GDAMP”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 25 de fevereiro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 13 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 7, DE 2006

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 273, de 27 de dezembro de 2005**, que *“abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$516.132.994,00, para os fins que especifica”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 26 de fevereiro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 13 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 2006(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua Emenda de 21 de outubro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua Emenda de 21 de outubro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 13 de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 11-2-2006.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 41ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente à Hora do Expediente da presente sessão que será destinada a homenagear os aposentados e pensionistas brasileiros, de acordo com o Requerimento nº 75, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores..... 04600

1.2.2 – Oradores

Senador Paulo Paim 04600

Senador Ramez Tebet 04607

Senador Alvaro Dias 04608

Senadora Heloísa Helena..... 04610

Senador Romeu Tuma 04611

Senador Mão Santa 04613

Senador Efraim Morais 04615

Senador Ney Suassuna (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno)..... 04619

O SR. PRESIDENTE (Senador Alvaro Dias)

– Associando-se às homenagens prestadas..... 04619

1.2.3 – Suspensa às 15 horas e 49 minutos, à sessão é reaberta às 16 horas e 7 minutos

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Críticas às desigualdades na distribuição de recursos aos Estados pelo Governo Lula..... 04620

SENADOR TIÃO VIANA – Defesa do Estado do Acre, em razão das palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães..... 04625

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Críticas aos investimentos feitos pelo Governo Lula. 04627

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Leitura de Nota da Liderança do PSDB, intitulada “Dia Nacional da Impunidade” 04628

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comemoração hoje, dia 13 de fevereiro, do “Dia Nacional da Impunidade” e o episódio Waldomiro Diniz como iniciador das denúncias de corrupção no atual governo. 04628

SENADOR RODOLPHO TOURINHO, como Líder – Crise de energia que afetará o Nordeste e

a elevação do preço do gás natural. Leitura do editorial “A recaída da Petrobras, publicado no jornal

O Estado de S. Paulo..... 04631

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Associa-se às palavras do Senador Rodolpho Tourinho... 04642

SENADOR JOSÉ SARNEY – Pesar pelo falecimento do ex-deputado, radialista e jornalista Nicolau Tuma. 04642

SENADOR TASSO JEIREISSATTI – Pesar pelo falecimento do radialista e jornalista Nicolau Tuma. 04643

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Homenagem a Nicolau Tuma, falecido no último sábado. 04643

1.3 – ORDEM DO DIA

Item Único

Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2005 (nº 4.514/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Apreciação transferida para a sessão de amanhã, nos termos de acordo mantido com as Lideranças partidárias 04643

1.3.1 – Leitura de requerimentos

Nº 157, de 2006, de urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2006, que altera os limites do Parque Nacional de Brasília. Aprovado. 04644

Nº 158, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista e jornalista Nicolau Tuma, ocorrido sábado, dia 11 de fevereiro, na cidade de São Paulo. Aprovado, após usar da palavra o Senador Romeu Tuma, havendo o Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, associado-se às homenagens prestadas..... 04644

Nº 159, de 2006, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2006. Aprovado. 04649

1.3.2 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2006 (nº 2.139/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua Emenda de 21 de outubro de 2005. Aprovado, após Parecer nº 113, de 2006-Plen, proferido pelo Relator, Senador José Sarney. 04649

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Coincidências entre as datas do aniversário do PT e do caso Waldomiro Diniz. 04652

SENADOR ALBERTO SILVA – Apelo para que sejam montadas usinas de biodiesel no País, assim como um pólo sucroalcooleiro no Estado do Piauí. Proposta de criação de um organismo para cuidar do combustível alternativo no Brasil. 04654

SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Relato dos acidentes ocorridos em rodovias do Estado de Santa Catarina, apelando no sentido de que sejam duplicadas as BR 282 e BR 470. 04657

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Registros de ações do Governo Lula em relação ao País e, em especial, à Amazônia. 04658

SENADOR RAMEZ TEBET, como Líder – Comentários sobre matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, de hoje, intitulada “Lula privilegia governadores aliados com liberação de verbas”, sublinhando as necessidades do Estado de Mato Grosso do Sul. 04660

SENADOR CÉSAR BORGES – Renegociação das dívidas dos produtores rurais. Leitura de trechos do artigo “Um cenário desolador”, publicado na **Folha de S.Paulo**, de autoria de Marco Antonio Villa. 04662

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Solidariedade aos policiais civis e militares e ao Corpo de Bombeiros de Roraima, por terem sido desvalorizados em votação na Assembléia Legislativa do Estado, que tratou da remuneração e gratificação dessas categorias de servidores. 04667

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Registro da homenagem prestada pela Universidade Federal do Tocantins aos Senadores e Deputados Federais que representam o Estado, em razão do trabalho de fortalecimento do ensino superior naquela unidade da federação. 04668

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro do falecimento do empresário catarinense Ronaldo Baugartenen, ocorrido hoje. 04669

O SR. PRESIDENTE (Senador Mão Santa) – Associa-se à manifestação de pesar expressa pelo Senador Leonel Pavan. 04669

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Contestação de pronunciamentos feitos em plenário sobre o Partido dos Trabalhadores. 04669

SENADOR GILVAM BORGES – Aprovação de matéria relativa à construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá. 04670

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Aler-
ta às autoridades com relação à seca do Nordeste

e apelo para que sejam liberados recursos para a região. 04671

SENADOR MÃO SANTA – 26 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores. Apelo para que o PT medite sobre os rumos do partido. 04672

SENADOR ALMEIDA LIMA – 26 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores. Críticas à atuação do Ministro Márcio Thomaz Bastos à frente da Pasta da Justiça. 04673

1.3.4 Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALMIR AMARAL – Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2002, que determina a reserva de vagas de estacionamento em benefício dos idosos e pessoas portadoras de deficiência com dificuldades de locomoção. 04674

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Avaliação sobre o Governo do Presidente Lula. Considerações sobre a ética do Partido dos Trabalhadores. Questionamento sobre procedimento da operadora Vivo, de telefonia celular. 04675

SENADOR ROMERO JUCÁ – Recebimento do Relatório de Gestão 1999-2002/2003-2005, da Diretoria de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar. 04690

SENADOR PEDRO SIMON – Sugestões para melhorar o sistema previdenciário do Brasil. 04690

1.3.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 04691

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 13-2-06

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 41ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 13 de fevereiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Efraim Moraes, Papaléo Paes,
Alvaro Dias, Romeu Tuma, Mão Santa e Gilvam Borges*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

(Registro de Comparecimento das Sras.
e dos Srs. Senadores)

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período: 13-2-2006 07:54:40 até 13-2-2006 21:03:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLCY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RÁMEZ TEBET	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PFL	SP	ROMÉU TUMA	X	
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	

Compareceram: 63 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nos termos do **Requerimento nº 75, de 2006**, de autoria do Exmº Sr. Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores signatários, o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear os aposentados e os pensionistas brasileiros.

De pé, peço para ouvirmos o Hino Nacional, sob a voz da vocalista Sônia de Menezes Lyra.

(Procede-se à execução do Hino Nacional brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Agradeço à nossa vocalista Srª Sônia Menezes Lyra e ao tecladista Paulo Hahon, cujos nomes eu gostaria que constassem da Ata.

Concedo a palavra, como primeiro inscrito, para a honra desta Casa, ao Senador Paulo Paim.

V. Exª dispõe de dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma; Senador Papaléo Paes, que está na Mesa; Senador Alvaro Dias; Senadora Heloísa Helena; Senador Ramez Tebet; demais Senadores e Senadoras, esta sessão tem como objetivo homenagear os aposentados e os pensionistas do nosso País, mas, com certeza, também servirá para fazermos uma reflexão sobre a situação do nosso povo, da nossa gente.

Sr. Presidente, meus caros amigos e amigas, aposentados e pensionistas do nosso País, sei que muitos nos escutam neste momento pela Rádio Senado e que outros estão assistindo a esta sessão pela televisão. Saúdo, neste momento, todos vocês. A todos um forte abraço! Espero que esta sessão, não só pelas minhas palavras, mas pelas palavras também dos Senadores e das Senadoras, traga esperança e, principalmente, benefícios a todos vocês.

Sr. Presidente, nesta reflexão, gostaria de começar meu pronunciamento dizendo que não é justo tratar pessoas que trabalham a vida inteira como se não fossem ninguém, desrespeitando seus direitos e ignorando as dificuldades que enfrentam em seu dia-a-dia.

Infelizmente, a política dos sucessivos governos para o reajuste de benefícios dos aposentados do setor público – vamos usar esse exemplo – tem sido massacrante. Com o discurso de que o custeio

das aposentadorias é um fardo para a União e que é preciso reduzir um déficit – do qual discordo –, foram aprovadas inúmeras reformas na Previdência.

Por causa de um déficit, com o qual, repito, não concordo, a União reluta em dar aos aposentados e pensionistas os mesmos reajustes e benefícios concedidos aos servidores na ativa. Isso é inaceitável, é inadmissível.

O direito à paridade foi confirmado na Emenda Constitucional nº 47/05. É preciso que se cumpra o que manda a Constituição. É questão de honra, de princípios, o cumprimento da paridade entre ativos e inativos. Essa situação humilhante que estão vivendo nossos aposentados e pensionistas, que deram a sua vida por este País, tem de ter fim. É preciso dar um basta a essa situação.

Companheiro Edson, do Mosap, acompanho a tua luta em defesa dos Servidores Públicos e Aposentados durante décadas e décadas. É preciso que o Senado da República demonstre nesta sessão que está disposto a uma grande mobilização em defesa dos aposentados e pensionistas do setor público.

Sr. Presidente, se nos fosse perguntado agora qual é a situação dos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência, diríamos que é tão grave quanto a do servidor público. Darei alguns dados.

De 1991 a 1994, houve uma redução dos vencimentos da ordem de 20%. Pois bem, de 1995 a 2005, essa redução pode chegar a mais ou menos 78%.

Em 1995, foram dados 42,86% de aumento para o salário mínimo e também para os aposentados; em 1996, 12% para o mínimo e 15% para os aposentados, ou seja, 3% a mais; em 1997, 7,14% para o mínimo e 7,76% para os aposentados, ou seja, 0,62% a mais; em 1998, 3,52% a menos – aí começa a grande defasagem; em 1999, foram dados 4,61%, foi igual; em 2000, 5,22% a menos; em 2001, 11,55% a menos em relação ao percentual dado ao salário mínimo; em 2002, 1,91%; em 2003, 0,19% a menos; em 2004, 3,8% a menos; em 2005, 9,03% a menos. E tudo indica que, em 2006, poderá ser de até 12% a diferença, para menos, em relação ao percentual dado ao salário mínimo.

Sr. Presidente, por que trago esses dados? Primeiro, para demonstrar que, em alguns anos, foi possível, meu amigo Marcílio, até dar um reajuste maior sem que isso tivesse como consequência a quebra da Previdência. Por que em outros anos se passou a dar praticamente a metade ou um terço do valor concedido ao mínimo para os aposentados? Se isso não mudar em breve, muito em breve, todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência vão estar ganhando somente um salário mínimo.

Fiz um cálculo rápido para demonstrar algumas coisas aqui, mas antes de falar sobre isso ressalto que gostaria que esta sessão fosse não só do discurso, não só do afago, mas que fosse uma sessão para refletirmos sobre a situação do aposentado em nosso País.

Em 1995, quando tínhamos algo em torno de dezesseis milhões de aposentados, oito milhões ganhavam salário mínimo. Dez anos depois, com um universo de mais ou menos 24 milhões de aposentados, já não é mais a metade, mas 66% dos aposentados que ganham um salário mínimo, ou seja, 16% a mais de aposentados e pensionistas passaram a ganhar somente um salário mínimo. Aumenta o número de pessoas que ganham um salário mínimo e diminui o número daqueles que estavam ganhando mais do que um salário mínimo. É uma situação, de fato, grave.

Sr. Presidente, os aposentados e pensionistas estão pedindo apenas que o Congresso Nacional aprove, via projeto de lei ou emenda constitucional, a possibilidade de voltarem a receber o número de salários mínimos que recebiam na época em que se aposentaram.

Falam muito que a Previdência está falida. Vou citar, a propósito disso, alguns dados rapidamente: em 1999, foram desviados exatos R\$3,31 bilhões da Seguridade para outros fins. A sangria nos cofres da seguridade continua: em 2000, foram desviados R\$2,6 bilhões; em 2001, R\$13,2 bilhões; em 2002, R\$13,6 bilhões. E aí vamos notar que, nos últimos dez anos, mais de R\$40 bilhões da seguridade foram destinados para outros fins que não têm nada a ver com a nossa Previdência.

Diante desse quadro, Sr. Presidente, estamos insistindo muito para que o Projeto nº 58/2003 seja aprovado. A propósito, quero aqui aplaudir a Cobap e todo o movimento sindical, que vêm trabalhando nesse sentido e recolhendo assinaturas – já recolheram mais de um milhão de assinaturas. Num primeiro momento, a Cobap era liderada por João Lima e, hoje, é presidida pelo companheiro Benedito Marcílio, ex-Deputado Federal. Cumprimento a Copab e todos os líderes sindicais que estão nessa caminhada. Cumprimento também o presidente do Sindicato dos Aposentados da CUT, da Força Sindical, da CGT, que também estão encampando essa luta liderada pela Cobap.

Sr. Presidente, é fundamental que consigamos que esta Casa aprove esse projeto de lei e, se for necessário, até mesmo uma emenda constitucional. É inadmissível a situação em que se encontram hoje os aposentados e pensionistas do nosso País.

D. Josefa, V. S^a foi uma lutadora também nessa área.

Não estou falando tudo o que está neste pronunciamento, mas algumas coisas não podem ser omitidas: “Destine-se R\$1 bilhão da Seguridade para o Ministério do Planejamento, R\$3 bilhões da Seguridade para o Judiciário, o Legislativo, os setores do Executivo”.

Não quero ficar só nos números. Quero mais, nesta oportunidade, quero fazer um grande chamamento a todos os líderes dos trabalhadores, do campo e da cidade. É preciso que façamos uma campanha nacional pela valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas, e somente vocês podem fazer isso acontecer – vocês, que estão hoje aqui nas galerias, que deram a vida por este País; vocês que estão aqui, no plenário, que fizeram este momento acontecer. Tenho certeza de que essa grande mobilização, essa grande cruzada nacional em defesa dos aposentados e pensionistas vai fazer com que o Congresso Nacional delibere para que vocês possam voltar a receber o número de salários mínimos que recebiam na época em que se aposentaram. Essa é a grande cruzada que temos que fazer em todo o País.

Além disso, eu queria lembrar aos líderes aqui presentes que também temos que trabalhar pela revogação do fator previdenciário. Vocês sabem, tanto quanto eu, o que significa o fator previdenciário: um redutor nos vencimentos, em torno de 30%, no ato da aposentadoria da mulher; e de 25%, no caso do homem. Nesse sentido, inclusive, apresentei projeto que está em debate na Câmara e no Senado há alguns anos. Espero, portanto, ver o fator previdenciário revogado.

E mais, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, espero que as centrais sindicais e os trabalhadores que estão na ativa entendam que eles serão os próximos a serem atingidos pelo fator previdenciário, caso não seja revogado, pois a forma como o cálculo é feito é algo inadmissível.

Pergunto, às vezes, para este ou aquele trabalhador se ele sabe como calcular a sua aposentadoria. A maioria diz que não sabe. A fórmula é a seguinte: $F = TC \times A : ES \times 1 + D \times TC \times A : 100$. É claro que ninguém entendeu nada. Até eu, que sou Senador da República e atuo nesta área há tanto tempo, tenho dificuldade para fazer esse cálculo.

O que é “F”? Fator previdenciário. E “ES”? Expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria. “TC” é o tempo de contribuição no momento da aposentadoria; “D”, a expectativa da aposentadoria e da idade. De fato, não dá para entender.

Baseado neste fato é que estamos fazendo um apelo às próprias centrais sindicais e confederações, que estão aqui presentes, para que façamos uma grande cruzada nacional por dois motivos: primeiro, para que os aposentados voltem a receber o número

de salários mínimos que recebiam à época em que se aposentaram, PL Nº 58; segundo, a revogação imediata do famigerado fator previdenciário que reduz os benefícios de todos vocês.

Sr. Presidente, na conclusão, também quero dizer que, neste ano, teremos campanha para Deputado Estadual, Deputado Federal, para Senador, Governador e para Presidente da República. Eu gostaria muito que vocês perguntassem a todos os candidatos qual o compromisso que eles têm com os benefícios dos aposentados. E gostaria muito que os candidatos conversassem, dialogassem – principalmente os candidatos a Presidente da República – com os idosos, aposentados, pensionistas e com todos os outros segmentos sociais.

E digo isso porque os idosos, no meu entendimento, são o segmento que tem a maior força política do País. Qual a casa que não tem um idoso? Qual a casa que não tem um amigo ou um vizinho que é idoso, aposentado ou pensionista? Então, por que não são ouvidos ou atendidos em suas demandas? Por que são chamados apenas a votar e, depois, são descartados? Por que permitimos que isso aconteça?

Eu digo a vocês: coragem! Vocês precisam dar um basta nesse quadro de desrespeito aos nossos aposentados e pensionistas. Se vocês querem, vão conseguir, mas há apenas um caminho: o da mobilização e da união. Sem cobrança vocês não conseguirão aquilo a que vocês têm direito.

Nesse sentido, gostaria de convidar todos os idosos do País para participarem do que chamo de uma cruzada nacional em defesa dos aposentados e pensionistas da área pública e privada. Cruzada nacional em defesa do direito de envelhecer com dignidade.

Vocês podem contar, com certeza, com as nossas vozes e o nosso coração nesta caminhada tão importante. Coragem! Vamos à cruzada nacional pela vida!!! Nosso sonho é possível. Coragem para enfrentar essa grande mobilização.

Aposentados do Brasil e pensionistas, nosso sonho é possível!!!! Afinal, como disse na sua canção o poeta Raul Seixas:

“Sonho que sonha só é só um sonho que se sonha só;

Mas sonho que se sonha junto é realidade.”

Quero continuar a sonhar junto com vocês para mostrar que é possível envelhecer com dignidade no nosso País, no nosso Brasil!!!

Que Deus ajude a todos nós nesta grande Cruzada Nacional!!!

Encerro o discurso dizendo-lhes que não adianta haver aqui o PL nº 58, não adianta haver uma emenda para derrubar o fator previdenciário, não adianta haver uma emenda constitucional para fazer revogar o que diz hoje a Constituição em matéria de direitos perdidos dos aposentados a partir de 1998 se não houver uma grande mobilização.

E sei, Marcílio e meus companheiros líderes sindicais das Centrais e Confederações, que vocês estão dispostos a isso. Ainda acredito que poderemos, por este País, fazer grandes caminhadas, a exemplo de outros países, inclusive de Primeiro Mundo, onde nada, nada é feito sem que aposentados e pensionistas sejam ouvidos. Sei que muitos vão dizer: “Já estamos caminhando um pouco devagar devido à idade. Estamos sem dinheiro para essa mobilização”. Mas eu diria a vocês quase num apelo, como disse o poeta: não podemos sonhar sozinhos. Não nos deixem sós. O Congresso só vai votar e o Presidente da República, seja ele quem for, só vai atender aos seus sonhos se houver uma grande mobilização e uma grande pressão.

Vivam os aposentados e pensionistas! Viva a Cruzada Nacional em defesa de vocês, aposentados e pensionistas do nosso País! Muito obrigado a todos. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros amigos e amigas aposentados e pensionistas do nosso País que estão aqui hoje, que nos escutam pelo rádio, que nos vêem pela televisão, eu saúdo a vocês todos com meu abraço forte e espero que minhas palavras possam traduzir a honra que sinto em estar aqui prestando esta homenagem.

Eu gostaria de falar um pouco sobre este momento importante que é o momento da aposentadoria.

Aposentar não somente rima com abrigar, com agasalhar, mas de fato tem este significado. Aposentar é acolher.

Talvez seja exatamente isto que vocês desejam sentir, que são valorizados quando decidem que é chegado o tempo de encerrar sua jornada de trabalho e passar a usufruir os frutos que plantaram em sua luta diária que soma longos anos.

Vocês aposentados e pensionistas querem um abrigo seguro e a garantia de que seu esforço será reconhecido, de forma justa, de modo que lhes possibilite uma vida tranquila, onde poderão fazer uso de seus plenos direitos enquanto aposentado.

Querem ter a certeza de que chegou o tempo de relaxar, de curtir o seu direito ao lazer e de poder

por exemplo, custear, mediante seus proventos, uma alimentação adequada, ou a medicação necessária ao seu bom cuidado físico.

Quantas dificuldades poderiam ser evitadas ou amenizadas mediante um olhar atento, mediante uma avaliação minuciosa de como está se dando este período?

Talvez o seu João, seu Pedro, seu José, seu Antonio, Dona. Maria, Dona. Ana, Dona Rosa, e tantos outros estejam aqui ou estejam nos ouvindo neste momento e se perguntem: “A sociedade precisa fazer isto, mas e quanto a vocês, homens e mulheres da política, eleitos por nós, o que vocês estão fazendo em relação aos excluídos?”

Então eu me pergunto e estendo a pergunta aos meus nobres colegas: “Qual é a nossa missão nesta Casa? O que ficará registrado a nosso respeito quando não mais ocuparmos esta Tribuna, quando outros Parlamentares ocuparem os nossos Gabinetes?”

Muitas vezes eu fico pensando na dimensão do significado de sermos escolhidos por tantos brasileiros para traduzir em Leis os anseios que eles guardam.

É muito bom ter a oportunidade de fazer algo por tanta gente. Sei que as Senhoras e os Senhores Parlamentares concordam comigo! Nós podemos construir Leis que mudem a vida de muita, mas muita gente mesmo, aliás, da maioria do povo brasileiro.

E melhor ainda é poder dizer que nós estamos lutando e nos empenhando para fazer isto.

Hoje nós estamos aqui para prestar uma homenagem, mas nós podemos ir além disto, nós podemos nos comprometer com aqueles que nos elegeram como seus representantes legítimos.

Nós podemos firmar um compromisso pela justiça e pelos direitos dos aposentados. Certamente eles querem que nós lutemos para garantir melhores condições de vida para eles. Que nós lutemos contra a defasagem salarial que corrói suas aposentadorias.

Não é justo tratar pessoas que trabalharam uma vida inteira como se não fossem ninguém, desrespeitando seus direitos e ignorando as dificuldades que enfrentam em seu dia a dia.

A política de sucessivos governos com os aposentados do setor público por exemplo, tem sido massacrante. Com o discurso de que o custeio das aposentadorias é um fardo pesado para a União e que era preciso reduzir o déficit com urgência, foi aprovada a última Reforma da Previdência.

Por causa de um déficit, com o qual não concordo, a União reluta em dar aos aposentados os mesmos reajustes e benefícios concedidos aos servidores da ativa. Isso é inadmissível, inaceitável.

O direito à paridade foi confirmado na Emenda Constitucional nº 47/05. Entretanto, ele vem sendo desrespeitado constantemente.

É questão de honra, de princípios, o cumprimento da paridade entre ativos e inativos. Essa situação humilhante que estão vivendo nossos trabalhadores aposentados, que deram sua contribuição ao país, precisa ter fim. É preciso dar um basta nesta agonia.

Tenho certeza de que o Sr. Edison do MOSAP – Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas concorda plenamente comigo e sabe que precisamos lutar para alcançar os direitos dos aposentados.

E quanto aos aposentados da área privada?

Há décadas eles vem sendo massacrados.

Os cálculos da Frente Parlamentar de Entidades Cíveis e Militares em defesa da Previdência Social Pública revelam o triste quadro da aposentadoria:

Ano	PISO MÍNIMO	Mínimo Dieese	Aumento do Mínimo	Para os aposentados	MÍNIMO DO INSS	Quanto perdem os aposentados
1995	100,00	729,99	42,86%	42,86%	Este período teve equilíbrio, mas já havia diferença de cerca de 20%, em face dos reajustes diferenciados de jan/93 a set/94	
1996	112,00	823,21	12%	15%		
1997	120,00	770,37	7,14%	7,76%		
1998	130,00	882,78	8,33%	4,81%		
1999	136,00	870,76	4,61%	4,61%		
2000	151,00	936,12	11,03%	5,81%	119,70	26,15%
2001	180,00	1.055,84	19,21%	7,66 %	128,87	39,68%
2002	200,00	1.247,97	11,11%	9,20%	140,73	42,12%
2003	240,00	1.399,10	20%	19,71%	168,47	42,46%
2004	260,00	1.522,01	8,33%	4,53%	176,10	47,64%
2005	300,00	1.588,80	15,38%	6,35%	187,28	60,19%

Desde 1-3-1991, quando ficou estabelecida a desvinculação das aposentadorias ao salário mínimo começaram a ocorrer as defasagens, que somam até o ano de 1994 um total aproximado de 20%.

As diferenças praticadas entre o aumento do salário mínimo e aquele concedido aos aposentados na última década foram:

Em 1995 foram 42,86% estendidos aos aposentados.

Em 1996 foram 12% para o mínimo e os aposentados ganharam 15% (3% a mais)

Em 1997 foram 7,14% para o mínimo e 7,76% para aposentados (0,62% a mais)

Em 1998 foram 8,33% para o mínimo e 4,81% para aposentados (3,52% menos)

Em 1999 foram 4,61% estendidos aos aposentados.

Em 2000 foram 11,03% para o mínimo e 5,81% para aposentados (5,22% menos)

Em 2001 foram 19,21% para o mínimo e 7,66% para aposentados (11,55% menos)

Em 2002 foram 11,11% para o mínimo e 9,20% para aposentados (1,91% menos)

Em 2003 foram 20% para o mínimo e 19,71% para aposentados (0,19% menos)

Em 2004 foram 8,33% para o mínimo e 4,53% para aposentados (3,80% menos)

Em 2005 foram 15,38% para o mínimo e 6,35% para aposentados (9,03% menos)

Em 2006 as projeções são de 16% para o mínimo e 5% para os aposentados (11% menos)

Vejam bem que a partir do ano 2.000, foi uma perseguição desenfreada, e aquela diferença de cerca de 20% que houve entre 1991 e 1994, chegou em 2005 a 60,19%, indicando que enquanto o salário mínimo chegou a R\$ 300,00, ficou valendo para os aposentados e pensionistas, considerando a data de concessão, apenas R\$ 187,28.

É isso mesmo, a perda até hoje, se usarmos como referência o ano de 1995, já chega a 60%. Se o reajuste de 2006 ficar em torno de 5%, o salário mínimo referente ao pagamento do INSS passará a valer R\$196,65, e o percentual de perda subirá para 78%.

Se isto não mudar, muito em breve todos os aposentados estarão ganhando somente um salário mínimo, o quê com certeza, não permitirá que eles vivam com dignidade.

Em 1995 num contingente de 16.176.587 (dezesesseis milhões cento e setenta e seis mil quinhentos e oitenta e sete) aposentadorias pagas pela Previdência, praticamente 50% recebiam apenas 1 salário mínimo, ou seja, mais ou menos 8.000.000,00(oito milhões). Hoje num contingente de 24.000.000 (vinte e quatro milhões), 16.000.000(dezesesseis milhões) recebem apenas 1 salário mínimo.

A proporção é de 66% em 2005, ou seja aumentou 16%.

Com isso, fica demonstrado que a partir de cada ano mais gente passou a ganhar o Salário Mínimo em detrimento do número de salários que ganhavam no ato da aposentadoria.

A aposentadoria é sem dúvida um momento especial, delicado e o futuro que com ela se avizinha é crucial.

O SESC em sua edição A Terceira Idade salientou muito bem que a defasagem nos proventos provoca o empobrecimento progressivo dos aposentados e pensionistas e, por sua vez, gera a perda da autoestima, o desrespeito familiar e social e a diminuição da qualidade de vida.

Já disse anteriormente que por mais difícil que fosse para o País, conceder aos aposentados os seus direitos, estejam certos de que sempre seria mais difícil para eles suportar as dificuldades que enfrentam mês

a mês vendo seus ganhos diminuírem de tal forma, que não sobram perspectivas para nada.

Pensem por um minuto apenas, se cada um de nós, ao se aposentar fosse ano a ano vendo os vencimentos diminuírem gradativamente, enquanto que o custo de vida não diminui, a necessidade de medicamentos aumenta, planos de saúde aumentam, as despesas com impostos não diminuem, que espécie de sentimento tomaria conta de nós? No mínimo, o desespero.

Enquanto existem sobras nos vencimentos, o desespero é menor e por isso para algumas pessoas é tão difícil imaginar tais dificuldades. Mas, e quando já não sobra nada? Tirar de onde? Correr pra onde?

A aposentadoria apresenta-se como um dos direitos que a população idosa tem acesso, que é a garantia de renda quando da perda da capacidade laborativa. Entretanto em regiões e classe social com menor poder aquisitivo, este benefício tem se constituído na única fonte de renda das famílias.

O mercado de trabalho brasileiro apresenta uma particularidade: o aposentado retorna a ele, ou, em alguns casos, permanece exercendo as mesmas atividades.

As estatísticas mostram que entre 1992 e 2003 o contingente de mulheres com mais de 60 anos em atividade teve aumento de 15%.

A Fundação Seade divulgou pesquisa que demonstra que mulheres com mais de 60 anos estão voltando ao mercado de trabalho em São Paulo. Este fato, segundo a pesquisa, está relacionado ao empobrecimento da renda familiar.

Segundo análise de mercado de trabalho, isto preocupa porque estudos da década de 70 já sinalizavam que, quanto menor a taxa de participação dessas pessoas, mais desenvolvidos os países são.

A expansão da participação das mais velhas em relação as mais jovens no mercado de trabalho no mesmo período, ocorreu quase na mesma proporção.

Os estudos revelam também que as mulheres aposentadas continuam tendo uma remuneração mais baixa que a dos homens.

Fato é que, as mulheres estão sendo obrigadas a retornar ao mercado de trabalho para aumentar o valor de sua aposentadoria!

Os aposentados não estão pedindo favores, eles querem a garantia de poder contar com aquilo que lhes foi prometido no momento da aposentadoria. E não só porque foi prometido, mas porque PRECISAM desse dinheiro.

E quanto aos números da Previdência?

Temos denunciado exaustivamente ao longo dos anos que o propagado déficit não resiste a uma con-

frontação com dados do próprio Orçamento Geral da União, no qual o Orçamento Fiscal vem sendo regularmente suplementado com recursos desviados do Orçamento da Seguridade Social.

Um estudo elaborado a partir de 1999 pela ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social), mostra com riqueza de detalhes as datas, as leis, os valores e os órgãos para os quais foram desviados, durante o período de 1999 a 2004, quarenta bilhões de reais de recursos originalmente destinados ao Orçamento da Seguridade Social.

Esse estudo da ANFIP deixa claro que o Orçamento da Seguridade Social tem sido a grande fonte de recursos para socorrer orçamentos de órgãos dos Três Poderes da República, como também dos três níveis de governo.

Com rubricas de destinação específica, como “Ministério do Planejamento”, ou de forma menos específica, “Diversos órgãos do Legislativo, Executivo e Judiciário”, diversas leis tiveram a aprovação desta Casa.

Em 1999 foram desviados exatos R\$3.310.004.643,07 (três bilhões, trezentos e dez milhões, quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais e sete centavos).

A sangria prosseguiu nos anos seguintes: em 2000 foram R\$ 2,6 bilhões; em 2001 R\$13,2 bilhões; em 2002 R\$13,6 bilhões; em 2003 R\$7,8 bilhões e em 2004 R\$10,2 bilhões. Portanto, neste período foram desviados R\$40.115.911.406,74 (quarenta bilhões, cento e quinze milhões, novecentos e onze mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos).

A Seguridade Social vem apresentando superávit ao longo dos anos, é o que comprovam os dados do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que constam no *site* da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência.

Diante destes dados não podemos nos eximir da responsabilidade de praticar justiça em relação aos aposentados do nosso País.

Eu perdi a conta de quantas vezes já pedi a aprovação do PLS 58/2003, projeto que prevê em seu artigo 1º que: “as aposentadorias e pensões que vêm sendo pagas pela Previdência Social, aos seus segurados, e pela União, aos seus inativos e pensionistas, até a data da publicação desta lei, terão seus valores atualizados de modo que seja restabelecido o poder aquisitivo, considerando-se o número de salários mínimos que representavam na data de sua concessão”.

Este projeto de lei quer garantir a vinculação definitiva, quer garantir o direito a uma vida digna após longos anos de trabalho pelo bem do nosso País.

Ciente do dever cumprido, lembro o orgulho que eu vi nos olhos dos aposentados que marcharam rumo a Brasília no dia 14 de abril, pedindo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58/2003.

A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) tem recolhido milhares de assinaturas por todo o país em apoio a esse projeto e a intenção é arrecadar um milhão de assinaturas. Antes com o apoio do Sr. João Lima e atualmente com a posição clara do Sr. Benedito Marcilio, ex Deputado federal.

Cumprimento ainda o Sindicato dos Aposentados, da CUT, da Força Sindical, da CGT que também estão nesta luta.

Eu também já disse inúmeras vezes que é necessária uma grande mobilização nacional para pressionar os Três Poderes a conceder para quem ganha mais que o mínimo, o mesmo reajuste do salário mínimo. Quanto às perdas, podemos negociar os valores, mas o que não podemos é permitir que os aposentados percam mais do que já perderam.

E aqui eu faço um chamado também aos trabalhadores da ativa, para que botem a mão na consciência e despertem para o fato de que esta luta diz respeito a vocês também, aos futuros aposentados. Lembrem-se de que aquilo que atinge nossos aposentados hoje, aguarda por vocês amanhã.

O fator previdenciário e a defasagem salarial aguardam para fazer novas vítimas. Abram seus olhos para o fator previdenciário minha gente da ativa.

Os brasileiros precisam saber do real significado do que seja fator previdenciário e sua consequência no momento do cálculo de suas aposentadorias.

Vejam o que é o fator previdenciário:

$$F = \frac{Tc \times a}{Es} \times \left[\frac{1}{1 + (Id + Tc \times a)} \right]$$

Es 100

Onde:

f = Fator previdenciário

Es = expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria

Tc = tempo de contribuição até o momento da aposentadoria

Id = idade no momento da aposentadoria

a = alíquota de contribuição correspondente a 0,31

Entenderam? Claro que não, nem eu entendi.

A lógica do fator previdenciário é essa: Quanto mais o trabalhador demora a requerer o benefício, mais chance tem de aumentar o valor de sua aposentadoria.

Agora vejam que perversidade: Como o brasileiro está vivendo mais, quem se aposenta jovem fica mais tempo recebendo do INSS. Por isso, o valor de sua aposentadoria deve ser menor para que o trabalhador seja estimulado a continuar trabalhando.

O fator previdenciário nada mais é do que um redutor de 30% no valor da aposentadoria. Você terá que trabalhar até a morte para tentar se aproximar da aposentadoria integral e mesmo assim não conseguirá alcançar o valor integral.

Foi por discordar desta punição aos trabalhadores que buscam a aposentadoria que apresentei o projeto 296/03 que extingue o “Fator Previdenciário”. Para acabar com essa crueldade!

Portanto, a luta pela valorização dos trabalhadores inativos é uma luta urgente e necessária, uma luta de todos.

Repito o que disse no Encontro de Aposentados, a palavra de ordem é mobilização. A palavra de ordem é coragem. Coragem de fazer acontecer. Coragem para mudar!

Meus caros aposentados, sabemos que a defasagem salarial sofrida em seus proventos traz prejuízos irreparáveis e que temos que trabalhar muito no sentido de buscar o resgate das perdas sofridas.

Precisamos nos unir nesta luta que é de todos nós, pelo bem de todos nós, porque eu quero crer que um País que valoriza seus trabalhadores ativos e inativos, faz jus ao crescimento econômico que almeja.

Meus senhores e senhoras aposentados, vamos acreditar que o nosso País saberá avançar e implementar a merecida justiça salarial.

Eu espero, sinceramente, que nós consigamos fazer de suas expectativas uma realidade e que a aposentadoria seja realmente um agradável acolher, livre de medos, de apreensão e de desalento.

Acreditando e lutando nós vamos transformar sonhos em realidade!!!

Faço meu chamado a todos vocês aposentados do nosso País: acreditem e lutem. Vocês não têm idéia de como é importante a coesão, a união em torno da garantia dos seus direitos.

Não podemos esquecer que teremos eleições neste ano, para Deputado Estadual e Federal, Governador, Senador e Presidente da República.

É lógico que devemos perguntar aos partidos e candidatos, qual o compromisso deles com os aposentados e pensionistas: Isto deve nortear a nossa decisão na hora do voto. Nos outros países é assim, por que no Brasil não?

Os candidatos principalmente à Presidente, devem dialogar com negros, com índios, com idosos, com aposentados e pensionistas, com sindicalistas,

com empresários, enfim com todos os segmentos da sociedade, com defensores do crescimento sustentável e ambientalistas, entre outros.

Os idosos são o segmento que em tese tem a maior força política, pois estão em praticamente todas as casas.

Então, por quê? Por que não são ouvidos e atendidos em suas demandas? Por que são chamados somente a votar e depois são descartados?

Por que nós permitimos que isto aconteça?

Coragem, vocês tem que dar um basta neste quadro de desrespeito aos idosos.

Se vocês querem, vocês vão conseguir. Mas, sem mobilização, sem união, sem cobrança vocês não chegarão a lugar algum.

Gostaria de convidar a todos para participarem da Cruzada Nacional em defesa dos aposentados e pensionistas.

Cruzada Nacional em defesa do direito de envelhecer com dignidade.

Vocês podem contar com a minha voz, com minhas mãos trabalhadoras e com meu coração nesta empreitada pela realização do nosso sonho.

Coragem! Vamos à Cruzada Nacional pela vida!!!

Nosso sonho é possível!!!!!!!

Coragem, união, mobilização!!!

Cidadãos aposentados do Brasil, nosso sonho é possível!!!!

Afinal, como canta o poeta Raul Seixas:

“Sonho que sonha só é só um sonho que se sonha só;

Mas sonho que se sonha junto é realidade”.

Eu quero continuar a sonhar junto com vocês para mostrar que é possível envelhecer com dignidade no nosso País, no Brasil!

Que Deus ajude a todos nós nesta Cruzada Nacional!!!!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Saúdo a todos os citados pelos Senador Paulo Paim. À Mesa encontram-se o Dr. Benedito Marcílio Alves da Silva, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas; e João Batista Inocentini, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical. Saúdo, ainda, os demais presentes, as senhoras e os senhores que comparecem a esta importante cerimônia do Senado Federal.

Como segundo inscrito, convido a S. Ex^a, o Senador Ramez Tebet, a fazer uso da palavra por dez minutos, sem contagem de tempo.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, que preside esta significativa sessão; excelentíssimo Senador do nosso querido Amapá, Senador Papaléo Paes; Senador Alvaro Dias, do Paraná, que também se encontra à Mesa e é vizinho do meu Estado; Sr^{as} e Srs. Senadores presentes; ilustríssimo Sr. Benedito Marcílio, digno Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas; ilustríssimo Sr. João Batista Inocentini, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical; ilustríssimo senhor e meu querido amigo Edson Guilherme Haubert, Presidente do Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas, o que faço eu aqui depois que o Senador Paulo Paim usou a tribuna? Falo isso porque falou realmente aquele que, nesta Casa, mais representa os trabalhadores brasileiros, sejam os da ativa, sejam aqueles que já deram o tempo do seu serviço, já deram a sua vida ao seu trabalho, que são os aposentados e os pensionistas do nosso País.

Realmente, falou a voz de quem sempre está com os aposentados e pensionistas. Também há outros Senadores, é preciso fazer justiça. Cito o Senador Paulo Paim como paradigma, mas, Srs. Aposentados, esta Casa não tem faltado à luta dos senhores, como não tem faltado a voz ativa da mulher brasileira, como a da Senadora Heloísa Helena, que se encontra presente, e as dos Senadores que estão aqui a presidir e a compor a Mesa dos nossos trabalhos, e a de tantos outros que aqui não se encontram, mas que, com toda certeza, juntam as suas vozes. E o que queremos é que juntem não somente as suas vozes, mas os votos naqueles projetos que beneficiam os trabalhadores aposentados e os pensionistas do nosso Brasil.

Esta homenagem é das mais justas. É por isso que estou aqui. Entendo, com toda sinceridade, que governar é fazer justiça. Entendo que não podemos regredir nos nossos direitos.

Vou a questões um pouco práticas. Os senhores me permitam. Lembro de uma, por exemplo, que o Senador Paulo Paim não falou, mas que vou comentar. Até naquelas medidas que são práticas, que não foram feitas para atravessar o tempo, são medidas temporárias, que procuram, por um certo período, minimizar o sacrifício daqueles que trabalharam uma vida inteira – desculpem-me –, os trabalhadores oriundos da vida pública ou da iniciativa privada estão sendo cada vez mais prejudicados.

Em relação aos empréstimos que os senhores estão tendo direito, fico imaginando se é vantagem ou desvantagem obtê-los. Essa decisão está no coração de cada um? Não. Ela depende da necessidade de cada um dos aposentados que sabem que os juros ainda estão altos, mas têm de se submeter a eles, porque é a única forma de satisfazerem suas necessidades básicas e as de seus familiares. .

Refiro-me aos familiares dos aposentados porque sei o quanto a renda, embora mínima, de cada um aposentado ou pensionista da nosso País contribui para a renda familiar, o quanto o vovô contribui para o estudo do neto na universidade, o quanto o vovô e a vovó, as titias e os titios necessitam dos remédios para si e para seus familiares. E vêem o salário mínimo tão decantado aumentar para os ativos e ser até cantado em prosa e verso, enquanto o salário deles, depois de terem trabalhado uma vida inteira, não acompanha o mesmo valor. Por isso, peço aos senhores que reflitam.

Perguntei para um cidadão que estava a meu lado qual era a média dos juros do banco. Ele me respondeu que era de 3,9%. Se existir algum aposentado ou pensionista neste País que possa ter feito alguma economia, colocando-a no banco para obter algum rendimento, para que ela não se desvalorize, para que não seja corroída, ela acompanhará esse valor?

Senhores que estão me ouvindo nesta hora e neste momento, quando penso nessas coisas, vejo que governar realmente é fazer justiça. Este Brasil, tão decantado como o país da solidariedade e da fraternidade, precisa fazer cumprir as leis que ainda são incipientes, mas que deveriam estar no sentimento e no coração de cada um, como o Estatuto do Idoso. Mas nem isso é cumprido no Brasil.

Não quero repetir o Senador Paulo Paim, não quero ser cansativo, mas, quando vejo que um pouco mais de sessenta por cento dos aposentados recebiam salário mínimo e, agora, com este aumento, 70% receberão abaixo do salário mínimo, eu me arrepio. Fico pensando que a frase “governar é fazer justiça” é muito mais verdadeira no nosso País do que em outros países que estão se desenvolvendo muito mais que nós.

Nós, do Senado da República, temos a responsabilidade de aderir à mobilização tão pregada para fazer com que, um dia, possamos viver numa pátria mais solidária, mais justa e mais humana.

Eu lhes trago aqui só essa palavra. Não trago dados estatísticos. Para que dados estatísticos, se cada um sente na carne o peso dos encargos de quem vive em uma pátria ainda profundamente desigual e que não quer reconhecer sequer os direitos daqueles que trabalharam uma longa vida e estão quase no fim

das suas próprias existências na esperança de dias melhores?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que me ouvem, quando eu era pequeno, já ouvia dizer que a Previdência Social era a responsável pela crise deste País. Hoje, ainda não estou aposentado como os senhores, porque quem vive na política não se aposenta nunca, pois tem a responsabilidade de governar não só a família de sangue, mas todas as famílias brasileiras. Senador Paulo Paim, sempre ouço dizer que a Previdência Social está quebrada e é responsável pelo rombo do nosso País, mas quantos e quantos anos são decorridos e estamos na mesma ladainha, declamando os mesmos versos, cantando a mesma música dolorida e sofrida para todos os brasileiros, sem resolver os problemas da justiça social neste País? Chega a ser inacreditável!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, governar é analisar uma amplidão de coisas, uma vastidão de problemas. Porém, ao imaginar o desperdício dos gastos públicos, a sonegação que gera prejuízos à Previdência Social e a órgãos públicos, ao imaginar que há sessões do Senado em que se discute barzinho de um avião, além de tantos outros assuntos, positivamente, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de comparecer a esta tribuna, no mínimo, para prestar minha solidariedade aos pensionistas e aos aposentados de nosso País. Repito: é preciso fazer justiça!

Por isso, Senador Paulo Paim, Senadora Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores aposentados e pensionistas, senhores chefes de família, incluo-me, modestamente, nesta homenagem. Jamais vou negar um voto, em qualquer projeto de lei que procure minorar as grandes injustiças que sofrem os aposentados e os pensionistas de nosso País.

Lá atrás, acreditei. Quanto sofremos! Agora, dirijo-me aos servidores do Poder Público. Não acreditei que uma reforma da Previdência pudesse realmente ajudar o Brasil a minorar o sofrimento dos brasileiros. Fizemos a reforma da Previdência. Lutamos por aquela PEC paralela. Quanto sofremos? Quantas vezes viemos à tribuna? Como está a atual situação? Continua a mesma? Está pior? Respondam os senhores. No meu coração, quero que essa situação melhore. Nem sim nem não, mas vamos melhorar a situação enquanto é tempo, se Deus quiser.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Exm^o Sr. Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma; Sr. Senador Papaléo Paes, Secretário da Mesa; Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras;

Sr. Benedito Marcílio, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Sr. João Batista Inocentini, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos; Sr^a Dejanira Freitas Braga, Diretora da Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social; ilustres convidados, senhoras e senhores; uma saudação especial à D. Carmem, viúva do grande, do saudoso Senador Nelson Carneiro, que batalhou em favor dos aposentados deste País, que combateu na defesa dos direitos individuais do ser humano, e que, certamente, estaria também, como todos nós, indignado ao assistir a subtração de direitos adquiridos pelos idosos brasileiros por uma reforma da Previdência Social que se constitui em uma anti-reforma.

Nós estamos reunidos, senhores e senhoras, para um tributo mais do que justo àqueles que contribuíram extraordinariamente para a construção desta Nação.

Estamos reunidos para o tributo, mas também para a crítica, para a denúncia e para o protesto. Seríamos incoerentes se não o fizéssemos, Senadora Heloísa Helena. Não basta a homenagem, não basta o tributo, não bastam as felicitações, é preciso usar este espaço também para a defesa, para a proclamação dos direitos, para o compromisso de mudança que exige, em que pese a desesperança de tantos em função de tantas oportunidades desperdiçadas pelo Congresso Nacional.

É bom destacar que a Previdência foi a grande conquista social do homem no século XX. É bom destacar que a reforma da Previdência no Governo Lula se constitui em subtração de direitos historicamente adquiridos. A Previdência foi idealizada e concebida para assegurar a todos uma vida digna na velhice; lamentavelmente, a Previdência foi sendo pilhada por sonegadores, roubada por quadrilhas quase sempre impunes e sofrendo distorções crescentes, culminando com a maior de todas, conferida pela reforma proporcionada pelo Governo Lula.

Não poderia deixar de ressaltar que a reforma da Previdência Social do Governo Lula foi uma trajetória marcada pela assimetria e pela incoerência. Ela evidenciou o abandono de antigos dogmas dos que assumiram o Governo sob o impacto do embate de sua ideologia com a inexorável realidade do dia-a-dia do poder.

Todas as teses e argumentos defendidos pelos mais diversos segmentos governamentais, ao longo do processo de tramitação da proposta, foram demonstrações inequívocas da mudança radical dos que assumiram o poder em relação àquilo que imaginávamos pudesse existir.

É mister destacar que a lógica que norteou os posicionamentos do Partido dos Trabalhadores no tocante ao sistema previdenciário, nos anos de oposição, foi subvertida e deu lugar a um pragmatismo que relegou a plano secundário a proteção social dos trabalhadores em face da perda da capacidade laboral.

O que causou maior estupefação na vertiginosa guinada do Governo do Presidente Lula, no bojo da reforma, foi o que se defendeu na esfera da contribuição dos inativos e pensionistas. O que antes era caracterizado como inaceitável nesse terreno ganhou contornos surreais na redação da exposição de motivos encaminhada pelo Poder Executivo.

Cito alguns exemplos. A exposição de motivos que encaminhou a proposta de emenda constitucional explicitava que: "...os vencimentos, a remuneração, as vantagens, os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título...". Não se admitindo invocação de direito adquirido!

Um documento produzido pela douta Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência é outro exemplo da contradição do Governo Lula com os postulados enunciados anteriormente: "que, ao Constituinte derivado que faz emendas à Constituição, não está vedada a alteração de regra que estabeleça contribuição de inativos. Não se trata, aqui, de cláusula pétrea...". Enfim, os sábios do Governo interpretam a seu bel-prazer a Constituição e se colocam numa posição de afrontá-la de forma inquestionável.

A retórica do Governo, antes na Oposição, era balizada pela irrestrita observância de que "cada voto dado em prejuízo dos direitos inscritos na Constituição aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte é, portanto, um voto contra a cidadania, e também um voto contra o Estado de Direito, pois ofende cláusulas pétreas insusceptíveis de emenda pelo poder derivado."

Vejam como os tempos mudam as pessoas ou como o poder deforma a personalidade humana. Foi, sim, uma reforma às avessas, que não respeitou "os princípios do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada." Uma reforma que propôs uma matéria absolutamente inconstitucional, aliás, com vícios de origem deploráveis, já que para a votação dessa matéria alguns parlamentares foram subornados. A história do mensalão registra essa triste passagem, daqueles que no Congresso Nacional se submeteram às imposições do Poder Executivo, aprovando uma proposta de reforma previdenciária, subtraindo direi-

tos e ferindo a Constituição à custa da relação espúria Executivo/Legislativo, que macula de forma definitiva a imagem do Poder Público brasileiro.

Desta tribuna, no debate da reforma e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, procuramos destacar as mazelas e distorções do sistema previdenciário brasileiro, que não podiam e não podem ser debitadas na conta dos servidores públicos. Se o Governo atual não se considera responsável pelo déficit da Previdência, certamente os servidores públicos ativos e inativos não o são, em que pese o fato de ser efetivamente discutível a existência do propalado déficit da Previdência. O Senador Paulo Paim fez referência à matéria no dia de hoje, como o fez em outras oportunidades, como o fizemos com números estatísticos apresentados, por exemplo, pela Unafisco, demonstrando cabalmente ser a Previdência Social no Brasil superavitária – é um engodo afirmar que a Previdência Social brasileira seja deficitária.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos visitam, eu gostaria de deixar registrado nos Anais do Senado a visão de que a pretensa reforma da Previdência, promovida pelo Governo, foi uma reforma de caráter eminentemente fiscal, com gritantes inconsistências, que passou ao largo dos problemas estruturais, disseminando a desconfiança em todos os trabalhadores do Brasil.

Como afirma o Juiz Federal aposentado e hoje advogado tributarista Sacha Calmon Navarro Coêlho, em seu brilhante parecer, o qual incorporei na íntegra ao voto em separado que ofereci à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, "inexistem fundamentos técnicos, éticos e jurídicos para a tributação dos inativos do serviço público federal, a partir de uma contribuição social cuja materialidade é de um adicional de imposto de renda".

Senhoras e senhores, não sei, sinceramente, se chegaremos a um dia em que resgataremos os direitos que foram subtraídos por essa reforma da Previdência. No entanto, é nosso dever buscar a reconquista desses direitos, que não podem ficar sepultados.

Aos aposentados e pensionistas de todo o Brasil, finalizando, gostaria de felicitá-los pela dignidade de que são detentores e manifestar o nosso apoio intransigente aos seus direitos adquiridos, em que pese a violação perpetrada pela reforma do atual Governo.

Enfim, como diz o Senador Paulo Paim, a luta continua.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, por dez minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados, representantes de várias entidades que nos dão a honra de compartilhar esta tarde conosco para um debate tão sério, tão importante, proposto pelo Senador Paulo Paim. Parabeno S. Ex^a pela iniciativa de realizar uma sessão importante como esta, em um momento tão importante da vida nacional, inclusive quando se está debatendo a questão do salário mínimo.

O Ocidente pensa o idoso de forma completamente diferente. Todas as vezes que nos relacionamos com pessoas que vivem em outros países, verificamos que eles têm uma concepção diferenciada do idoso. Aqui mesmo, no Brasil, há os idosos indígenas. E há os idosos monges, os idosos samurais. A compreensão de uma sociedade com relação ao seu idoso pode ser completamente diferente.

Na nossa sociedade, especialmente na sociedade capitalista, a visão que se tem do idoso é muito mais a de uma pessoa que já não pode mais trabalhar, muitas vezes em função de sua fragilidade anatomo-fisiológica ou de sua fraqueza em função da idade. O idoso sofre com a dor do medo, da solidão, da doença, da perda dos amigos, da perda dos entes queridos, com o medo de não ter quem trate dele em casa, com o medo de ser obrigado a ir para um abrigo, porque muitas vezes a família já não o acolhe devidamente. A sociedade não o vê como aquele que poderia proporcionar todas as alternativas pela experiência que acumulou, pela experiência que vivenciou. O mundo o vê de forma completamente diferente.

A própria Bíblia traz a longevidade como um elo de fidelidade a Deus. Há uma passagem bíblica muito bonita que diz assim: “dará muitos anos de vida para que tu possas viver na terra que o Senhor jurou dar a seus antepassados”. Mas a realidade objetiva é algo completamente distinto, completamente distinto! Tudo aquilo que poderia ser a lembrança do acalento das histórias, o afago mais especial que recebemos do avô – ou do pai ou da mãe duas vezes –, todas as experiências vivenciadas, acumuladas, tudo aquilo que é encanto, que é encantamento pela vivência e pela idade, na sociedade objetiva é tudo completamente diferente.

Lembro-me, com a mais absoluta clareza, de que foi exatamente por isso – o Senador Alvaro Dias trouxe à baila essa discussão também, assim como o Senador Ramez Tebet e o Senador Paulo Paim – que, no debate sobre a reforma da previdência, que acabou culminando com minha expulsão do Partido a que dediquei muitos anos da minha vida para ajudar a construir, pensei muito sobre o significado de algo

que aconteceu na minha casa, na minha infância, Senador Ramez Tebet, quando eu falava de taxaço dos inativos, de pensionista, de paridade.

Meu pai era servidor público, morreu de câncer, e eu tinha dois meses de idade. Eu não o conheci. Lembro que passamos muitas dificuldades ao longo da minha infância e adolescência. Foram muitas as dificuldades. Minha mãe foi trabalhadora rural toda a vida, ajudou a criar os irmãos e, depois, foi costureira. Trabalhava muito, muito, muito. Morávamos no interior, em Palmeira dos Índios, e me lembro de que era tão pequenininha a aposentadoria do meu pai, que minha mãe mal conseguia buscá-la todos os meses em Maceió. Senador Romeu Tuma, quando minha mãe conseguia buscar a aposentadoria do meu pai em Maceió, era algo tão pequeno, que a única coisa que ela podia trazer para mim e para meu irmão – meu irmão mais velho já havia sido assassinado – era uma maçãzinha enrolada num papel roxo ou uma minúscula caixinha vermelha de uvas passas. Era sempre isso, porque a aposentadoria era tão pequena, que ela não conseguia trazer outra coisa.

Em 1987, quando eu já era professora da universidade, já estava com 24 anos e já tinha meus filhos, um determinado Governador de Alagoas estabeleceu a paridade. Foi aí que descobri, Senador Ramez Tebet, que meu pai – eu achava que ele era um servidor público – era fiscal de renda. Eu não sabia disso. Era uma migalha o que ele recebia, que eu não sabia disso. Do mesmo jeito ocorria com minha mãe, que trabalhou muito, muito, muito tempo numa máquina de costura. Muitas vezes, no período de Natal, em vez de estarmos à mesa, como muitas famílias têm o direito de estar, minha mãe estava num quatinho minúsculo do quintal de uma casa de uma família para quem ela ia costurar em Maceió. Hoje, o que ela ganha? Ela se esforçou muito, muito, muito para contribuir e ter uma aposentadoria do INSS, e, hoje, é absolutamente ridículo o que ela recebe.

Naquele debate da reforma da Previdência, sabemos todos nós, houve toda uma farsa técnica e uma fraude política. Lembro que o Governo Fernando Henrique fez a reforma da Previdência para aniquilar direitos dos trabalhadores do setor privado e criou o fator previdenciário. O Governo Lula, em vez de modificá-lo, manteve-o e também impôs aos trabalhadores do setor público o fator previdenciário e a taxaço. Aí, perguntamos nós: ora, mas está certo? O aumento do número de anos de trabalho é uma penalidade para os pobres, não para o filho do Senador, porque são os pobres que entram mais cedo no mercado de trabalho, são os pobres que começam a trabalhar, muitas vezes, quando crianças, quando adolescentes, quando

conseguem a carteira assinada. Os pobres do serviço público ou do setor privado foram os mais apenados com a reforma da Previdência e o fator previdenciário, porque ela os obrigou, no serviço privado, a trabalhar mais dez anos ou ter um corte de 45% de sua aposentadoria, e, no setor público, a sete anos a mais ou 35% de sua aposentadoria, quando ganhavam um salário mínimo.

A indignação maior minha era porque, tal qual os aprendizes de Goebbels, publicitário de estimação de Hitler, que disse que mentira repetida muitas vezes vira verdade, mentiram para a opinião pública e essa começou a achar que eram os privilegiados aqueles que iriam ter problema com a reforma da Previdência.

Uma trabalhadora do setor público, professora, que agüenta muitas vezes 50 meninos de manhã e 50 meninos à tarde, que não consegue, Senador Cristovam, nem ensinar a lição à sua filhinha ou ao seu filhinho em casa porque nem paciência tem mais, ganhando um salário mínimo, foi comunicada que teria que trabalhar mais sete anos para não perder 35% de um salário mínimo.

A mesma coisa ocorreu com a DRU, a Desvinculação de Receita da União, que o Governo Fernando Henrique, irresponsavelmente, criou por quatro anos e que se encerraria em 2002. O Governo Lula achou pouco e prorrogou-a por mais quatro anos. Ela nada mais é que um nome lindo, como ocorre com toda a verborragia neoliberal, criado para justificar a verborragia da patifaria neoliberal, um nome sofisticado – Desvinculação da Receita da União – para ninguém saber o que é e que nada mais faz do que permitir que se saqueiem mais de 20% do dinheiro da saúde, da previdência pública e da assistência social, para jogá-lo no superávit, para encher a pança dos banqueiros, enquanto se esvaziam o prato, o emprego e a dignidade da juventude, do aposentado, do idoso ou do pensionista brasileiro.

É por todas essas coisas que eu espero que tenhamos coragem.

Eu sei, e o Senador Alvaro Dias disse aqui, como foi feita a reforma da Previdência. Se estivessemos em uma Casa séria, ela deveria ser anulada, porque foi aprovada com mensalão, com a compra de pessoas. O cronograma da liberação dos recursos do dinheiro público roubado, quando foi pago, efetivamente era até para anular essa reforma da Previdência, porque tanto ela não tinha base jurídica como não teve base moral para ser definitivamente aprovada.

Como essas são lutas grandes, que possamos fazer todas as outras grandes e novas lutas, os novos e bons combates em relação a tantos outros projetos que estão tramitando na Casa: sobre o fator previden-

ciário, sobre a paridade, sobre o salário do INSS, sobre a recomposição das perdas do salário, seja no setor privado, na informalidade, no INSS e no setor público de um modo geral.

Para completar, Senador Papaléo Paes, eu gostaria de contar uma historinha bem pequena. Espero que se alguns jovens – e não me refiro aos que estão aqui – estiverem agüentando ouvir a Rádio Senado ou assistir à TV Senado, que possam aprender. Essa história, Senador Romeu Tuma, é muito bonita e fala do papel do idoso.

Certa vez, havia uma família formada por uma criança, os pais e um idoso. O idoso foi envelhecendo e fazendo mais barulho ao comer. Já não segurava mais o prato e quebrava a louça da casa; já não sabia muito bem segurar mais os talheres e, às vezes, já nem conseguia mais controlar os esfíncteres, acabando por criar um mal-estar à mesa. Aí, o filho desse senhor idoso resolveu retirá-lo da mesa onde todos jantavam e colocou-o em um cantinho da sala, em uma mesa pequena, e entregou-lhe uma tigela e uma colher de madeira, para que ele não quebrasse as louças da casa. Ele ficou comendo no cantinho. Um dia, a criança da casa estava mexendo com os brinquedos, com madeira, e começou a fazer uma tigelinha. O pai perguntou: “Para que essa tigelinha, meu filho?” Ele disse: “Ah, pai, eu estou fazendo uma tigelinha de madeira para o senhor, para, quando ficar velhinho, comer nesta tigelinha de madeira”.

Que possamos entender todo o encanto que existe na experiência acumulada, na vivência e no sofrimento; que possamos compreendê-los melhor e lutar pelos idosos e idosas, por aqueles que muitas vezes se classificam de forma alegre, maravilhosa, como os da melhor idade, mas também por aqueles que nem sempre têm oportunidade de se sentir entre os da melhor idade, porque a vida é muito dura, sofrida e lhes impõe várias restrições. Que possamos defendê-los e lutar por aqueles que tanto lutaram para abrir caminhos a fim de que estivéssemos aqui.

Muito obrigada.

Parabéns, Senador Paulo Paim! Parabéns a todos! (Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro

Presidente Papaléo Paes, eu quero, preliminarmente, agradecer a V. Ex^a, que, como membro da Mesa, não permitiu que eu a deixasse na hora em que assumiu a Presidência, provavelmente em homenagem ao fato de eu ser aposentado. Minha vida profissional durou 50 anos e, hoje, essa homenagem do Senador Papaléo Paes vale para a alma e o coração.

Muito obrigado, Senador.

Saúdo todos os Senadores e os Srs. João Batista Inocentini e Benedito Marcílio – meu ouvido me faz relembrar seu nome no meu coração. Saúdo também os Srs. Edson Guilherme Howbert, Djanira Freitas Braga e a Dr^a Carmen, esposa do nosso saudoso Nelson Carneiro. Ao mencionar a presença de V. S^a, o Senador Alvaro Dias nos levou a um passado contemporâneo e recente de uma figura maravilhosa, exemplo permanente da transparência, da lisura e de como se deve portar o Parlamentar, escolhido pelo povo. É um grande exemplo.

Com toda a sinceridade, não vim a esta tribuna para falar. Vim, preliminarmente, por causa do Senador Paulo Paim, que se dedica com amor profundo aos aposentados, pensionistas, deficientes físicos e aos menos favorecidos. Sou um seguidor de S. Ex^a. Não discuto com S. Ex^a nenhum dos procedimentos que toma, não importa se faz parte do PT, do PSDB, ou o que for. Sei que o Paim é um homem de bem e só raciocina em benefício de alguém que precisa. Outro exemplo é Heloísa Helena. (Palmas.) Peço desculpas, porque, quer queira quer não, nestes dez anos de vida neste Parlamento, Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim e Cristovam Buarque, a Heloísa Helena falou das professoras. Minha mulher, Roseana – V. Ex^a conhece bem a Zilda –, orou com a sua mãe na hora em que nós dois estávamos conversando com Deus e pedindo para que Ele nos mantivesse vivos. Ela se aposentou como professora. Isso que a Heloísa Helena disse aqui é verdade: a mulher luta. Eu tive uma felicidade talvez melhor do que a de sua mãe, Heloísa Helena, porque a Zilda alfabetizou os quatro meninos. Os meus quatro filhos foram alfabetizados no grupo escolar onde ela era professora. Posteriormente, foi diretora de três ou quatro grupos escolares no Estado de São Paulo e brigava para burro quando a merenda vinha em tempo errado, quando enterravam merenda escolar em detrimento das crianças que não tinham o que comer. E o desespero dela, Dona Carmem, era realmente, como dizia: “como que eu vou me aposentar nesta dificuldade, em que transformam o ensino em um emprego e não em alguma coisa que realize os nossos sonhos. Nós temos de correr para escola pública do Estado e do Município, para tentar completar o salário”. Eu tinha o salário de policial e, com ela,

tínhamos uma vida um pouquinho mais tranqüila do que a dos professores que sofriam. Nós não conseguimos mais... Senador Cristovam Buarque, Senadora Heloísa Helena, ela dizia que não conseguia mais organizar uma aula. Como iria improvisar uma aula para as crianças, que se modificam dia-a-dia em seu comportamento? E hoje nós sabemos... Fala-se no Fundeb, Senador Cristovam Buarque. E eu pedi que se realizasse uma audiência pública, para a qual deverá vir o Ministro Fernando Haddad, para explicar o que é o Fundeb. Porque o Senador elaborou o projeto, que ficou guardado por mais de dois anos, Senadora Heloísa Helena. E, hoje, aparece como novidade. Novidade em tempo eleitoral. Não vou discutir o mérito. Vamos aprovar o que for bom para a população, para a sociedade. Tomara que houvesse uma eleição por ano, Senadora Heloísa Helena – tomara, meu Deus do Céu –, pois, assim, Senador Alberto Silva, todo ano haveria benefício para muitas pessoas pobres. Hoje, infelizmente, é a cada quatro anos. Assim ocorre a evolução dos projetos sociais.

Recentemente, um diretor do Ipea foi à Federação das Indústrias e fez uma palestra sobre os programas sociais de Governo. Um dos pontos que me chamou a atenção, Senadores Paulo Paim, Heloísa Helena, Ramez Tebet, Alvaro Dias, enfim, aqueles que usaram da palavra, foi: o que representa, hoje, o idoso, o aposentado no seio da família? Não é para ir comer com a tigela de madeira, pois é do bolso dele que sai, às vezes, o sustento da família. É a pequena aposentadoria que, às vezes, pelo desemprego que alcança a famílias por inteiro, dá um pouco de sobrevida, de atenção, de carinho e de alimentação.

Lutamos aqui juntos contra a reforma da Previdência. Recebi o apoio de várias entidades de classe de aposentados, esclarecendo-me que eu deveria lutar contra a aprovação integral. Chegaram a dizer que o aposentado pode ficar de camisa, chinelo, *short* e não precisaria mais comprar roupa. Ai, meu Deus do Céu! Eu sei o que é hoje – e a Roseana deve saber – precisar de remédio continuado e o quanto custa cada comprimido.

Quando o Governo planeja vender fragmentado o remédio é porque ninguém tem dinheiro para comprar a caixa inteira. Freqüento constantemente o Incor e, graças a Deus, estou vivo, com insuficiência cardíaca, mas dá para gritar, chorar, falar e sentir de perto a alma das pessoas que convivem conosco. Às vezes, na porta do hospital, Senadora Heloísa – sou muito conhecido por ter ficado muito tempo numa função ativa de segurança pública –, alguém chega e diz que determinado comprimido está em falta na farmácia do povo, na farmácia gratuita, remédio que não aparece

nunca, mas que é preciso comprar porque a pressão está alta. Você pega R\$5,00 ou R\$10,00 e dá com o coração doído, não pelo valor do que ele pede, mas pela humilhação que ele passa ao ter de pedir para tomar um medicamento para sobreviver com tranqüilidade e não cair duro na frente da gente.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Estou acompanhando o discurso de V. Ex^a desde o momento em que falou sobre o nosso companheiro Senador Paulo Paim, em relação àquela ocasião em que se discutia cobrar uma taxa dos aposentados. V. Ex^a se lembra daquela luta que travamos aqui. E o Senador Paulo Paim encontrou a saída – cumprimento S. Ex^a agora que o vejo ali – da PEC Paralela, em que colocou algo a mais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Para mim, é uma muleta. Desculpe-me, Senador Paulo Paim, mas a PEC Paralela é uma muleta.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Mas foi alguma coisa a mais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a quase morre neste plenário, porque faltaram, mais uma vez, com a palavra com V. Ex^a e com outros Senadores que tiveram a coragem de acreditar em alguém que aceitaria a PEC Paralela. Foi mediante o crescimento da alma e do respeito dos Parlamentares que começaram a exigir que aquilo era importante. V. Ex^a lutou mais de um ano, se não me engano, para que ela viesse, visto que seria para o mês seguinte.

Desculpe-me, Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – E acabamos aprovando-a. Nós a aprovamos e ela foi para a Câmara dos Deputados, onde demorou muito tempo para ser concluída. De qualquer forma, cumprimento V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, pelo assunto que traz aqui, na homenagem que prestamos aos aposentados. V. Ex^a também lembrou o caso das professoras aposentadas. Eu me lembro de que, neste momento, está-se discutindo o Fundeb, cujo aumento é tão insignificante, mas, como lembrou o Senador Cristovam Buarque, é alguma coisa e, então, vamos aprovar. Eu queria apenas lembrar ao Senador Romeu Tuma que fui Governador do meu Estado por duas vezes. Na primeira vez, era Ministro Jarbas Passarinho, no regime militar, e havia um recurso do Governo Federal que complementava os salários das professoras. E o valor era tão grande comparativamente ao de hoje que quase todas as professoras da minha época tinham

condições de comprar um carro. Por aí V. Ex^a vê que o salário delas era bem mais alto do que hoje, passados tantos anos. Estamos prontos, nós, V. Ex^a, o Senador Paulo Paim e outros, para encontrarmos, em qualquer momento, alguma coisa que ajude a compreender a situação de um aposentado tal como V. Ex^a acabou de dizer. Era o que eu queria dizer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a leu uma fórmula difícil de ser entendida. Talvez, o Senador Alberto Silva consiga, visto ser S. Ex^a um grande engenheiro e matemático. Quero pedir a alguns dos professores da Politec para estudarem o Einstein, para ver se conseguem traduzir, porque eu sei que tudo que V. Ex^a fala se transforma em uma cartilha para nós neste Congresso. E essa fórmula será difícil traduzir. Então, procuremos ver se o Senador Alberto Silva nos auxilia a fazer a matemática.

Agora, quando se fala em operação tapa-buraco, Senador Paulo Paim, Senadora Heloísa Helena, meu querido Líder Efraim Moraes, Senador Papaléo Paes, nós devíamos fazer o tapa-buraco da diferença salarial de que o aposentado precisa. Então, façamos essa frente parlamentar do tapa-buraco da diferença salarial dos aposentados e pensionistas.

Que Deus o abençoe e a todos nós, para que possamos, realmente, sentir de perto e resolver essa situação.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim Moraes, Presidente desta sessão do Senado da República destinada a homenagear os aposentados e pensionistas brasileiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, entendo que uma das reflexões de Shakespeare é a mais oportuna para vivermos. A sabedoria sempre foi buscada, Senadora Heloísa Helena. O Livro de Deus diz que ela é ouro e que a prudência é prata. Um rei ungido por Deus pediu-Lhe sabedoria e foi o grande governante. Portanto, a sabedoria é isso.

Recentemente, o País todo homenageou um órfão, filho de uma professora, que mostrou que o caminho

do saber é que leva à dignidade e melhora o mundo. Senadora Heloísa Helena, Juscelino, que todo mundo hoje vive e repete, foi cassado bem ali, mostrando as dificuldades da vida política. Cassado, afastado aqui de Brasília, da Casa, do Congresso, da democracia que ele mais viveu, convidado a ser candidato à reeleição, ele recusou, acreditando na alternância do poder. Dele há uma frase. Shakespeare disse que encontraremos a sabedoria quando somarmos a experiência dos mais velhos com a ousadia dos mais novos. E Juscelino, esse ungido, disse que a velhice é uma tristeza; mas, desamparada, é uma desgraça.

Então, é isso que sente o Paim, é isso que sente o Paim ao acordar, ele que defende tão bem os vitimados da sociedade – os negros, os índios e os velhos. E já vi sucessivas sessões em homenagem a essas vítimas da nossa sociedade. E, hoje, os homenageados são os pensionistas e aposentados.

Atentai bem, mas temos de refletir o momento atual. Senadora Heloísa Helena, o que está sustentando este País é a formação que recebemos dos nossos velhos.

Alberto Silva está aqui da mesma maneira que Juscelino, cuja mãe, Professora Júlia, o orientou, ensinou e abençoou. Então, assim também o foi com o Senador Alberto Silva, que está aqui pela santa Evangelina Rosa da Silva. Cristão! Heloísa Helena, não sei, mas o que ainda sustenta este Brasil – esta a homenagem que quero prestar – são os mais velhos, com quem aprendemos.

Olhe, Heloísa Helena, o Alberto Silva conheceu muito o meu pai. E não sei, pois sou médico-cirurgião e não fiz uma reflexão sobre a psicologia educacional e nem quero fazê-la. Apanhei muito de meu pai e não sei se os senhores apanharam. E uma das frases que ouvi, no meio do chicote e do chinelo, é “quem mente rouba”. Esses são os princípios dos que nos educaram; são os princípios que fazem crer que temos condições, pelos velhos com quem aprendemos, de colocar este País nos trilhos. Não são os trilhos nos quais Alberto Silva, que é ferroviário, colocou muitas locomotivas, trazendo o progresso para esse País. São os trilhos daquilo que acreditamos neste País cristão: o amor. O amor é o cimento do mais importante, que é a família. E a família é consolidada pelas bênçãos diárias dos mais velhos.

Olha, este País eu conheço bem porque fui médico como Juscelino, de Santa Casa, cirurgião; tive uma vida militar como ele, fui prefeitinho e governador. Conheço a velhice, o valor e a sabedoria. Tive as bênçãos de conviver com um cirurgião do Maranhão, Senadora Heloísa Helena; aliás, esse apelido de Mão Santa veio graças a ele. O Alberto o conhece: Cândido Almeida Ataíde. Eu sei que ele foi vítima; era político do PTB e

veio a revolução. Eu era jovem, recém-chegado do Rio de Janeiro com uma equipe de médicos. A revolução achou que ele era subversivo, comunista e tirou-lhe a Federação das Indústrias, da qual era presidente; tirou-lhe a Faculdade de Administração, em que foi pioneiro, e marchou para tirar-lhe da Santa Casa de Misericórdia, onde era diretor. E fui chamado.

O Alberto se lembra do período revolucionário, em que o Capitão dos Portos: “você, temos que tirar aquele velho...” Estou aqui porque recusei, Alberto. Recusei aos militares, porque não o via como um comunista, um subversivo; eu o via como um homem de grandes idéias. E recusei diante o comando da Marinha, que era o maior do Piauí, o Capitão dos Portos.

Mas, para a maior satisfação da minha vida, esse senhor fez o parto do maior dos piauienses, João Paulo dos Reis Velloso, o ministro que fez o I e II PND. E justamente esse negócio de Mão Santa era uma homenagem a ele, que era do Maranhão – Tutóia, Barro Duro. E foi convidado para ser patrono de um posto do Funrural. Acho que ele tinha medo daqueles teco-tecos, que caíam muito naquele tempo – ele me chamava de Francisco, não tinha nada desse negócio de Mão Santa. Ele me disse: “Vai, Francisco”. E eu fui com uma freira, e naquela brincadeira... No Maranhão, fala-se mais do que no Piauí – olhem os maranhenses aqui, vejam como discursa bem o Senador José Sarney – e era tanto discurso... Um dos oradores, o presidente de um sindicato, referindo-se a mim – na hora eu estava representando o homenageado –, esqueceu o meu nome. Aliás, isso é natural; eu mesmo não gosto de citar nomes, porque muitas vezes, ainda que involuntariamente, pode-se esquecer alguém. Ele esqueceu o meu nome e disse o seguinte: “Esse doutor da mão santa que me operou...”. Aquilo foi na brincadeira, mas entrou na política e nós estamos aqui.

Mas eu vi esse homem – como está difícil a vida! – trabalhar até os seus 94 anos de idade, operando e trabalhando. O resultado é que estamos hoje na classe médica por necessidade. Mas ele morreu feliz, porque eu era Governador do Estado e dei-lhe a comenda Grã-Cruz Renascença. Ele morreu, mas morreu “emedalhado”.

Eu quero crer que estou aqui em grande parte por ter ouvido os conselhos dos mais velhos. Nós é que temos de dar exemplo. Ele dizia: “Francisco, tenho de trabalhar mais dos os outros”. Com 94 anos, ninguém o tirou da diretoria da Santa Casa pelo exemplo que era, pelo respeito que lhe tinham.

Todos temos muitas condecorações. De uma delas eu me orgulho: ganhei-a ali, no Memorial JK, quando ele completava cem anos, como um dos Senadores que mais citou Juscelino. Há outra: dessa Santa Casa,

que carrego desde quando ela fez um século. São os velhos que nos orientam, que nos dão firmeza. E o Piauí, sem dúvida alguma...

Para encerrar, queria fazer uma homenagem ao que temos de mais importante: nossas mães. Conheci a mãe do Senador Alberto Silva, ele a homenageia como santa; por isso ele é o mais inspirado de todos nós e ungido pela mãe.

A minha mãe, já na velhice, aposentada, escreveu o seguinte – peço permissão para ler isso em um minuto. Minha mãe, terceira franciscana, Senadora Heloísa Helena – sei que há muitas, mas o pai de minha mãe era o empresário mais rico do Estado do Piauí, tinha dois navios, e ela foi ser terceira franciscana. Antes de morrer, ela escreveu uma mensagem muito bonita. A minha riqueza é exaltar a mãe; sei que todas são excepcionais, e a minha é igual à de vocês. Tenho de exaltar a minha como o Senador Alberto Silva exalta a Sr^a Evangelina – deu o seu nome à maior maternidade do Piauí, maternidade modelo do Nordeste. Ainda não pude fazer uma homenagem como essa como o governador, empreendedor e realizador Alberto Silva fez. Mas vou ler o texto final de minha mãe:

O meu testamento

Quando percebi que tinha meus dias contados que minha vida, rapidamente, chegaria ao fim pensei em fazer o meu testamento

Dei balanço em tudo o que possuía
Contei casas, contei dinheiro
meus livros – grande tesouro!
meus ricos pertences,
minhas antiguidades...

Depois... somei tudo.
E vi que tudo era nada!

Cacarecos sem valor.
Coisas inúteis e supérfluas,
expostas às calamidades,
aos riscos dos incêndios
e dos ladrões.

Para que testemunhar
esses bens que se podem acabar
que as traças podem roer
ou o fogo devorar,
se outros bens imperecíveis
eu consegui amearhar?

Senhor, tu mesmo disseste
que nenhum copo d'água
dado ao menor irmão
ficaria sem recompensa
no reino do Teu Pai!

Nos celeiros eternos
vou procurar guardar
outras riquezas,
não as da terra!

Meus filhos não herdarão de mim
castelos, nem fazendas,
nem ricas propriedades...
não deixarei ouro nem prata,
nem dinheiro em caixas fortes...
tudo é vaidade sobre a terra
nada há que sempre dure...
tudo, sem valor que me seduza.

Meu testamento é minha fé,
é minha esperança,
é todo o meu amor!

Que meus filhos possam herdar de mim
todo o bem dessa fé
que foi a minha luz,
mais clara e mais querida,
dessa esperança que foi a minha força
dessa caridade
que me fez ver Deus
em toda a natureza,
em todas as pessoas,
em tudo que existe
e dele provém!
Caridade que é amor,
amor que é vida!

Essa é a homenagem que faço a todos os idosos e aposentados. (Palmas.).

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Moraes.

Sr. Presidente da Cobap, quando entreguei documento de sua autoria ao Senador Efraim Moraes, S. Ex^a fez questão de ir à tribuna falar aos aposentados sobre o seu documento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de sua iniciativa, quero cumprimentar o ilustríssimo Sr. Benedito Marcílio, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, o Sr. João Batista Inocentini, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas Idosos, bem como todos os aposentados e aposentadas, as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Estava presidindo a sessão há pouco, quando o Senador Paulo Paim fez chegar às minhas mãos documento da Copab – Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – assinado por seu presidente. S. S^a pediu que o documento fosse transcrito na ata dos nossos trabalhos. Comentei com o Senador Paulo Paim que tal documento tinha de ser lido nesta sessão para que o Brasil inteiro tomasse conhecimento do que querem os aposentados, do que pretendem os aposentados dentro do seu direito.

Peço permissão, Sr. Presidente, para fazer a leitura do documento que tem como título: “De grão em grão, quem paga o pato é o aposentado!”

Entra governo, sai governo e as relações sociais insertas na Constituição Federal Cidadã de 1988, não assinada pelo PT, continuam a ser desconsideradas, mingando, a cada dia, o pagamento dos benefícios previdenciários, dentre aposentadorias por invalidez, pensão, auxílio-doença e demais valores.

No ano passado, órgãos da sociedade civil (ANFIP dentre elas) apontam que a Seguridade Social foi superavitária, ao contrário do que afirma o Governo; estudos indicam o desvio de valores orçamentários (por lei) da Seguridade Social para outros Ministérios, ultrapassaram mais de 40 bilhões de reais no último ano; também incide sobre as receitas da seguridade, a inconstitucional Desvinculação de Receitas da União – DRU –, contendo 20% do que é arrecadado para os fins específicos da Seguridade, no que é sabido, pretende o governo majorar esse índice.

Inegável que existem perdas contra os Beneficiários do INSS, cujos percentuais apontam para 60,18%. Mesmo assim, sujeitos ao debate na esfera judicial o STF entendeu inexistir perdas na conversão dos benefícios concedidos antes de março de 1994, percentuais próximos aos 11%, assim como, quando dos reajustes devidos após 1996, ao nosso entender pela variação do IGP-DI, como determinara a lei, também fora negada na Excelsa Corte.

Com a crescente disparidade entre o índice do salário mínimo e o reajuste dos benefícios do INSS ao que parece, mesmo ao médio cidadão de bom senso, que os Governos (mesmo o da esperança) estão dirigidos a um fim único: pagar todos os benefícios pelo salário mínimo.

É sabido que fraudes existem e devem ser banidas, não só de sonegadores, quanto às contribuições como pagamento de benefí-

cios indevidos, também o Governo as pratica, por meio de desvios das receitas como as indicadas frente ao orçamento da Seguridade, destinando contribuições sociais que não são tributos para outros fins, como se vê da CPMF. Lembramos que, nesta Casa, há projeto do Senador Paulo Octávio proibindo destinação destes recursos que não à Seguridade Social ou ainda o não-pagamento correto dos benefícios concedidos, sendo os inúmeros julgados condenando o INSS referência desta prática governamental. Imperioso reviver o Conselho Nacional de Seguridade Social com sua formação quadripartite a fim de dar efetiva representatividade social e força deliberativa obstando os desvios administrativos de toda sorte.

Não há como se admitir o pífio reajuste pretendido pelo Governo a ser dado como aumento dos benefícios, em clara violação do princípio constitucional da preservação do valor real e inegável afronta à perda do poder de compra dos beneficiários, que, na sua esmagadora maioria, vivem, ou melhor, sobrevivem com os valores dos benefícios, não raramente em patamares irrisórios. Impõe-se, da mesma forma, o resgate dos valores aos patamares devidos, como já há muito tempo é pretendido pelo Senador Paulo Paim, nos termos do PL 58, fazendo cumprir o que já havia na Constituição e, também, dar a devida dignidade ao espírito de que se reveste o Estatuto do Idoso, sendo emergente a sua regulamentação, seja quanto à “cesta de medicamentos” de uso continuado, seja quanto ao transporte interestadual, dentre tantos dispositivos ainda à mercê de ineficácia.

A indignação dos beneficiários, não só com este Governo, mas com todos que nos trataram como cidadãos de segunda classe, jogados à miserabilidade, tem de chegar ao fim, no mínimo recuperando os valores em salários mínimos correspondentes à data do seu início! O que falta é vontade política!! É o que esperam os mais de 24 milhões de beneficiários, capazes, com sua organização, não só em ano eleitoral, mas a cada dia, de decidir e lutar por novos rumos a serem dados à Nação, sob pena de ou pela inércia ou pelo silêncio o medo vencer a ESPERANÇA.

Benedito Marcílio, Presidente.

Parabéns, Presidente! (Palmas.)

Tenho a convicção de que eu deveria encerrar exatamente aqui o meu pronunciamento, porque V. S^a

traduz o pensamento dos aposentados e das aposentadas deste País.

Quero dizer a V. S^a, aos aposentados e às aposentadas, às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores do nosso País, que não devemos deixar o medo vencer a esperança, devemos continuar lutando pelo direito legítimo dos aposentados brasileiros.

Não tenho a menor cerimônia, Senador Paulo Paim – V. Ex^a está presidindo os nossos trabalhos –, de dizer que, no Congresso Nacional, nas duas Casas que o compõem, ainda existem homens e mulheres que querem corrigir esse grande erro que vem sendo cometido pelos Governos contra os aposentados.

Fui Deputado Federal por três Legislaturas, as mesmas três Legislaturas do Senador Paulo Paim, que é do PT. Sou do PFL. Paulo Paim era Oposição na Câmara, enquanto eu era do Governo. Na hora de votar em defesa dos aposentados, Paulo Paim, da Oposição, votou com os aposentados; Efraim Moraes, Deputado Federal do PFL, que, naquele tempo, representava o Governo, votou com os aposentados.

Depois, a moeda mudou. Chegamos ao Senado, juntos, em 2003: Paulo Paim era do Governo; Efraim Moraes, da Oposição. Mas mantivemos a mesma posição. V. Ex^a, Senador Paulo Paim, manteve a posição que defendia na Câmara dos Deputados, e, graças a Deus, também manteve a minha!

E me pergunto: será que os aposentados é que têm de pagar a conta desses Governos? Será que os senhores e as senhoras que trabalharam uma vida inteira é que vão ter de pagar essa conta? Será que a sensibilidade dos homens e das mulheres que governam este País mudou depois de assumirem o poder? Será que o discurso do palanque de ontem não continua o mesmo? É só chegar ao Governo, com exceção de alguns – e aqui eu poderia citar os Senadores Paulo Paim e a Senadora Heloísa Helena, que eram do PT e mantiveram seus entendimentos em defesa dos aposentados –, que há esse esquecimento tão rápido? Será que se esqueceram de que utilizaram até os aposentados e os funcionários deste País para poder chegar ao Governo?

Na primeira oportunidade, o PT deu as costas e chutou os funcionários e os aposentados do seu convívio, preferindo viver ao lado dos banqueiros, esquecendo-se da classe trabalhadora deste País. Será que pensam que isso será apagado como se apaga um quadro negro? Será que isso não está gravado na memória do povo brasileiro? Está sim, tenho certeza.

Ouvi o discurso do Senador Mão Santa, quando falou sobre sua mãe; também vi a emoção da palavra do Senador Romeu Tuma. Não tenho mais mãe nem pai, infelizmente, mas devo dizer aos senhores que

os prezo todos. Tenho respeito e carinho por todos, podem ter certeza. É à melhor idade que estou torcendo para chegar. Feliz do homem e da mulher que chegam à melhor idade! Feliz do homem que chega à sua aposentadoria. Feliz do homem e da mulher que podem usar, neste momento, a vontade de lutar e de continuar lutando, muitas vezes não por si próprios, mas pensando naqueles que virão!

Pois bem, meus caros irmãos, aposentados e aposentadas, é uma imensa alegria estar aqui. Venho de um Estado pobre, da minha querida Paraíba, e de uma cidade pequenina, minha Santa Luzia, com menos de vinte mil habitantes. Todos sabemos, principalmente os nordestinos, que a sobrevivência dessas cidades, hoje, dá-se exatamente por causa dos aposentados. São os homens e mulheres aposentados, principalmente do campo, que chegam ao final do mês e têm seu dinheirinho para pagar sua mercearia, sua bodega, e para segurar a vida de uma família.

Mas, mesmo assim, a sensibilidade não existe. Mesmo sabendo que eu sei que eles sabem que a vida de muitas cidades deste País, hoje, depende dos aposentados, eles não têm nenhuma sensibilidade. Para completar meu raciocínio, farei referência ao empréstimo oferecido aos aposentados. Talvez muitos tenham feito o que não deviam, mas tenho de respeitá-los. O Governo do PT fez questão de divulgar aquele malfadado empréstimo na televisão como mais uma obra do seu Governo.

Minhas irmãs e meus irmãos aposentados, estou longe do meu sertão paraibano, mas tenho consciência de que a situação é muito difícil, pois o cidadão contraiu empréstimo e agora não tem mais dinheiro para comer. Instalaram-se bancos em mercearias e em lojas para tirar o dinheiro do aposentado. Nem nesse aspecto respeitaram os aposentados, que deveriam ter sido orientados antes da liberação do empréstimo.

Mas Deus é Pai e continuaremos lutando, Senador Paulo Paim. Nós e muitos Senadores e Senadoras que aqui se encontram estaremos juntos nesta importante luta que visa a promover o bem-estar dessa gente que está agora emprestando sua experiência e, acima de tudo, sua segurança.

Que Deus os abençoe! Por intermédio de vocês, abraço a todos os aposentados e aposentadas do meu Brasil, pedindo a Deus que possamos continuar juntos, para que o medo não vença a esperança.

Muito obrigado. (Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

De grão em grão, quem paga o pato é o aposentado:

✓ Entra governo, sai governo e as relações sociais inseridas na *Constituição Federal* Cidadã de 1988, não assinada pelo PT, continuam a ser desconsideradas, mingando, a cada dia o pagamento dos benefícios previdenciários, dentre aposentadorias por invalidez, pensão, auxílio-doença e demais valores.

✓ No ano passado, órgãos da sociedade civil (ANFIP dentre elas) apontam que a Seguridade Social foi superavitária, ao contrário do que afirma o Governo: estudos indicam o desvio de valores orçamentários (por lei) da Seguridade Social para outros Ministérios, ultrapassaram mais de 40 bilhões de reais no último ano, também incide sobre as receitas da seguridade, a inconstitucional Desvinculação de Receitas da União – DRU –, contendo 20% do que é arrecadado para os fins específicos da Seguridade, no que é sabido, pretende o governo majorar este índice.

✓ Inegável que existem perdas contra os Beneficiários do INSS, cujos percentuais apontam para 60,18%. Mesmo assim, sujeitos ao debate na esfera judicial o STF entendeu inexistir perdas na conversão dos benefícios concedidos antes de março de 1994, percentuais próximos a 11%, assim como quando dos reajustes devidos após 1996, ao nosso entender pela variação do IGP-DI, como determinara a lei, também fora negada na Excelsa Corte.

✓ Com a crescente disparidade entre o índice do salário mínimo e o reajuste dos benefícios do INSS ao que parece, mesmo ao médio cidadão de bom senso, que os Governos (mesmo o da esperança) estão dirigidos a um fim único: pagar todos os benefícios pelo salário mínimo.

✓ É sabido que fraudes existem e devem ser banidas, não só de sonegadores quanto às contribuições como pagamento de benefícios indevidos, também o governo as pratica, através de desvios das receitas como as indicadas frente ao orçamento da Seguridade destinando contribuições sociais que não são tributos, para outros fins, como se vê da CPMF. Lembramos que nesta casa há projeto do Senador Paulo Octávio proibindo destinação destes recursos que não à Seguridade Social, ou ainda, o não pagamento correto dos benefícios concedidos, sendo os inúmeros julgados condenando o INSS referência desta prática governamental. Imperioso reviver o Conselho Nacional de Seguridade Social com sua formação quadripartite a fim de dar efetiva representatividade social e força deliberativa obstando os desvios administrativos de toda sorte.

✓ Não há como se admitir o pífio reajuste pretendido pelo governo a ser dado como aumento dos benefícios em clara violação do princípio constitucional da preservação do valor real e inegável afronta à perda do poder de compra dos beneficiários que, na sua esmagadora maioria vive, ou melhor, **sobrevive** com os valores dos benefícios, não raramente em patamares irrisórios. Impõe-se, da mesma forma, o resgate dos valores aos patamares devidos como já há muito e pretendido pelo Senador Paulo Paim, nos termos do PL 58, fazendo cumprir o que já havia na Constituição e, também, dar a devida dignidade ao espírito que se reveste o Estatuto do Idoso, sendo emergente a sua **regulamentação** seja quanto à "cesta de medicamentos" de uso continuado, seja quanto ao transporte interestadual, dentre tantos dispositivos ainda a mercê de ineficácia.

✓ A indignação dos beneficiários, não só com este governo, mas com todos que trataram-nos como cidadãos de segunda classe, jogados à miserabilidade, tem de chegar ao fim, no mínimo recuperando os valores em salários mínimos correspondentes a data do seu início! O que falta é **vontade política** !!, é o que esperam os mais de **24 milhões de beneficiários**, capazes com sua organização, não só em ano eleitoral, mas a cada dia, decidir e lutar por novos rumos a ser dado a Nação, sob pena de ou pela inércia ou pelo silêncio, o medo vencer a ESPERANÇA.

Benedito Marcílio
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Como última atividade desta solenidade, ouviremos a música “Meu Querido, Meu Velho, Meu Amigo”. Agradeço à vocalista Sônia de Menezes Lyra e ao Tecladista Paulo Hahon, que aceitaram convite desta Mesa no último momento, sem qualquer programação, demonstrando solidariedade com o nosso povo, com a nossa gente. É bom dizer que tanto Sônia quanto Paulo estão aqui gratuitamente. Aos dois peço uma salva de palmas. (Palmas.)

(Apresentação da música “Meu Querido, Meu Velho, Meu Amigo”.)

O Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Sr. Senador Ney Suassuna enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, extremamente feliz a iniciativa do Senador Paulo Paim de requerer que a Hora do Expediente desta sessão fosse dedicada a homenagear os aposentados e pensionistas brasileiros.

É, sem sombra de dúvida, uma oportunidade única para que o Senado Federal demonstre o profundo sentimento de admiração e de respeito que nutre por essas pessoas, que tanto contribuíram, e ainda contribuem, para o desenvolvimento de nossa Nação.

Seria impossível homenagear aposentados e pensionistas, pessoas, em sua maioria, já idosas, sem tocar nos enormes problemas que assolam seu dia-a-dia.

É forçoso admitir que os benefícios pagos pelo INSS, única fonte de renda de praticamente todas essas pessoas, estão muitíssimo defasados.

Por esse motivo, as dificuldades dos que tanto trabalharam pelo bem do nosso Brasil são cada vez maiores. Está difícil até para sobreviver!

Por maiores que sejam os problemas de caixa da Previdência Social, é cristalina a constatação de que os benefícios estão muito aquém do que seria justo.

Pior: estão muito aquém do que seria preciso para suprir as necessidades mais básicas de aposentados e pensionistas!

O critério de reajuste pela inflação passada, aplicado a favor de todos aqueles que ganham mais de um salário mínimo, não reflete o real aumento de despesas das pessoas mais idosas. Segundo dados da

Fundação Getúlio Vargas, desde 1994, a inflação dos idosos foi cerca de 27% superior aos índices oficiais.

Os maiores vilões são, sem dúvida, os planos de saúde e os medicamentos, que vêm subindo acima da inflação e que são responsáveis pela maior parte dos gastos mensais de aposentados e pensionistas.

Infelizmente, quando se chega à terceira idade, não há como fugir das despesas com remédios e com planos de saúde: é uma questão de sobrevivência.

Para ter uma idéia da distorção do reajuste dos benefícios, tomemos como exemplo os últimos cinco anos. Ao tempo em que o salário mínimo quase dobrou, os benefícios foram reajustados em apenas 57%!

Diante de realidade tão dura, não podemos cruzar os braços! É preciso encontrar caminhos viáveis para melhorar os benefícios!

É preciso adotar políticas públicas sérias e eficazes, direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos aposentados e pensionistas, em sua maioria pessoas idosas!

Essas pessoas não querem, apenas, filas exclusivas! Querem dignidade! Querem ser felizes! Querem viver um presente de alegrias, e não de incertezas!

Temos de garantir a aposentados e pensionistas, que tanto contribuíram para a construção do nosso País, condições de gozar uma velhice saudável e alegre, justo prêmio para os que já fizeram sua parte na empreitada da vida.

A nós, que ainda estamos a fazer nossa parte, resta a obrigação de trabalhar para que aposentados e pensionistas sejam dignamente tratados e possam viver melhor. Não é um favor! É a prova de gratidão mais justa que poderia haver!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Antes de suspender a sessão para os cumprimentos, a Presidência agradece a presença da delegação de Deputados do Paraguai, que se encontra em visita ao Congresso Nacional. São eles: Gustavo Mussi, Carlos Martines, Marcelino Quiñónez, Efraín Alegre, Nelson Chavez, Eduardo Nery Huerta, Juan Bartolomé Ramirez e Fernando Oreggioni. (Palmas.)

Os Parlamentares do Paraguai visitam o Brasil e o Congresso Nacional, especialmente para tratar de questões relacionadas à Binacional Itaipu. O nosso agradecimento e os nossos cumprimentos. Muito obrigado a todos pela visita ao Congresso Nacional do Brasil. (Palmas.)

A Presidência suspenderá a sessão por três minutos, para os cumprimentos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15 horas e 49 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 7 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Está reaberta a sessão.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por dez minutos, com tolerância de mais cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, poderia começar falando das gafes do Presidente Lula, tão comuns nas suas viagens.

Agora, na África, foram tantas derrotas e gafes que não sei como chegou aqui. Como diz o Senador Heráclito Fortes, ele não resistiu ao champanhe, burlando, assim, a afirmativa do Sr. Furlan de que o homem não bebe mais. Depende da bebida! Ele abandonou – e fez muito bem – a caipirinha, mas champanhe e uísque não despreza.

Mas não vou falar sobre isso.

Todos têm notado aqui a alegria de um companheiro excepcional, que é o Senador Tião Viana. S. Ex^a merece o nosso respeito e a nossa amizade, mas agora está claro porque está tão feliz, tão risonho, como sempre aparece. É que o Acre é o segundo Estado do Brasil a receber recursos do Governo. É inacreditável que o Acre tenha recebido 110% de investimentos e a Bahia, a minha Bahia, tenha ficado apenas com menos de 4%. Falaram em 4,40%, mas esse percentual foi para o Pará. A Bahia ficou com 3,92%.

É assim que se faz a retaliação. Os Senadores Mão Santa e Heráclito Fortes não estão tão tristes quanto eu, porque receberam mais de 30% para cada habitante, e a Bahia, menos de 4%. Vejam como se faz retaliação! Isso ocorre porque temos um Governador decente que não fica bajulando o poderoso de hoje e o derrotado de amanhã. Precisamos derrotá-lo para salvar a moralidade pública; precisamos derrotá-lo para que não haja essas injustiças, salientadas hoje, na **Folha de S. Paulo**, onde todos os Estados estão com aquilo que receberam.

O Acre derruba São Paulo. Mas, longe, muito longe! É uma coisa incrível! E a Bahia vai para um 24º lugar, entre os 27 Estados do Brasil. É contristado que falo isso. A Bahia não merecia esse tratamento, tendo o tal Corregedor-Geral da União lá; tendo o tal Jaques Wagner, Ministro de tudo – Trabalho, Institucional, Desenvolvimento. Ele já foi tudo, só não leva recursos para a Bahia. Ainda temos o Gilberto Gil de sobra, para fazer os *shows*, para alegrar o povo que participa dos comícios do Presidente Lula.

É assim este Governo, é assim essa desmoralização.

Estou aqui hoje para dizer que, certamente, o Presidente Lula estará aqui na quarta-feira. Acredito

que eu também. Vamos nos falar? Provavelmente, não. Vamos nos olhar? Provavelmente, sim, mas que ele saiba que o meu olhar é de reprovação à sua atitude como Presidente da República do Brasil.

Não posso deixar que a Bahia fique nessa situação, não posso permitir que isso continue.

Sei que, amanhã, vem aí o tal Ministro dos Transportes, que vai trazer uma grande novidade para o Brasil. Estive com esse senhor, como Governador, há cerca de seis meses. Tudo o que ele prometeu, ele não fez. Assim é este Governo. Por outro lado, aquilo que tem de fazer não faz. Já estamos cansados disso. Daí por que, Sr. Presidente, manifesto essa opinião pessoal.

Parabenizo V. Ex^a por ter chegado aqui numa hora tão boa, tão alegre! Abra mais o sorriso, Senador Tião Viana, V. Ex^a só tem motivos para isso! Pode utilizar, se quiser, o art. 14 para dizer o quanto V. Ex^a tem o dever, juntamente com o seu irmão, de defender o indefensável no Presidente Lula. A sua situação é realmente essa. A minha, não; a minha é reclamar. Sei que V. Ex^a, quando se utilizar do art. 14, vai dizer que tenho razão em reclamar e que V. Ex^a tem razão em estar feliz.

Não estou reclamando do Acre, estou reclamando do Brasil, estou reclamando da situação calamitosa em que se encontram todos os setores públicos do País.

Amanhã vou escrever um artigo – já o escrevi hoje – dando razão ao Presidente Fernando Henrique, quando ele diz que a meta deste Governo é roubar. Eu achava que todos os nossos companheiros deviam ratificar a fala do Sr. Fernando Henrique, não para dizer que o governo dele foi bom ou mau, mas para dizer que este é um Governo de roubar.

Sei que o Presidente não vai explicar aqui nada sobre o Okamoto, nada sobre o Roberto Teixeira, nem mesmo sobre o que a Telemar deu para seu filho. Vai apenas certamente, por indiretas, dizer que tudo são calúnias, são infâmias! Tudo verdade, mas ele vai chamar as acusações de calúnias e infâmias. E não tomarei essas palavras para mim, porque não tenho caluniado. Só tenho falado a verdade, expondo-me, como tenho me exposto, a todas as perversidades de um Governo corrupto, de um Governo que não tem noção da moralidade pública.

Daí por que, sem ter de me meter na vida do PSDB, digo que o seu Presidente é uma das melhores figuras da política brasileira e do Nordeste, homem de bem, que sabe o que faz. Portanto, não vou dar conselho a ele. Entretanto, se tivesse de dar um, seria para que escolhesse logo o nosso candidato. O candidato deles deverá ter o apoio do PFL, para que possamos entrar também na discussão política, porque, atualmente, o dinheiro do Estado só é pago para a propaganda política do Presidente da República. O Presidente da

República não tem nenhum senso de responsabilidade e, como tal, usa dinheiro público para fazer a sua propaganda e diz que só vai se decidir em junho. Ele pode se decidir em junho, porque já decidiu ontem, usa o dinheiro público hoje e vai usá-lo amanhã.

O valerioduto está funcionando do mesmo jeito, muda-se apenas o local onde se toma o dinheiro. Essa é a situação em que nos encontramos, essa é a situação em que hoje o PT, que completa 26 anos, está vivendo, acanhado, acabrunhado. Ele sabe que vamos dizer, na tribuna e nos palanques, tudo isso. E ele não pense – porque ele está pensando, e alguns jornalistas também – que o povo se esqueceu. O povo não está sendo sempre lembrado por nós porque há uma campanha de desmoralização do Congresso, que nós, evidentemente, temos de repelir. Há que se encontrar um meio formal, no Regimento, para que o Presidente nos dê a oportunidade de rebater todas as vezes que o Presidente da República mentir aos brasileiros, na televisão, com o dinheiro pago pelo contribuinte. Temos de chegar logo a uma solução.

V. Ex^a, Sr. Presidente, na CPMI dos Bingos, está tendo uma atuação excelente, mas sempre procuram diminuí-lo. Por quê? Porque V. Ex^a está pegando os ladrões. Não se intimide, continue! Assim como o Senador Delcídio Amaral não pode enfraquecer-se com as pressões que está sofrendo por parte do PT e do Planalto. Não será por isso que S. Ex^a vai ganhar ou perder a eleição; ele vai perder a eleição se não tomar uma atitude digna, como todos os mato-grossenses esperam, de dar todo o apoio às investigações que estão sendo feitas na CPMI dos Correios.

O PT completa hoje 26 anos. Coincidentemente, o número de Parlamentares que aqui está é muito pequeno. Todos deveriam estar aqui, inclusive para que se pudesse falar sobre a Petrobras e sobre a Transpetro, sobre as quais os escândalos se sucedem. As campanhas estão sendo pagas indiretamente por essas e outras estatais.

Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex^a a oportunidade que me dá de dizer algumas verdades para um público diminuto, mas é o público que ouve a TV Senado. É preciso que saibam que a nossa voz não se calará. Só estamos querendo que comece a campanha para dizermos tudo nas praças públicas, nas esquinas, em toda parte a respeito do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, benemérito do Acre e criminoso da Bahia.

Por isso, neste instante em que vai falar o Senador Tião Viana, provavelmente, de acordo com o art. 14, quero que ele justifique isso, mas, sobretudo, que tenha a consciência de ver o quanto a Bahia está sofrendo, nessa fase, de um Governo discricionário e

autoritário, pelo fato de ter um Governador decente, que não pratica esses atos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos, o Piauí é irmão da Bahia no sofrimento. Atentai bem! Deus, que escreve certo por linhas tortas, quis que eu estivesse com este jornal ao lado de Heráclito Fortes. **Folha de Teresina**, jornal independente: “Ato criminoso. Governo Wellington Dias desvia 7 milhões do Fundef” – Governador do PT. Está aqui: “Lula é ingrato com Teresina”; “Brandão acusa governador de fazer jogo duplo”. Todos estão dizendo que não tem nada disso. O dinheiro pode ter sido usado em *marketing*, em propaganda, ou ter ficado lá, entre eles, porque em fazer desaparecer dinheiro todos do PT têm PhD.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O aparte de V. Ex^a vem em boa hora porque, na realidade, o seu Estado está entre os mais aquinhoados, com 92,1, e com a estrela do PT ao lado para mostrar que é petista. Os Estados com Governadores do PFL, esses sim, estão sendo discriminados. Talvez seja porque o Prefeito é candidato a Governador que estejam derramando tanto dinheiro no Piauí, se é que ele chega lá, como diz V. Ex^a. Às vezes não chega, mas está aqui, é a **Folha de S. Paulo** quem apresenta esses números.

Peço a transcrição dessa tabela. Ela deve ser transcrita e que o Sr. Lula, que vem aqui na quarta-feira, fale sobre os investimentos nos Estados.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Aqui se trata da **Folha de Teresina**. Eu sou mais Teresina.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, primeiro, quero registrar que considero muito positivo que o Presidente Lula tenha resolvido aceitar o convite do Presidente Renan Calheiros para estar aqui presente na próxima quarta-feira. Será uma oportunidade para que ocorra um diálogo entre ele e os Srs. Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não será um diálogo, porque será de uma boca só. Só ele fala.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim. Senador Antonio Carlos, quando V. Ex^a estava na Presidência do Senado, tivemos a oportunidade de debater a proposta de emenda à Constituição que eu havia formulado e que previa o seguinte: o Presidente viria e, em seguida, os Líderes falariam. Daí, o Presidente teria a oportunidade, após a sua mensagem, de também responder. No entanto, na ocasião, o Relator Sérgio Machado avaliou – na época, o Presidente era

Fernando Henrique Cardoso – que essa parte não deveria acontecer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele já pensava na Transpetro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O que eu queria dizer é que desta vez virá o Presidente e será uma oportunidade de ele se encontrar conosco e, olhando olhos nos olhos, dizer sua mensagem. Isso já é algo positivo, mas eu gostaria de apresentar outra proposição para nela pensarmos juntos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele será tratado educadamente por todos os Senadores, é claro, mas isso não quer dizer que alguém concorde com ele.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É claro que não. Isso é natural, mas é importante que se estabeleça essa interação. Quem sabe, pelo menos uma vez ao ano, o Presidente possa vir ao Congresso Nacional conversar, dizer sua mensagem e, aí, se permita a Deputados e Senadores que, por algum tempo, se expressem. Em seguida, o Presidente voltaria a falar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a acredita mesmo nisso? Fale a verdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou dizer algo que talvez seja uma informação nova para V. Ex^a: na África do Sul, isso acontece. Lá há um regime presidencialista em que o Presidente, uma vez ao ano, vai ao Congresso e estabelece um diálogo com os Deputados e com os Senadores. Aproveito a oportunidade para sugerir que tenhamos, um dia, esse procedimento. O Presidente não precisaria, mas virá na quarta-feira. Ele poderia enviar a mensagem por intermédio do Ministro Chefe da Casa Civil, mas desta vez virá, conforme já anunciou. Quem sabe ele possa, um dia, vir e estabelecer esse diálogo onde, com toda franqueza, poderia responder, por exemplo, os argumentos que V. Ex^a coloca. Quero registrar que embora V. Ex^a faça críticas a alguns aspectos, como, por exemplo, em relação à Petrobras, seria justo que registrasse também que, exatamente neste ano de 2006, a empresa está realizando o sonho de auto-suficiência do Brasil na produção de petróleo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Isso é uma mera coincidência, porque sempre, sempre, está num crescente a exploração do petróleo. Conseqüentemente, vejam as estatísticas que nada disso vai contar para ele – se o povo for esclarecido –, mas se deixarmos o “oba, oba” que ele faz na televisão com o dinheiro público, aí sim, o pessoal vai pensar que ele fez esse milagre de tirar o petróleo do mar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, a Petrobras tem toda uma história e não é fruto apenas deste Governo,

mas nele, V. Ex^a há de convir, é que se está registrando, pela primeira vez, a auto-suficiência na produção para o consumo interno e para a exportação de petróleo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES (PFL – BA) – Quando houve diminuição...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, agradecemos o aparte de V. Ex^a, mas não podemos fazer o diálogo. V. Ex^a foi bastante objetivo no seu aparte. Agradeço a V. Ex^a.

Solicito de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos, que conclua o seu pronunciamento, dentro do possível.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES (PFL – BA) – Encerrarei. Atenderei V. Ex^a, apenas lamento que, a esta hora, não tenhamos quórum, como foi pedido, para votarmos hoje e amanhã. Não queiram, amanhã, atropelar para votar o que o Governo quer e muita coisa que a Oposição não deseja. Isso não vai acontecer, porque não vamos permitir. Saibam V. Ex^a e o Presidente Renan que as matérias só serão votadas de acordo com as Lideranças. O que se está fazendo é um jogo para se votar tudo, atabalhoadamente, em uma terça-feira ou até numa madrugada. Isso não vai acontecer!

Ouçõ o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, eu não vou tocar no ponto das comemorações, que eu chamaria de farsa que se vai montar, em relação à festa da Petrobras. Talvez o Governo que menos tenha contribuído para a auto-suficiência da Petrobras tenha sido este, que vai comemorar o feito como se fosse seu. Eu gostaria, já que foi feita uma intervenção, que fosse colocada com muita clareza a participação efetiva deste Governo nesse feito que se consegue agora e que começou, realmente, no Governo de Getúlio Vargas. Sobre a questão da votação de medidas, que, parece-me, estão querendo que seja feita com um certo atropelo, eu gostaria de chamar a atenção para um fato em especial. Tive notícias de que há a pretensão de se votar com uma rapidez muito grande a questão do Fundeb, que acabou de entrar nesta Casa. Sr. Presidente e Senador José Agripino, Líder do PFL, chamo a atenção de todas as Lideranças para a questão do Fundeb, que é fundamental para a nossa região, para as Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, para o País inteiro. Para as regiões menos desenvolvidas, que estão anos e anos mais atrasados do que o centro-sul, a educação é uma questão fundamental. Isso precisa ser discutido em profundidade nesta Casa. A PEC que aí está tratará dessa questão nos próximos dez anos, pelo menos. Não podemos nos furtar a ela, sob pena de estarmos prevaricando, de estarmos faltando com o nosso dever em relação a nossos Estados. Há uma discussão profunda, inclusive de caráter regional, sobre com que recursos os Estados dessas regiões menos favorecidas poderão

contar, nesses projetos, para que possam realmente alcançar os objetivos que serão necessários. Portanto, é absolutamente irresponsável votarmos nesta Casa qualquer questão relacionada ao Fundeb sem que haja uma profunda discussão sobre vários aspectos. Estou chamando atenção especificamente para a questão regional no que concerne ao Fundeb. Quero deixar isso bem claro a todos os Deputados – quer da Situação, quer da Oposição – das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Algumas questões de mérito precisam ser mais bem discutidas, dada a profundidade da matéria e a responsabilidade que nós, nesta Casa, temos no que tange à referida questão. Foi muito oportuno que V. Ex^a abordasse essa questão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço profundamente o excelente aparte ao Senador Tasso Jereissati, que mostra que temos de estudar o projeto e que lembra que foi Getúlio Vargas quem, em 1953, deu início à Petrobras, sob a presidência de um udenista, o General Juracy Magalhães. Logo, politizar a Petrobras, como estão politizando, arrancar dinheiro público da Petrobras, como estão arrancando, é crime.

Não gostaria de concluir meu discurso sem pedir ao Conselho Nacional da Magistratura que não cedesse em relação ao nepotismo! As pressões de vários Tribunais são grandes. Há liminares. No entanto, o Conselho não foi criado para aceitar pressões, mas para apurar o que está errado na Magistratura. O Conselho não pode deixar de acabar com o nepotismo, senão vai desmoralizar-se perante a opinião pública e esta Casa, que o aprovou com tanta pressa, com tanto fundamento e com tanta vontade de melhorar a Justiça do Brasil, que, pelo visto, no meu Estado, está gangrenada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador José Agripino, agora não sou mais eu...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães, serei muito rápido. Penso que V. Ex^a abordou a questão e não foi explícito como o Senador Tarso Jereissati o foi em relação à matéria do Fundeb. Essa matéria acabou de chegar aqui, tem de passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Dentro do meu Partido, há Senadores que são *experts* na matéria. Dentro do PSDB, tenho a certeza de que matérias de interesse específico na Educação e na Região Nordeste têm de ser contempladas. Não vamos, por hipótese alguma, concordar em que essa matéria seja votada a toque de caixa. Quero deixar isso muito claro, em nome do PFL. O Senador Marco Maciel, que é um modelo de ponderação, na hora em que entrei no plenário, abordou-me de plano com relação a essa matéria. Então, por hipótese alguma, vamos concordar em que essa matéria seja votada a toque de caixa, porque ela

precisa ser aperfeiçoada – será aperfeiçoada – e precisa ser condicionada aos interesses regionais que representamos aqui por obrigação. Então, fique V. Ex^a tranquilo do alerta que faz, porque não permitiremos a votação a toque de caixa de matérias que estão chegando de última hora para serem votadas, o que não vai acontecer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Outra atitude eu não esperaria de um Líder com sua competência, com sua dignidade e com sua atuação nesta Casa.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, sabe V. Ex^a que a maioria dos Parlamentares, quando V. Ex^a assoma à tribuna, corre para cá ou fica ligada à televisão, pois sabe medir a importância dos seus pronunciamentos. Eu gostaria que V. Ex^a voltasse a essa tribuna, por conhecer de perto a história da República contemporânea, para falar um pouco sobre a Petrobras, porque, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já havia a projeção da auto-suficiência. Lembro-me ainda de que, quando vários fatos trouxeram o retardamento das perspectivas que havia à época, chegávamos a levantar a possibilidade de sabotagens durante a gestão do então Presidente. E, sobre o Fundeb, Sr. Presidente, conversando com o Senador Cristovam Buarque, concluímos que nos estavam enganando, porque esse projeto estava há mais de dois anos pronto em sua gestão. Há um provérbio árabe que diz: “Se você me engana, você é culpado. Se você me engana pela segunda vez, o culpado sou eu”. Então, não nos deixemos enganar! Foram convocadas, Senador Tasso Jereissati, audiências públicas para tratar do Fundeb na Comissão de Educação, as quais têm início amanhã, com a presença do Ministro da Educação e de outros que serão convidados. Então, não é possível afobar nesse ponto, porque há uma série de dúvidas suscitadas pelo próprio autor do princípio do projeto do Fundeb, que é o Senador Cristovam Buarque. Peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muitíssimo a V. Ex^a o aparte, que, como sempre, é abalizado pelo valor da sua senatoria.

Sr. Presidente, vou terminar dando um conselho ao Presidente Lula. Se Sua Excelência vem ler a Mensagem, que comece ou termine – não importa se no fim ou no início – dizendo: “Eu mudei. Eu vou moralizar meu Governo. Não vai haver mais roubalheira”. Sua Excelência seria aplaudido por todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OS INVESTIMENTOS NOS ESTADOS

Os investimentos federais são realizados diretamente pela União ou são executados por Estados e municípios, por meio de transferência de verbas

Estado Transferências em 2005, em R\$ milhões* Partido do governador R\$ por habitante

AC	109,9	PT	164,18
AP	58,1	PDT	97,65
RR	22,8	PSDB	58,37
TO	66,6	PMDB	51,02
PI	92,1	PT	30,63
AL	72,7	PDT	24,12
DF	52,2	PMDB	22,38
RN	66,8	PSB	22,26
SE	39,4	PFL	20,02
MS	38,8	PT	17,15
RO	20,0	PPS	13,06
AM	41,2	PMDB	12,75
PB	36,7	PSDB	10,22
CE	73,4	PSDB	9,07
PE	76,3	PMDB	9,07
MT	25,2	PPS	9,00
MG	151,8	PSDB	7,89
GO	41,0	PSDB	7,29
MA	35,7	PTB	5,85
SC	32,8	PMDB	5,59
ES	15,6	PMDB	4,58
PA	31,7	PSDB	4,56
BA	60,7	PFL	4,39
RS	31,5	PMDB	2,91
RJ	40,8	PMDB	2,65
PR	21,3	PMDB	2,08
SP	84,0	PSDB	2,08

O PT

Os três

governadores petistas ficaram com 16,7% do total repassado pela União, apesar de comandarem Estados que reúnem apenas 3,2% da população brasileira

SÃO PAULO

São Paulo,

governado pelo tucano Geraldo Alckmin, foi o menos atendido em relação à população. Nos números absolutos, é o quarto. Dos cinco Estados com menor índice proporcional de verbas, quatro têm governadores que se opõem a Lula

O MAIS ABONADO

Proporcionalmente ao nº de habitantes, o Estado que mais recebeu verbas federais foi o Acre, governado pelo petista Jorge Viana. Em números absolutos, foi o 2º a receber mais dinheiro, apesar de ser o 3º menor Estado em nº de habitantes

R\$ 1,44 bilhão

é a soma dos recursos transferidos pelo governo Lula em 2005. Esse valor inclui as verbas do Orçamento 2005 e aquelas de anteriores, os chamados "restos a pagar"

(*) Recursos efetivamente transferidos aos governos dos Estados, em 2005, por meio de convênios para a realização de obras e investimentos. Fonte: dados do Sialti (sistema do Tesouro Nacional de acompanhamento de gastos federais) coletados pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso e pela liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Tem a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra com base no art. 14 do Regimento Interno do Senado, por ter sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– V. Ex^a tem a palavra, Senador Tião Viana. De acordo com o art. 14 do Regimento Interno, V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Antonio Carlos Magalhães, há poucos minutos, fez uma crítica, sob a sua visão, sobre financiamento público, distribuição e execução orçamentária. S. Ex^a citou meu querido Estado do Acre como um Estado supostamente privilegiado com esse benefício de financiamento público, no que diz respeito ao Orçamento Geral da União. S. Ex^a o faz com muita autoridade, porque tem expressado sempre o seu descontentamento com os gastos públicos na história brasileira, especialmente no que diz respeito à desconsideração com as Regiões do Brasil.

Há, na política orçamentária nacional, uma concentração cada vez maior das riquezas nas grandes Regiões do País e uma injustiça com as pequenas Regiões. No caso do Acre, penso que é uma crítica colocada de maneira injusta, porque, quando fazemos a análise real da planilha orçamentária de gastos em relação a 2005, verificamos que São Paulo, na verdade, tem o orçamento estabelecido de R\$513 milhões, e Minas Gerais, de R\$489 milhões. E os gastos desses Estados ainda não chegaram a mais, porque estão retidos em Restos a Pagar.

O Acre teve, em 2005, uma execução orçamentária de R\$120 milhões. Mas, quando saímos do foco do financiamento público, por meio do Orçamento Geral da União, chegamos à devida conclusão de que não é o financiamento público, por intermédio da política orçamentária do Governo, que assegura o repasse constitucional em si, no que diz respeito ao Orçamento Geral da União e a gastos e financiamentos aprovados para as Unidades da Federação. O jornal **Folha de S. Paulo**, infelizmente, não considerou os repasses com educação e com saúde. Foram repasses basicamente centrados em obras públicas. Por isso, tem-

se a impressão de que o meu Estado estaria muito beneficiado, mas, quando se vai olhar, ficam à frente São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará, Piauí, Paraná, Mato Grosso e Paraíba. Somente depois, vem o Estado do Acre, quando o debate é financiamento público orçamentário, incluindo saúde e educação.

Quando nos apegamos ao financiamento mais amplo, vamos observar a liberação de verbas para os governos. Por exemplo, o Aeroporto de Congonhas não entra nessa planilha, assim como o Aeroporto Internacional de Maceió, o Aeroporto de Uberlândia, o Aeroporto de Guarulhos e o Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. Observamos que, somente no Espírito Santo, está em curso um investimento da ordem de R\$700 milhões.

O Espírito Santo recebeu há poucas semanas – o Senador João Batista Motta sabe disso – R\$120 milhões para a construção da subestação Areinha, em Viana. O Governador Paulo Hartung estava no Acre e confirmou isso. Isso não entra na planilha posta pela **Folha de S. Paulo**.

O meu Estado não tem iniciativa privada; praticamente não tem indústrias e empresas vinculadas a projetos alternativos. Ele vive basicamente – quase que exclusivamente – do Orçamento Geral da União, do financiamento direto do que aprovamos aqui.

Lembro, Senador Antonio Carlos Magalhães, que o Senador Osmar Dias fazia um debate, no ano de 2002, ponderando e, ao mesmo tempo, elogiando por que o Acre se afirmava tão bem dentro do Orçamento Geral da União – isso foi no Governo Fernando Henrique. Nós vamos, sim, como sei que os Parlamentares da Bahia o fazem, para a fila, para o debate na Comissão de Orçamento. Atravessamos as noites, enfrentando aquela situação delicada para buscar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a me permite?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Só um minutinho, que eu já permito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É rápido.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o maior prazer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – No Governo Fernando Henrique, o Governador do Acre tinha muito mais prestígio do que hoje...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador, não é permitido aparte.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem muita razão nisso, porque, veja o que ocorreu. Somen-

te em 2003, nós conseguimos liberação orçamentária maior do que no ano de 2002, do Governo de Fernando Henrique Cardoso. É fato o que V. Ex^a está dizendo. Em termos de liberação de recursos, recebemos agora, em 2005, o equivalente a 2002 do Governo do Presidente Fernando Henrique. Agora, há que se reconhecer que ali tivemos um excesso de arrecadação da ordem de R\$18 bilhões, que o Governo Fernando Henrique tinha. Isso permitiu que, nessa disputa, na Comissão de Orçamento, nós pudéssemos avançar.

Analisemos um programa, por exemplo. A rodovia Fernão Dias está quadruplicada em algumas áreas, mas está ganhando mais R\$45 milhões em 2005. Na BR-101, entre Palhoças, em Santa Catarina, e Osório, no Rio Grande do Sul, R\$500 milhões para investimentos.

Então, no meu Estado, quando estamos diante desses números, observamos que 60% deles são para duas rodovias federais do Governo brasileiro, que delega para o Governo do Estado fazer, mas não são recursos para o Estado em si.

Veja V. Ex^a o Programa Luz para Todos. A Bahia recebeu, Senador Antonio Carlos Magalhães – tenho aqui os números –, e está aplicando R\$346 milhões no Programa Luz para Todos, dos quais R\$175 milhões já foram executados. Esses números não entram na planilha feita pela **Folha de S.Paulo**. No entanto, não estou dizendo com isso que a Bahia não mereça muito mais, até porque o Programa Luz no Campo foi iniciado pelo então Ministro Rodolpho Tourinho, que muito ajudou o Estado do Acre, que é eternamente grato pelo que S. Ex^a fez.

Agora, reporto-me à reportagem do jornal **Folha de S.Paulo**, que foi injusta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Rodolpho Tourinho, não é permitido aparte quando o orador está usando da palavra na forma do art. 14.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Como eu o estou citando, S. Ex^a poderá fazer uso da palavra como citado logo a seguir.

Reconheço apenas que esses números que o jornal **Folha de S.Paulo** explorou não repõem os fatos em si, já que focam apenas a liberação de recursos de emendas orçamentárias e não aquilo que a União repassa aos Estados em programas.

Esse debate deu a impressão de que o Acre é um filho aquinhoado e que vivemos num mundo de sucesso. Evidentemente, o Acre cresce mais de 20% ao ano. Digo, com orgulho, que é o sexto Estado a gerar mais emprego no Brasil hoje, sendo a Bahia o quinto

– é bom que se cumprimente e que se valorize a Bahia por isso. O Estado do Amazonas foi o primeiro, e o de Roraima está muito bem colocado nessa condição, assim como outros Estados. O Acre é o sexto Estado gerador de emprego, crescendo mais de 20% ao ano. Porém, não é justo que se imagine que o Acre seja privilegiado por isso. Existe uma luta incansável nossa e do Governo do Estado para que o Acre tenha aquilo que é de direito, até mesmo porque colhe os frutos por ter sido, no início do século XX ainda, o terceiro no PIB nacional em termos de receita para este País, perdendo apenas para a pecuária e o café. Transformaram a figura jurídica do que poderia ser um Estado em Território, por um modelo americano que se importou, e, desde então, perdemos a nossa autonomia, ficando quase 60 anos na condição de Território, sem autonomia administrativa, política e financeira efetiva. Por essa razão, a União tem uma dívida com aquilo que podemos gerar no fortalecimento e na consolidação inclusive da revolução industrial.

Então, os números da **Folha de S.Paulo**, infelizmente, são distorcidos e inadequados, porque não analisam o financiamento público no seu sentido pleno.

No mais, acho que o Senador Antonio Carlos expressa, sim, o seu respeito pela Bahia quando faz esse debate, pelo Nordeste, pelas regiões do Brasil; e, sem dúvida alguma, dou o meu testemunho de que sempre procurou ser solidário ao meu Acre. Divergimos nos números e nas críticas ao Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra nos termos do art. 14. Fui citado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães no início do seu pronunciamento e me sinto no dever de prestar esclarecimentos à Nação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pelo art. 14, pelo prazo de cinco minutos.

Tenho certeza de que o Senador Antonio Carlos Magalhães deseja ouvir o esclarecimento de V. Ex^a, assim como a Nação inteira.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a minha inscrição pela Liderança do PFL, conforme documentação já enviada à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a está inscrito logo após o Senador Alvaro Dias.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Antonio Carlos Magalhães tem o couro ou a carapaça mais grossa do que a minha. O que ele diz está dito; vira lei, vira regra. Eu, um pequeno ocupante do baixo clero, preciso ter cuidado com o que atribuem a mim.

Eu quero dizer ao Senador Antonio Carlos que a única proposta que fiz foi ao Senador Tião Viana, para registrar o recorde anunciado por um Ministro de Estado como um grande feito do Presidente da República, na Argélia. E, evidentemente, os jornais do final de semana noticiaram e, ontem, a **Folha de S. Paulo** me perguntou, e respondi dizendo que não se pode elogiar, porque, logo em seguida, nesse final de semana, o Presidente da República já apareceu fazendo brindes com um borbulhante champanhe em terra africana.

Mas não é sobre isso que quero falar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Até a estatística desse Governo é confusa: os que estavam rindo no começo estão chorando, estão reclamando. E vejam que injustiça esse Governo faz com Tião Viana! Ninguém defende mais o Governo. É essa estrela solitária aqui de defesa do Governo. E pensei que S. Ex^a estivesse altamente satisfeito com os números anunciados pelo Senador Antonio Carlos Magalhães em relação ao Acre. Mas nem isso é verdade. Que Governo ruim! Pensava, em alguns momentos, que o Governo era um péssimo pai e um excelente padrasto. Mas nem isso consegue ser.

Senador Tasso Jereissati, o dinheiro desse Governo, a ajuda desse Governo, é como a linha do horizonte: você sabe que existe e vê, mas nunca alcança. Esse dinheiro todo contabilizado para o Estado do Piauí, está todo mundo esperando. São quatro barragens, são três usinas, mina da Vale do Rio Doce sendo explorada, gasoduto, viaduto, “PTduto”, mas tudo na base do “vou fazer”. O dinheiro do Governo – e o Senador Alberto Silva, que é da base, sabe disso melhor do que ninguém – é como a distância para o caboclo: é bem aí. Vá buscar esse dinheiro, vá conseguir!

O Governador está sobressaindo com algumas estradas que tem feito, porque são repasses da Cide. Mas, Senador Tasso, o Governo, para mostrar que está ajudando os Estados, contabiliza repasse oficial, repasse constitucional, contabiliza tudo. E no Estado

do Piauí fui até agredido por um funcionário de quinto escalão do Governo porque disse que atualmente não temos lá nenhuma obra de impacto. A obra de impacto foi aquela anunciada pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos: uma cadeia de segurança máxima! Depois, o Governador anunciou que ia fazer um centro de convenções para imitar o que está sendo feito no Ceará e cujo projeto era do arquiteto Ruy Ohtake, filho da consagrada pintora Tomie Ohtake. Ficou na conversa.

O Senador Alberto Silva, que é o homem das usinas, das barragens e de hidrelétricas, sabe. O Governador prometeu quantas, Senador? Quatro. Onde é que estão essas barragens? Não sei, sinceramente, Senador Antonio Carlos Magalhães, onde se baseia essa matéria da **Folha de S. Paulo**, mas seria bom que fosse verdadeira.

Eu queria ver realmente o sorriso do Senador Tião Viana, sorriso sincero. Esse homem que certa vez comparei ao Lima, aquele jogador do Santos de antigamente, que jogava em todas as posições menos no gol, substituía a tudo e a todos. É a posição dele aqui defendendo o Governo: chuta o escanteio e vai para a área fazer o gol. Eu achava da maior justiça que fosse verdade e também da maior justiça que o meu Estado, o Piauí, estivesse recebendo recursos, porque é o único Estado do Nordeste que tem um Governador do PT.

Senador Alberto Silva, a esperança é a última que morre. Vamos dar um crédito de confiança ao seu Governador. O Governador está tão desesperado com questão de recursos federais, Senador Tourinho, que agora, de maneira antiética, tomou uma emenda destinada à cidade de Teresina, para revitalização do centro, e destinou-a ao metrô – evidentemente, com o apoio forte das empreiteiras, que hoje têm grande força sobre o Orçamento da União.

Quero, Sr. Presidente, agradecer V. Ex^a por esta oportunidade. Eu não disse nada daquilo com relação ao Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães. Ele tem todo o direito de fazer o que quer. Essa polêmica toda foi por conta do avião.

Neste Governo, até quando se compra avião há polêmica. Por que polêmica, Senador Tasso? Porque foi pago adiantadamente. Não existe no mundo quem compre avião e pague antecipadamente. O avião tem problemas técnicos, tanto é que já foi convocado aqui um militar para prestar esclarecimentos sobre esses problemas. Costa e Silva comprou avião, Juscelino comprou avião...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. Fazendo soar a campanha.) – Senador Heráclito, para

concluir. Tenho certeza que o Senador Antonio Carlos Magalhães já está convencido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... todos os Presidentes da República compraram avião, e não teve problema. E olha que nem a UDN encontrou defeito no avião do Juscelino! Pois a respeito do avião que comprou o Presidente Lula dizem alguns que, para o avião alcançar grandes rotas, é preciso que todos os tripulantes e todos os passageiros fiquem no fundo do avião para poder melhorar a sua performance, para o avião ter mais um pouco de autonomia.

Essas coisas não podem acontecer, Sr. Presidente. Isso é uma brincadeira! Acho, porém, que, de brincadeira, este País não pode viver. Cabem esclarecimentos sobre esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, que fez esclarecimentos à Nação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, que falará em nome do PSDB por delegação da Liderança de seu partido. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela liderança do PR. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 13 DE FEVEREIRO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, pela lista de inscrição, ao Senador Antero Paes de Barros. Em seguida falará V. Ex^a, Senador Tourinho. Estamos intercalando um orador inscrito e um Líder, e V. Ex^a, Senador Tourinho, por delegação do PFL, fará uso da palavra logo após o Senador Antero Paes de Barros.

V. Ex^a tem dez minutos, Senador Antero.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Líder do meu partido em exercício, Senador Alvaro Dias, já disse aqui da tribuna: “Comemora-se hoje o Dia Nacional da Impunidade”.

Há dois anos, a revista **Época** trazia fita em que Waldomiro Diniz pedia propina ao empresário de jogos Carlinhos Cachoeira.

Atrás do episódio Waldomiro Diniz, vieram outras denúncias. E ficou claro para toda população brasileira o profundo vínculo entre o Governo Lula e os donos de bingos e outros jogos de azar. O governo prometeu e até tentou legalizar e regulamentar os jogos de azar.

Quando houve a denúncia de Waldomiro Diniz, em seguida chegou a esta Casa mensagem presidencial para a legalização dos jogos. Depois da denúncia – aliás, feita por mim desta tribuna – o Governo fez uma medida provisória para proibir os jogos.

Foi revelada a armação envolvendo Waldomiro Diniz, que representava o ex-Ministro José Dirceu. Nessa mesma armação estavam Rogério Buratti, representante do Ministro Palocci e ambos os grupos – a república do Rio e a república de Ribeirão Preto – para extorquir a multinacional Gtech* na renovação do milionário contrato de loterias com a Caixa Econômica Federal.

Dois anos depois, ninguém foi punido. Aqui, Senador Efraim Moraes, houve uma coincidência interessante. A conclusão do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, na CPMI dos Bingos, é muito próxima da conclusão a que chegaram os Procuradores da República que investigaram o caso, cuja conclusão não foi aceita pelo Governo brasileiro.

O Governo disse que a democracia estava funcionando às mil maravilhas, que a Polícia Federal era republicana e que iria investigar Waldomiro Diniz. Até hoje nenhuma conclusão, até hoje nada. A Polícia Federal tem, sim, feito serviços importantes para a Nação quando não entram interesses do Governo brasileiro. Quando entram interesses do Governo, do PT, o Ministro da Justiça – que precisa ser convocado e não convidado para depor na CPMI dos Correios – tem transformado a Polícia Federal numa polícia política, numa polícia de Estado, mas que, felizmente, ainda não está parecida com uma Gestapo.

Mas nós que gostamos e que sabemos que a Polícia Federal é uma instituição permanente temos de lutar pela independência das investigações da Polícia Federal. É por isso, inclusive, que pessoalmente defendo o direito de o Ministério Público investigar quando se trata de autoridades ligadas ao Executivo para que não haja o constrangimento natural de a Polícia Federal investigar as pessoas do Poder Executivo já que ela é subalterna hierarquicamente ao Ministro da Justiça.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Com a sua experiência e os enormes serviços

ao País nessa área, creio que é importante que V. Ex^a possa falar neste instante.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quero cumprimentar V. Ex^a pela referência da importância da Polícia Federal, que vive na minha alma, no meu sangue pelo tempo que a dirigi. Sei da importância da independência da atividade policial. O delegado, quando abre o inquérito e baixa portaria, já é independente pelo próprio Código de Processo Penal. Aliás, quero cumprimentá-lo por ter se formado em Direito, no sábado, parece-me. Foi, portanto, uma alegria ter recebido essa notícia e poder cumprimentá-lo na tribuna. No caso Waldomiro, houve muitos contratempos no andamento do inquérito: promotores atravessando, segurando o inquérito, o juiz não devolvendo a requisição, para prorrogação, uma confusão. Realmente, precisamos pedir a quantas anda esse processo. Quando o Senador Efraim Morais assumiu a presidência da CPI dos Bingos, começou a aprofundar várias investigações que, infelizmente, não conseguiram andar na polícia. Então, disseram que é a CPI do fim do mundo. É, sim, do fim do mundo para apurar o que realmente está acontecendo e para a sociedade saber da verdade. Vou pedir ao Dr. Paulo, uma pessoa a quem respeito muito pela dignidade com que sempre se comportou, que nos informe o que realmente está acontecendo. Agora, o Ministério Público tem a força e o poder de intervir no inquérito, de pedir diligência...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – O Ministério Público já rejeitou três conclusões da Polícia Federal, pediu novas diligências.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Isto que é importante: a fiscalização do Ministério Público. Não sou contra o Ministério Público participar da investigação. Penso que se tem que somar, mas se o Ministério Público investigar por si só, não há quem vigie qualquer decisão. Agora, em relação à polícia, o Ministério Público pode intervir e rejeitar, inclusive, o procedimento policial. Mas o Ministério Público e a polícia têm que informar o que realmente está acontecendo. E o Senador Efraim Morais e outros membros da CPI não rejeitaram nenhuma vez qualquer requerimento que tenhamos feito, pouco importando o que fala o Governo a respeito da CPI, porque eles estão tendo participação ativa, Senador Antero Paes de Barros. Ninguém impede que haja pronunciamento ou críticas às decisões que são tomadas pelo Presidente e pelo Relator. Obrigado. Peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento.

Eu gostaria de dizer que o Governo criou também uma comissão de sindicância para apurar as responsabilidades no caso Waldomiro Diniz. Mas alguém sabe informar qual foi o resultado da comissão de sindicância do Governo? E fica o Governo ainda com um Ministro – de quem, pessoalmente, até gosto –, o Ministro Waldir Pires*, fazendo pose de que funcionam as comissões de sindicâncias internas. No caso Waldomiro Diniz, não se apurou nada. Sequer os telefones, sequer os computadores onde Waldomiro trabalhava foram investigados, quer na comissão, quer na Polícia Federal.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Em seguida concederei um aparte a V. Ex^a.

Waldomiro e seus parceiros comemoram hoje, junto com o PT, o Dia Nacional da Impunidade. Lamentavelmente para o PT, o dia do aniversário do PT é também o Dia da Impunidade. O dia do aniversário do PT é também o dia em que o PT resolveu enterrar a ética na política inteiramente.

Mas Waldomiro não comemora sozinho. Brinda com ele a turma de Ribeirão Preto, integrada por Rogério Buratti, Vladimir Poletto, Juscelino Dourado e Ademirson da Silva, antigos e atuais colaboradores do Ministro Palocci.

O Dia da Impunidade é comemorado também pelo empresário Mauro Dutra, dono da empresa Novadata de informática e da ONG Agora. A Ágora desviou recursos, que alguns atribuem terem sido aplicados nas campanhas eleitorais do PT e que deveriam ser aplicados na qualificação dos trabalhadores brasileiros, na formação de mão-de-obra. Já foi condenada pelo Tribunal de Contas da União, mas continua como se nada tivesse ocorrido, fornecendo computadores aos órgãos públicos e aos amigos dos poderosos.

Impunidade lembra o nome do compadre de Lula, Roberto Teixeira, advogado de antigas relações com Lula e com o PT, envolvido em escândalos desde os anos 90, na época em que era dono da empresa Cpem, que extorquia prefeituras administradas pelo PT. Se tivéssemos prestado mais atenção às denúncias de Paulo de Tarso Venceslau, o Brasil não teria vivido aquela euforia de 1º de janeiro de 2003.

Teixeira, o compadre do Lula, esteve envolvido na falência fraudulenta da Transbrasil e recebeu um milhão de reais da BrasilTelecom a título de consultoria, pela sua competência talvez, mas com certeza por ser compadre do Presidente.

Está comemorando também o Dia Nacional da Impunidade na companhia de Waldomiro, o Sr. Antonio Celso Cipriani, seu sócio na Transbrasil em remessas milionárias de recursos ao exterior.

Brinda também o Dia Nacional da Impunidade a turma que operou o caixa de corrupção na Prefeitura de Santo André e está envolvida no assassinato do ex-Prefeito Celso Daniel.

Brinda também a turma de Londrina, que montou um poderoso esquema de caixa dois na eleição de 2004, envolvendo, segundo últimas denúncias na CPI dos Bingos, o Deputado Paulo Bernardo, atual Ministro do Planejamento, o Secretário Particular de Lula e o ex-Ministro José Dirceu.

Em Londrina também – que coincidência! –, o delegado foi substituído, o inquérito está paralisado e o Ministro da Justiça chama-se Márcio Thomaz Bastos.

Por coincidência, o Dia Nacional da Impunidade acontece no mesmo dia em que o PT festeja o seu aniversário de fundação, que eles querem tratar agora como “refundação”. O PT, lamentavelmente, afundou na corrupção, locupletou-se no mensalão e faz uma comemoração discreta, envergonhada, porque sabe que não pode mais empunhar a bandeira da ética.

Leôncio Martins Rodrigues, sociólogo, um dos fundadores do PT e um dos desiludidos com os des-caminhos do Partido, diz hoje em entrevista ao jornal **Folha de S.Paulo**:

Do velho PT, sobram, basicamente, a ambição e os interesses pessoais, a vontade de ascensão social e de poder que, na verdade, existe em todos os partidos e é a mola básica da atividade política. Essa motivação nunca deixou de existir no PT. Só que estava encoberta por um manto ideológico que constituía, e constituiu em todos os partidos de esquerda, um forte incentivo para a militância gratuita, pelo menos no começo.

“Quais as perspectivas de o PT recuperar a bandeira da ética?”, pergunta a **Folha de S.Paulo**.

Responde o sociólogo:

Muito pequenas. Essa bandeira já era, ainda que muita gente continue a votar no PT e em seus candidatos. A etiqueta do PT como o partido que não rouba e não deixa roubar será difícil de ser colada novamente sobre a estrela vermelha. O escândalo do “mensalão” e outras coisinhas mais contaminaram a classe política.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet, antes de encerrar o meu pronunciamento.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Antero Paes de Barros, peço este aparte somente para cumprimentar V. Ex^a pela objetividade do discurso e também o Senador Romeu Tuma, pelo aparte que traz alguns esclarecimentos. Mas posso resumir meu aparte. Alguém não citado por V. Ex^a – tenho medo de errar o nome, mas parece-me que foi o Sr. Delúbio Soares – disse que tudo isso um dia iria terminar numa piada. Senador Antero Paes de Barros, isso é muito grave, tomara que não aconteça no nosso País. Portanto, vamos confiar ainda nas instituições. As CPIs estão funcionando. Até agora, o Sr. Delúbio Soares está rindo do País.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, que incorporo ao meu pronunciamento.

Para concluir, gostaria de citar o que disse a colunista Lucia Hippolito, em comentário hoje na Rádio CBN, sobre o aniversário do partido governista:

O PT esqueceu os antigos problemas e reaprumou-se. Desistiu de fazer autocrítica e jogou toda a culpa num tal golpismo de uma tal elite de direita. Levantou o queixo e voltou a cantar de galo. Vai comemorar o aniversário como se não devesse nenhuma explicação à sociedade.

O PT não explicou isso, o mensalão ou Delúbio. Aliás, o Presidente da República convocou cadeia de rádio e televisão para dizer que não havia mensalão. Não explicou Silvinho Land Rover...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Com muito prazer, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Antero Paes de Barros, tendo em vista que ninguém apresentou moção de congratulação ao PT, vamos apresentar uma pela ética e pela moral do Partido. Ninguém apresentou nada. Está todo o mundo acabrunhado. Ninguém veio. Então, vamos apresentar uma moção de congratulação pela ética e pela moralidade do PT, certos de que vai enveredar sempre pelo mesmo caminho.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte ao meu discurso.

Concluo o pronunciamento, dizendo que lamento – não o indiciamento, porque este deveria ocorrer –,

mas que esse Ministro da Justiça seja o maior organizador da defesa do PT. O Ministro da Justiça não está operando como tal. Está-se lembrando dos tempos em que era advogado criminalista.

O indiciamento do Sr. Duda Mendonça por falta de cooperação é claramente um recado intimidatório em relação à sua vinda novamente à CPMI dos Correios.

O Brasil precisa ouvi-lo sentado, como convocado! Chega de trazer Ministro aqui como convidado! Deve vir como convocado à CPMI dos Correios o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a fim de dizer, em alto e bom som, como é que está operando, como advogado criminalista, essas instruções todas para livrar os bandidos e tapear a população brasileira.

No dia do aniversário do PT, só uma estrela merece comemoração: a do Botafogo, Campeão da Taça Guanabara!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Concedo a palavra, pela Liderança do PFL, ao Senador Rodolpho Tourinho, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, com a permissão do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, como diversos Senadores fizeram análises severas e críticas sobre o Partido dos Trabalhadores, sinto-me no dever de registrar que estou ouvindo as palavras de cada um deles e que procurarei dar a devida resposta no momento do meu pronunciamento, pois estou inscrito para falar. Gostaria apenas de fazer esse registro em respeito a todos os Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a realmente está inscrito e terá direito à palavra por dez minutos.

Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meados do ano passado, quando houve a crise na Bolívia, que acarretou um aumento muito grande no preço do gás, a primeira providência tomada pela diretoria da Petrobras foi a de praticamente suspender a construção do gasoduto Sudeste-Nordeste.

Quero chamar a atenção de todos os Senadores nordestinos aqui presentes, Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador Tasso Jereissati, Senador Alberto Silva, Senador Ney Suassuna, Senador José Agripino, Senador Mão Santa, Senadora Heloísa Helena, para a gravidade desse problema. Naquele momento, ficou claramente definido que, se houver problema, ele ficará com o Nordeste.

Temos uma crise de energia anunciada para o Nordeste. Na minha avaliação, seria para 2009, mas o Governo já admite que será em 2008, porque comprou energia emergencial para isso.

Então, naquele momento, fiz um projeto de lei visando a estabelecer um marco regulatório para o gás natural, para atrair investimentos e regular o setor. Isso porque todo o setor de petróleo já estava – e está – regulado pela Lei nº 9.478, de 1997, a chamada Lei do Petróleo.

Discutimos, ao longo desses meses, com a sociedade em geral, com os órgãos de classe do setor elétrico, dos setores industriais.

Lerei as partes principais de um editorial publicado na terceira página do jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje, intitulado “A Recaída da Petrobras”. Creio que ele resume muito o que representa não só esse projeto, mas também o que se discute hoje em benefício do País.

Diz o editorial:

Em nota distribuída quarta-feira, a Petrobras criticou, por intermédio de seu diretor Ildo Sauer, o Projeto de Lei do Gás, do Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia, afirmando que o texto “compromete os investimentos na expansão de infra-estrutura de transporte de gás natural no País, condição fundamental para a organização e maturação de mercados emergentes ou em transição, como o do Brasil”. Os argumentos da estatal, que detém o controle total dos gasodutos que ligam os campos aos centros de distribuição (citigates), contrastam com o anúncio da empresa de que quer atrair maciços capitais privados para investir na Bacia de Santos.

A questão central é o virtual monopólio que a Petrobras exerce no transporte do gás, controlando tanto o gasoduto Bolívia-Brasil, como a malha interna, sob o controle da Transpetro.

O projeto do Senador Tourinho, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, determina, em seu art.

30, que “fica assegurado, a qualquer carregador, o acesso aos gasodutos de transporte, mediante o pagamento de tarifa aplicável”.

Isso é exatamente o que a Petrobras não quer. Há alguns anos, foi preciso que o grupo British Gas entrasse na justiça para assegurar que o gás que extrai na Bolívia fosse enviado para outra empresa do grupo, a Comgás, por intermédio do gasoduto Bolívia-Brasil.

Naquele momento, ao contrário do que ocorre hoje, o gasoduto operava com elevada ociosidade. Ou seja, a Petrobras não se interessou sequer em receber pagamento, preferindo exercer o controle total do gasoduto.

A Petrobras pretende a exclusividade na utilização de gasodutos que construiu. Não definiu por quanto tempo, mas afirma que a União Européia estipulou que “os mercados emergentes tivessem um período de exclusividade de 10 anos”.

Apenas em tese, hoje, é “livre” o acesso de terceiros aos gasodutos. Na verdade, pelo regime atual, “a Petrobras possui total liberdade para discriminar usuários de seus gasodutos, praticar subsídios cruzados e, conseqüentemente, exercer o monopólio na produção da comercialização do gás natural”, como observam os especialistas Adriano Pires e Rafael Schechtman, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura.

O projeto da Lei do Gás rompe essa dependência ao substituir o modelo de autorização pelo de concessões, pelo qual o acesso aos gasodutos será regulado – e não negociado caso a caso, como hoje. Elimina, portanto, a base jurídica que assegura à Petrobras o poder, de fato, de monopólio.

Outros tópicos foram criticados pela Petrobras. A adoção do regime de concessão e licitação é considerada morosa e capaz de atrasar investimentos. A empresa parece ter-se esquecido de que nada foi mais moroso do que a decisão de construir o gasoduto Bolívia-Brasil...

Critica ainda a criação da Ongás, que é o operador de gás, e outros aspectos menores da questão. Conclui o editorial:

É iminente o risco de um colapso no abastecimento do gás, pois a demanda está crescendo muito mais que a oferta. A Lei do

Gás pretende, reduzindo o peso da Petrobras, atrair empresas privadas, que só se sentirão seguras quanto ao suprimento de gás se tiverem acesso fácil aos gasodutos.

A Lei do Gás tem apoio na sociedade e no Congresso. Contra ela está a Petrobras, cuidando de manter o seu monopólio virtual e ignorando a necessidade de atrair investidores em exploração, produção e transporte de gás e, sobretudo, de respeitar o interesse do consumidor.

Alerto para o fato de que este já é o quarto editorial de **O Estado de S. Paulo** acerca desse tema. Aliás, peço que ele seja inserido nos Anais, bem como outro que saiu no jornal **Folha de S. Paulo**, na coluna Opinião Econômica da semana passada, intitulado: “Faroeste no mercado de gás natural”, dos Professores Adriano Pires e Rafael Schechtman.

Por fim, quero dizer que várias críticas foram feitas neste final de semana, em tom pessoal, ao meu projeto. São críticas vindas de um diretor da Petrobras, que seriam até aceitáveis e discutíveis – como, aliás, sempre me propus a fazer em todos os casos em que relatei ou em que fiz algum projeto neste Senado Federal – se ficassem restritas à parte técnica. Mas, não, elas são injuriosas. Defendo os interesses da Nação brasileira, do povo brasileiro, e alguém que só tem feito mal à Petrobras e ao País tenta, neste momento, injuriar-me, embora não consiga fazê-lo.

Não são poucos os setores aqui mesmo dentro do Senado, dentro do Congresso, dentro do Governo, que desqualificaram e desqualificam essa figura pequena, liliputiana, desse Diretor. Não discutirei com ele, porque penso que ele não tem categoria moral para discutir esse assunto.

Tenho certeza de que meu projeto quebra efetivamente o monopólio da Petrobras na área de gás. Tenho certeza de que meu projeto traz transparência absoluta e impossibilidade de concessão de subsídios cruzados, o que é muito ruim hoje, porque não apenas impede que a população conheça a verdade sobre tudo que ocorre na empresa, mas impede, sobretudo, que haja livre concorrência e que novos investimentos venham para o País.

Preparo o projeto junto com o Senador Eduardo Azeredo, que é o Relator, para votação e penso que esse tem sido o meu dever, como também é dever do Congresso discuti-lo e votá-lo.

Concedo um aparte ao Senador César Borges, com muito prazer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, solidarizo-me com V. Ex^a, que não pode, de forma alguma, ser atingido na sua prerrogativa de apresentar projetos de lei, exercendo seu mandato com competência e com conhecimento técnico, por um diretor da Petrobras que vem tratar de forma pejorativa um projeto dessa importância. Portanto, V. Ex^a tem minha total solidariedade e meu reconhecimento pelo trabalho importante, sério e competente que faz nesta Casa. Permita-me também dizer que considero muito estranho que a Petrobras, que é uma estatal ligada ao Governo Federal e que tem a obrigação de dar uma nova matriz energética ao País, por meio dessa nova matriz limpa que é o gás, não se posicione. Existem muitas regiões brasileiras precisando de gás. Sabe muito bem V. Ex^a a necessidade de todas as regiões do País. No Amazonas, por exemplo, queima-se óleo *diesel* caríssimo para iluminar e dar energia à região. Cito ainda Estados como o Maranhão, mas também todo o Nordeste brasileiro, Região extremamente carente que precisa de investimentos rápidos como a construção do Gasene. Porém, nada é feito para se materializar esse projeto. O Governo Federal, que é o controlador da Petrobras e que conta com o apoio do Ministério das Minas e Energia, não se posiciona. V. Ex^a procura, com esse projeto, dar uma direção, um norte, e teve essa abertura de discutir o assunto com todos os setores. Por que o Governo não se apresenta? Se o Governo é a favor do projeto ou contra ele, é importante dizer como vai suprir as necessidades de gás do nosso País, como no caso da Bahia, onde há uma restrição, visto que pelo menos 30% a 40% do seu consumo deveriam estar abastecidos, mas não estão. Portanto, parabenizo e solidarizo-me com V. Ex^a. O Governo Federal não se pode manifestar por meio de um diretor da Petrobras de segundo escalão para falar sobre um projeto de um Senador como V. Ex^a, que o fez com base em entendimento técnico e em conhecimento de causa que V. Ex^a detém. Muito obrigado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Rodolpho Tourinho, recebi um telefonema, hoje, da assessoria de V. Ex^a pedindo para que V. Ex^a falasse em nome da Liderança do PFL, o nosso Partido, antes da Ordem do Dia. E me diziam que V. Ex^a tinha um comunicado importante a fazer em função de matéria publicada em jornal de circulação nacional no fim de semana. Eu me inteirei do assunto

e participei da indignação que V. Ex^a revela agora, com justíssima razão. Deixe-me fazer aqui uma manifestação. V. Ex^a é visto, dentro do nosso Partido, como homem de posições equilibradas. Inclusive, por hipótese alguma, negocia o interesse nacional. Nem o interesse partidário V. Ex^a coloca acima do interesse coletivo, do interesse nacional. Sou muito franco em dizer: nem o interesse partidário, se fosse o caso, V. Ex^a colocaria em plano superior ao interesse coletivo, que V. Ex^a sempre pontei nos pareceres, nas opiniões e nos relatórios que prepara. V. Ex^a tomou a iniciativa de fazer uma coisa que era obrigação do Governo, que não a fez: o marco regulatório do gás. Essa é uma proposta para ser debatida, para ser discutida, é uma proposta séria. E surgirem agora manifestações desairosas por parte de pessoas que deveriam ter tido a responsabilidade de propor alguma coisa, que não o fizeram e que vêm agora criticar uma coisa séria que V. Ex^a apresenta?! Cresça e apareça! Cresça e apareça! Mas apareça bem, porque, se não aparecer bem, vai levar as reprimendas que está recebendo agora de V. Ex^a, com o apoio da Casa. V. Ex^a tem a absoluta cobertura do seu Partido, porque V. Ex^a é um quadro que nos orgulha, pela sua competência, pela sua seriedade e, acima de tudo, pelas posições que V. Ex^a toma, sempre de interesse coletivo, sempre de interesse nacional. Com a nossa palavra, receba a nossa solidariedade e o nosso desagravo.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Senador Tourinho, V. Ex^a tem minha solidariedade em relação a qualquer agressão que lhe seja feita sobre a sua conduta no exame das matérias submetidas à sua decisão. V. Ex^a é um exemplo nesta Casa de trabalho, de aprofundamento do debate, de diálogo e de competência. Não digo isso somente neste aparte, toda a Casa é testemunha de que tenho sempre repetido o quanto V. Ex^a tem contribuído para os trabalhos desta Casa, com seu espírito público, com a sua solidariedade, com a sua dignidade e com a sua experiência na vida pública.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador José Sarney.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quero subscrever as palavras elogiosas de todos os Senadores, em particular as do Senador César Borges, que é da nossa terra, em relação a

sua atuação neste Senado. V. Ex^a é dos melhores Senadores da República de todos os tempos. V. Ex^a pode estar tranqüilo com a sua consciência e com seu espírito público. O Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo – e, conseqüentemente, também deveria ser líder da Petrobras; infelizmente não é –, tem destacado a atuação de V. Ex^a em todos os momentos. V. Ex^a é um Senador que tem a unanimidade do Senado quanto à moral e a capacidade. Isso é muito importante. Daí por que qualquer vigarista que estiver no lugar, apenas porque querem fazer um “valerioduto” na Petrobras – e já estão fazendo –, vem ofender V. Ex^a. Aliás, o assunto que V. Ex^a traz aborda também os dutos. A ofensa a V. Ex^a não o atinge simplesmente, atinge todos nós. E saiba que V. Ex^a terá do Senado todo o apoio, inclusive, tenho certeza, o apoio do Presidente da Casa.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, se possível, eu também gostaria de apartear S. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Tourinho, não vou ser redundante falando sobre aquilo que já é conhecido de toda esta Casa. Aliás, de toda esta Casa mesmo, tanto que, quando existe algum projeto polêmico em que há um impasse entre Oposição e Governo, é V. Ex^a que a própria Liderança do Governo tem procurado para relatá-los, dado o seu equilíbrio, dada a sua seriedade no trato com a coisa pública. Portanto, não vou perder o tempo desta Casa tratando dessa questão. Não é para mim surpreendente, mas é chocante ver a maneira pela qual diretores da Petrobras trataram um projeto dessa importância, que é o projeto do gás, ao qual V. Ex^a vem se dedicando com seriedade, com competência e com a credibilidade que tem sobre o assunto. Não é surpreendente porque, a meu ver, existem neste Governo matérias dessa importância que são tratadas dessa maneira e com essa irresponsabilidade. Não é a primeira vez que isso acontece. Temos visto isso ocorrer inclusive na própria Petrobras. Graças a uma circunstância internacional extraordinariamente favorável, essa empresa não se desmoronou, Senador Antonio Carlos. Essa empresa, a olhos vistos, tem-se transformado, de uma empresa séria, correta, austera, que trata dos seus negócios com a maior seriedade, em um imenso painel de propaganda do Governo, em uma imensa fonte de recursos panfletários do Governo e do Partido do Governo. Sua máquina publicitária se transformou em uma máquina de publicidade do Governo, em que recursos e recursos são

jorrados para fazer a publicidade do Governo de uma maneira absolutamente irresponsável. Suas subsidiárias também estão se tornando fontes de pressão, de projetos para trazer recursos para o Governo. E a sua diretoria, pouco profissional – cada vez menos profissional –, usa e abusa do poder de uma gigante monopolista na área de energia, para fazer política. E não é à toa, por isso não é surpreendente, que, em todas as publicidades do PT – preste atenção nisto –, inclusive na propaganda oficial do Partido, o Presidente da Petrobras esteja sempre presente. No próprio programa oficial partidário, no horário eleitoral, o Presidente da Petrobras esteve presente. Um fato inusitado, nunca aconteceu isso. Ou seja, o presidente de uma empresa estatal esteve presente para mostrar que a grande empresa estatal brasileira tornou-se, de fato, uma empresa partidária. Agora, são chocantes a maneira, o desprezo e a pouca educação com que a empresa tratou o projeto de V. Ex^a, não obstante a seriedade e a importância do projeto. Ficamos – e, pessoalmente, falo em nome do meu Partido, não apenas em nome do Senado – absolutamente chocados com mais esse desrespeito e pouco caso e com a arrogância com que esse diretor e essa diretoria trataram esse projeto, demonstrando perfeitamente o pouco preparo que têm para usufruírem do poder de uma diretoria de uma empresa daquele porte, daquele tamanho e com aquela força.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma, que já o havia solicitado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Rodolpho Tourinho, vou me referir pouco ao assunto, porque sou admirador de V. Ex^a, e V. Ex^a sabe do respeito com que a maioria dos Senadores o ouve quando fala sobre energia. Sou um aprendiz e presto muita atenção em tudo o que V. Ex^a traz. O Presidente Renan Calheiros me pediu para que, na última sexta-feira, juntamente com o Senador Jefferson Péres, eu fosse a Manaus para acompanharmos o Conselho Nacional de Justiça – depois falarei sobre isso. Na noite de domingo, peguei o jornal **A Crítica**, um dos principais jornais de Manaus – trouxe até o recorte para mostrar a V. Ex^a –, para que eu pudesse compreender o que realmente está acontecendo com o gasoduto do Amazonas, que sai de Urucu-Coari-Manaus, deixando praticamente 61 cidades sem a assistência que poderiam receber, gastando óleo *diesel* para iluminar as cidades. E, lá, eu soube que esses valores, controlados pela Petrobras, são pagos pela CCC, que é o dinheiro da equalização do fundo de energia. V. Ex^a

poderia, talvez, me explicar isso melhor outra hora. Mas eu queria trazer o assunto a V. Ex^a porque foi assustador. Cancelaram uma concorrência com 14 propostas em razão do preço muito alto que as empreiteiras ofereceram, mas estavam hoje, segunda-feira, recebendo de volta 14 novas propostas para a construção do gasoduto. Eu quero cumprimentá-lo. Sou solidário eterno e acredito que a incompetência é que provoca determinadas reações das pessoas que conhecem o assunto.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agradeço, Senador Tuma.

Concedo um aparte ao Senador Flávio Arns e, depois, ao Senador Ney Suassuna.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Senador Rodolpho Tourinho, creio que nem seria necessário reforçar o argumento dos Senadores que me precederam, mas eu também gostaria de tornar público o apreço e a consideração que tenho pelo trabalho de V. Ex^a, sempre com base no diálogo, no entendimento e na busca dos melhores caminhos, com relatórios e análises muito bem embasadas. Isso faz com que, sem dúvida alguma, eu mencione V. Ex^a como um dos Senadores que honram o trabalho do Congresso Nacional, pela dedicação, pela abertura e pela competência, não somente na área econômica. Alguém poderia lembrar de V. Ex^a na área da energia e devido a outros projetos importantes da área social, como o relacionado aos Fundos da Criança e do Adolescente, que V. Ex^a está relatando, e o do de alterações no sistema de Imposto de Renda, para a possível dedução das doações feitas. Houve, também nesse caso, muito diálogo de V. Ex^a com o Governo, com os Senadores e com os Partidos, buscando um entendimento. Isso mostra o espírito justo e democrático de V. Ex^a. Lamento, no caso específico, que essas opiniões sejam externadas pelos meios de comunicação, quando esse entendimento poderia perfeitamente, dentro desse espírito de diálogo que deve imperar no Brasil, acontecer dentro do Congresso Nacional, do Senado Federal. Quero destacar esse fato pelo apreço, pela consideração e pelo reconhecimento que tenho pelo trabalho de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Sempre estive aberto, como em outras vezes, para conversar com toda a sociedade. Mantereí essa posição.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador Tourinho, quero dar o testemunho da

eficiência com que V. Ex^a se tem incumbido de processos e de projetos. Mais do que isso, quero falar da inteligência de V. Ex^a de nos mostrar as várias vertentes desses projetos, que, às vezes, necessitam de uma experiência grandiosa como a que tem no assunto. Além desse testemunho, quero dizer que serei Relator desse projeto na CAE e irei incomodá-lo pedindo subsídios, com toda certeza, porque esse é um assunto cada vez mais importante para o País. Temos um gasoduto, que vai custar US\$20 milhões, saindo da Venezuela para a Argentina. Essa é uma das alternativas, mas existem, hoje, US\$6 bilhões disponíveis para os outros gasodutos de que temos necessidade no Brasil. Esse é um assunto muito importante para o País e tenho certeza de que o projeto de V. Ex^a cuida com muito carinho de todas essas vertentes. Louvo a sua eficiência e, ao mesmo tempo, como sei da importância do assunto, vou incomodá-lo pedindo maiores informações daquilo que eu não entender, porque V. Ex^a é um *expert* no assunto.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna. Teremos oportunidade de debater esse assunto, inclusive essa questão do gasoduto que vem do Norte, com que é preciso ter muito cuidado para que, na forma como foi apresentado, não venha a ser realizado. Esse é um problema complexo, mas o discutiremos depois.

Por último, concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Tourinho, sinceramente, vou ser muito rápido, pois sei que V. Ex^a está querendo encerrar a sua fala. Eu quero apenas emprestar a minha solidariedade a V. Ex^a, dizendo-lhe que eu não ousaria, como Senador da República, em assunto tão importante e tendo V. Ex^a nesta Casa, emitir qualquer opinião sem antes ouvi-lo, porque, realmente, V. Ex^a é um dos Senadores mais dedicados à questão energética. Receba os meus cumprimentos. A única coisa que posso dizer é que um assunto dessa envergadura deve ser discutido em alto nível.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Agradeço a tolerância do Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR RODOLPHO TOURINHO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

SENADORES NA MÍDIA - SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICAFonte: *O Estado de S. Paulo*

Página: Internet

Data: 13.02.2006

EDITORIAL - A recaída da Petrobrás

Em nota distribuída quarta-feira, a Petrobrás criticou, por intermédio de seu diretor, Ildo Sauer, o projeto de Lei do Gás do senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia, afirmando que o texto "compromete os investimentos na expansão da infra-estrutura de transporte do gás natural no País, condição fundamental para a organização e maturação de mercados emergentes ou em transição como o do Brasil". Os argumentos da estatal, que detém o controle total dos gasodutos que ligam os campos aos centros de distribuição (citigates), contrastam com o anúncio da empresa de que quer atrair maciços capitais privados para investir na Bacia de Santos.

A questão central é o virtual monopólio que a Petrobrás exerce no transporte do gás, controlando

tanto o Gasoduto Bolívia-Brasil como a malha interna, sob controle da Transpetro.

O projeto do senador Tourinho, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, determina em seu artigo 30 que "fica assegurado a qualquer carregador o acesso aos gasodutos de transporte, mediante o pagamento da tarifa aplicável".

Isto é exatamente o que Petrobrás não quer. Há alguns anos, foi preciso que o grupo BG entrasse na Justiça para assegurar que o gás que extrai na Bolívia fosse enviado para outra empresa do grupo, a Comgás, por intermédio do Gasoduto Bolívia-Brasil. Naquele momento, ao contrário do que ocorre hoje, o gasoduto operava com elevada ociosidade. Ou seja, a Petrobrás não se interessou sequer em receber pagamento, preferindo exercer o controle total do gasoduto.

A Petrobrás pretende a exclusividade na utilização de gasodutos que construiu. Não definiu por quanto tempo, mas afirma que a União Européia estipulou que "os mercados emergentes tivessem um período de exclusividade de 10 anos".

Apenas em tese, hoje, é "livre" o acesso de terceiros aos gasodutos. Na verdade, pelo regime atual, "a Petrobrás possui total liberdade para discriminar usuários de seus gasodutos, praticar subsídios cruzados e, conseqüentemente, exercer o monopólio na produção e na comercialização do gás natural", como observam os especialistas Adriano Pires e Rafael Schechtman, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura.

O projeto da Lei do Gás rompe essa dependência ao substituir o modelo de autorização pelo de concessões, pelo qual o acesso aos gasodutos será regulado - e não negociado caso a caso, como hoje.

Elimina, portanto, a base jurídica que assegura à Petrobrás o poder de fato de monopólio.

Outros tópicos foram criticados pela Petrobrás. A adoção do regime de concessão e licitação é considerada morosa e capaz de atrasar investimentos. A empresa parece ter-se esquecido de que nada foi mais moroso do que a decisão de construir o Gasoduto Bolívia-Brasil, proposto há cerca de meio século e que só começou a operar em 1999.

A criação do Operador do Sistema Nacional de Transporte de Gás Natural (Ongás) também é combatida pela estatal. Ela parece temer a natureza da Ongás, uma pessoa jurídica de direito privado que operaria à semelhança do ONS, do setor elétrico, o que reduziria o domínio do Estado sobre o setor.

Para responder à crítica de que a concentração do setor de gás impõe ônus ao Estado, a Petrobrás argumenta que pagou R\$ 6 bilhões de dividendos à

União sobre os resultados de 2004 e recolheu na forma de impostos, taxas e participações cerca de R\$ 70 bilhões à administração pública. A argumentação é canhestra, pois não se sabe o montante de tributos que seria recolhido se a Petrobrás fosse uma empresa privada, nem como seria o mercado competitivo de petróleo e gás.

É iminente o risco de um colapso no abastecimento do gás, pois a demanda está crescendo muito mais do que a oferta. A Lei do Gás pretende, reduzindo o peso da Petrobrás, atrair empresas privadas, que só se sentirão seguras quanto ao suprimento de gás se tiverem acesso fácil aos gasodutos.

A Lei do Gás tem apoio na sociedade e no Congresso. Contra ela está a Petrobrás, cuidando de manter o seu monopólio virtual e ignorando a necessidade de atrair investidores em exploração, produção e transporte de gás e, sobretudo, de respeitar o interesse do consumidor.

SENADORES NA MÍDIA - SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICAFonte: *Folha de S. Paulo*

Página:

Internet

Data: 09.02.2006

OPINIÃO ECONÔMICA**Faroeste no mercado de gás natural****ADRIANO PIRES E RAFAEL SCHECHTMAN**

O mercado brasileiro de gás natural cresceu vigorosamente entre 2000 e 2005. A demanda de gás evoluiu a uma taxa média de 15% ao ano, nesses cinco anos, e já chega a quase 50 milhões de m³/dia. Nesse período, a rede de gás canalizado nos Estados mais do que dobrou, passando de 5.600 para 13 mil km. A mola propulsora desse desenvolvimento do mercado foi a inauguração do gasoduto Bolívia-Brasil em 1999 e a privatização de distribuidoras estaduais de gás a partir de 1997, em particular a Comgás, em São Paulo, e a CEG e a CEG-Rio, no Rio de Janeiro, que, sob a gestão privada, investiram pesadamente na expansão de suas redes de distribuição. A continuidade do crescimento desse mercado encontra-se, porém, ameaçada por restrições ao crescimento da oferta de gás, tanto nacional como importado, e à expansão da malha de transporte, que permanece praticamente estagnada desde o gasoduto Bolívia-Brasil.

Apesar da lei nº 9.748, de 1997, ter obtido um relativo sucesso na abertura do mercado de petróleo, ela se mostrou ineficaz na promoção da concorrência na comercialização de gás natural e na atração de novos investimentos privados para a infra-estrutura de transporte. A Petrobras mantém sua posição dominante no mercado, respondendo por 96% da produção doméstica e 90% da importação de gás, controlando praticamente toda a malha nacional de gasodutos de transporte e participando em 20 das 26 distribuidoras estaduais de gás canalizado. Como se não bastasse, a estatal é monopolista na produção e na importação de derivados de petróleo. Com isso, a sociedade fica à mercê das prioridades da Petrobras para o aproveitamento das reservas de gás da empresa. Se for vantajoso, a estatal prefere vender os derivados de petróleo a substituí-los por gás natural.

Para contestar o poder de monopólio da Petrobras e implantar a concorrência no mercado de gás natural é necessário atrair empresas para investirem nos diversos segmentos da indústria, particularmente nas atividades de exploração, produção e transporte. Para que esses investimentos se tornem realidade é necessário, em primeiro lugar, um marco legal que proteja os investidores contra o poder da Petrobras.

Uma iniciativa para corrigir as distorções da atual legislação é o projeto de lei do Senado nº 226 (PLS nº 226) do senador Rodolpho Tourinho, que tramita no Congresso desde junho de 2005. Somente agora, ao perceber que a iniciativa do senador ganhou apoio da maioria dos agentes do setor de gás, a Petrobras, em uma atitude típica de monopolista, ameaça cortar seus investimentos na área de gás caso o projeto seja aprovado.

Mas o que leva a Petrobras a reagir de tal forma? O PLS toca em um ponto crucial para reduzir o poder de monopólio da empresa: é a mudança do regime jurídico da atividade de transporte de autorização para concessão, transformando o livre acesso de terceiros aos gasodutos em uma atividade regulada em vez de negociada entre as partes. No regime atual, a Petrobras possui total liberdade para discriminar usuários de seus gasodutos, praticar subsídios cruzados e, conseqüentemente, exercer o monopólio na produção e na comercialização de gás natural. O regime proposto pelo PLS restringe as práticas discriminatórias, pois as tarifas serão estabelecidas pela ANP. Ao contrário do que a Petrobras vem afirmando publicamente, o regime de concessão em nada mudará a posse dos seus ativos, e sim disciplinará o relacionamento entre a Petrobras e suas controladas. O regime de concessão, ao remunerar adequadamente os investimentos realizados e garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, atrairá novas empresas para o setor de gás natural.

O mais surpreendente é que, em declarações recentes à mídia, a Petrobras deixa claro que é contrária a uma lei do gás, ao declarar que "não se fazia necessária uma lei do gás, porque o Brasil precisa de investimentos, e não de uma lei". Ou seja, a Petrobras defende que o mercado de gás brasileiro se torna um verdadeiro faroeste, onde a lei que prevalece é a do mais forte. Temos a certeza de que a aprovação de uma lei específica para o gás natural terá como os maiores beneficiários o consumidor brasileiro e a Petrobras.

Adriano Pires é diretor do CBIE (Centro Brasileiro de Infra-Estrutura) e professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). **Rafael Schechtman** é diretor do CBIE e professor da UFRJ.

Excepcionalmente, não é publicado hoje o artigo de Paulo Nogueira Batista Jr.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Presidência, em nome de todos os membros da Mesa Diretora, solidariza-se com o Senador Rodolpho Tourinho, um dos melhores quadros do Senado Federal, um Senador sério, competente, assim como foi, aliás, um competente Ministro de Minas e Energia.

Como seu ex-colega, eu também gostaria de dar esse testemunho ao Senado Federal e ao País.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço permissão a V. Ex^a para uma breve intervenção. Quando cheguei ao plenário, tive conhecimento do falecimento do ex-Deputado Federal Nicolau Tuma e fui à mesa para

subscrever o requerimento do Senador Romeu Tuma, de pesar da Casa, pelo seu desaparecimento.

Fui muito amigo do ex-Deputado Nicolau Tuma. Com ele convivi em duas legislaturas, na Câmara dos Deputados. Era um homem bom, um homem sério, um homem competente, um homem extremamente dedicado aos trabalhos parlamentares, sobretudo os marcados pelo seu conhecimento sobre trânsito e tráfego, a que ele dedicou grande parte dos seus trabalhos na Câmara dos Deputados.

Portanto, foi com grande pesar que recebi essa notícia e quero expressá-lo perante esta Casa, com a noção de que a mim me parece que é uma geração que está indo embora, mas que deixa exemplos excelentes da vida pública, como homens públicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Presidência subscreve tudo que o Senador José Sarney acaba de dizer com relação ao ex-Deputado Nicolau Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de me juntar ao Presidente José Sarney nessa homenagem e nesse sentimento de solidariedade aos familiares do ex-Deputado Nicolau Tuma. Tive o privilégio de, recentemente, encontrá-lo, já enfermo, no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, e com ele conversar sobre política brasileira. Ele me falou do seu interesse e que acompanhava todos os trabalhos desta Casa com atenção, assistindo diariamente, Senador José Sarney, à TV Senado. Tive o privilégio de ouvir dele observações ainda bastante lúcidas, mostrando seu espírito público, sobre o que está acontecendo neste País.

O Brasil perde um homem de grande valor e eu quero-me juntar a todos aqueles que, nesta Casa, lamentam a sua partida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero-me associar às homenagens a Nicolau Tuma. Chegamos juntos à Câmara dos Deputados e convivemos por três mandatos, até que ele saiu para o Tribunal de Contas de São Paulo.

Era um **gentleman** no tratamento e foi uma figura exponencial na Revolução de 32, quando tinha apenas 21 anos e já era uma figura expressiva como locutor, levando a palavra constitucionalista aos paulistanos, principalmente.

Ele, aqui, participou de várias Comissões. Foi Vice-Líder do nosso partido no tempo em que a UDN

era uma peça importante da política nacional e disputava realmente com o PSD, o PMDB da época, a primazia nesta Casa do Congresso.

Dessa forma, quero juntar-me aos Senadores José Sarney e Tasso Jereissati e dizer que Nicolau Tuma mereceu uma moção do seu colega Romeu Tuma, a qual subscrevi com muita honra, certo de que estava fazendo justiça a um ex-companheiro, que morreu aos 95 anos.

Estive com a esposa dele, há pouco, no Hospital Sírio-Libanês, quando fui visitar a mãe do Senador Tasso Jereissati, e pude ouvir palavras muito simpáticas por ele pronunciadas. De modo que quero levar a V. Exª e ao Senado, sobretudo à família de Nicolau Tuma, o pesar dos seus velhos e antigos companheiros da UDN.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães, bem como a do Senador Tasso Jereissati.

Concederemos a palavra aos Senadores José Agripino, Alberto Silva, Ana Júlia Carepa, Pedro Simon, Romeu Tuma e César Borges, que são os próximos oradores inscritos de acordo com a ordem que temos.

Antes, porém, gostaria de iniciar rapidamente a Ordem do Dia.

Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Comunico à Casa que, de acordo com o entendimento mantido com as Lideranças partidárias, o item único da pauta de hoje fica transferido para a sessão de amanhã.

Está encerrada a Ordem do Dia.

É o seguinte o item transferido:

Item Único

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 142, de 2006 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2005 (nº 4.514/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.*

Dependendo de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Fernando Bezerra, e de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 157, DE 2006

Nos termos do inciso II, art. 336, do Regimento Interno, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2006, que “altera os limites do Parque Nacional de Brasília.”

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A matéria será incluída na Ordem do Dia de amanhã, dia 14.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do radialista e jornalista Nicolau Tuma aos 95 anos de idade, ocorrido sábado, 11 de fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo. Requeiro também que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do falecido, pioneiro do rádio no Brasil e que exerceu três mandatos de vereador (1947,

1951 e 1955), três de deputado federal (1958, 1962 e 1966) e presidiu o Tribunal de Contas paulista.

Justificação

O nome de Nicolau Tuma está inscrito na história do rádio e do jornalismo, seja como o locutor que leu em 9 de julho de 1932, ao microfone da PRB-9 (Rádio Record de São Paulo), a proclamação inicial da Revolução Constitucionalista de 1932, seja como autor da primeira transmissão radiofônica de uma partida de futebol no País. Faleceu aos 95 anos de idade, no Hospital Sírio-Libanês paulista, sempre como jovem. Seu corpo foi velado na Assembléia Legislativa do meu Estado e sepultado, ontem, no Cemitério São Paulo.

Era filho do Sr. José Tuma Zain e de D^a Emilia Tuma Zain. Foi casado em primeiras núpcias com a Sr^a Julieta Dabus Tuma e, depois, com D^a Lúcia de Barros Tuma, falecida. Deixa a filha Anna Maria Tuma Zacharias, viúva do Dr. Adhemar Zacharias.

Começou a atuar como jornalista antes mesmo de terminar o curso de Direito no Largo de São Francisco. Trabalhou como repórter policial até vencer um concurso para locutor da Rádio Educadora Paulista em 1929, aos 18 anos, graças à voz de qualidade excepcional.

Depois de comandar, no começo de 1932, a primeira transmissão de uma partida de futebol pelo rádio, transformou-se em uma das “vozes de São Paulo” na Revolução Constitucionalista. A Rádio Record tinha apenas um ano de fundação quando transmitiu, em primeira mão, o anúncio da Revolução Constitucionalista. A voz era de Nicolau Tuma, com apenas 21 anos.

Nos “memoráveis 78 dias” que se seguiram, como gostava de dizer, formou, com César Ladeira e Renato Macedo, o triunvirato de locutores que lia os boletins dos revolucionários paulistas no conflito e vencia a censura imposta em todo o País pelo governo Getúlio Vargas. Mais adiante, trabalhou nas Rádios Cultura e Difusora de São Paulo, apresentando programas.

Sempre pioneiro, em 1934 Tuma narrou a primeira corrida internacional de automóveis nas ruas da Gávea, no Rio de Janeiro. Em 1939, depois de transmitir outra corrida internacional de automóveis, também na Gávea, foi reconhecido e abraçado na praia de Copacabana por Carmen Miranda, já uma estrela consagrada do **show business** brasileiro.

Ele criou a expressão “radialista”, à época da fundação da Associação Brasileira de Rádio, no Rio. “Radialista é uma soma de “rádio” com “idealista”, pois trabalhávamos muito e não ganhávamos nada”, dizia ele, sorrindo, para definir um tempo em que o rádio era um meio de comunicação nascente e sem grandes recursos.

Tuma ampliou sua atuação como publicitário na área de rádio e foi diretor das Rádios Tamoio e Cultura,

do Rio de Janeiro. Durante a II Guerra Mundial, dirigiu a Rede de Emissoras Associadas, a maior cadeia de rádios do Brasil à época.

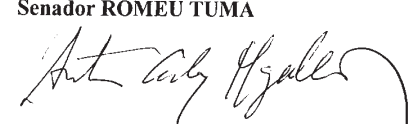
Em 1945 participou da campanha civilista pela redemocratização do País e entrou definitivamente para a política. Eleito vereador em São Paulo pela UDN, obteve reeleição em 1951 e 1955. No governo Jânio Quadros foi diretor do Serviço de Trânsito de São Paulo (DST, atual Detran).

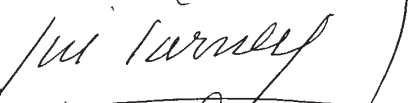
Em 1958, elegeu-se deputado federal pela primeira vez, o que se repetiria nas duas eleições seguintes. Na Câmara, chegou a vice-líder da UDN e destacou-se na elaboração do primeiro Código Nacional de Trânsito e do primeiro Código Brasileiro de Telecomunicações. Foi um dos criadores da Embratel e do Conselho Nacional de Telecomunicações, e um dos formuladores da nova telefonia brasileira e das ligações via DDD e DDI.

Deixou a política em 1969, ao ser nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo pelo governador Roberto de Abreu Sodré. Continuou a participar de inúmeras entidades ligadas a sua profissão, entre elas a Academia Paulista de Jornalismo.

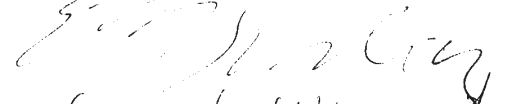
Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2006.

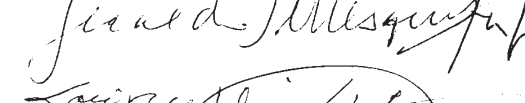

Senador ROMEU TUMA

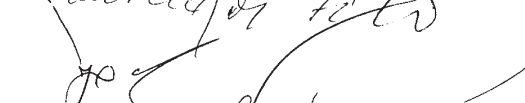

Ant. Carlos Magalhães


José Sarney


Tancredo Neves


F. Collor


José de Melo


Tancredos Filho


João


Afonso

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, indago se posso usar da palavra para encaminhar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a, para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pouco tenho a acrescentar porque os três Senadores que fizeram uso da palavra são companheiros de jornada de Nicolau Tuma em benefício do País. Fiz uma justificativa histórica, mas não vou tomar tempo.

Senador José Sarney, é interessante notar que, nesses últimos tempos, eu conversava muito com Nicolau. Ele tinha já dificuldade para caminhar, mas a referência dele a V. Ex^a sempre me emocionava, porque sentíamos um carinho especial por parte dele ao dizer que era muito amigo de V. Ex^a. No tempo em que servi na gestão de V. Ex^a, tão importante para o País, trocávamos algumas idéias do que ele me relatava.

Eu, talvez, tenha tido algum privilégio diferente de V. Ex^a e dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Tasso Jereissati, porque eu era um aprendiz e tive oportunidade, ainda jovem, de ouvir os seus conselhos, a sua orientação de como me comportar como um parlamentar independente, mas sério, que servia à sociedade.

Ele tinha na pessoa de V. Ex^a esse exemplo a que sempre se referia quando colocava qualquer assunto de importância que era discutido. Ele dizia: “Vai lá e fala com o Sarney, que o Sarney orienta você. Ele sabe como se fazem as coisas”. Então, eu tinha essa admiração.

Ele gostava muito de comentar sobre o Código Nacional de Trânsito, visto que foi o autor. Até hoje ainda nele se baseiam para seguirem com qualquer modificação que surja.

Na área de telecomunicações, DDD e DDI, ele também estimulou o crescimento desses aspectos tão importantes da modernidade brasileira.

Como radialista, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, com 21 anos, ele já irradiava jogo de futebol, pela primeira vez. E irradiava com tanta velocidade que foi tachado de “**Speaker Metralhadora**”.

Ele me contou um dia, Senador Antonio Carlos, que precisava transmitir uma luta de boxe dos Estados Unidos para o Brasil. Estava na época, se não me engano, na Rádio Cruzeiro do Sul. E ele pôs aquele aparelho para ouvir a transmissão norte-americana e reproduzi-la pelo microfone, a fim de que o povo bra-

sileiro pudesse acompanhá-la, como se ele estivesse presente, irradiando a luta, que foi um sucesso pelo resultado obtido.

Em alguns jogos, ele era proibido de entrar no gramado – pelo menos, consta aqui do seu histórico –, porque os organizadores tinham medo, em face da irradiação dele, de perderem a presença daqueles que poderiam ir ao campo assistir ao jogo e pagar a entrada. E ele subiu numa escada de 14 metros para poder, à distância, irradiar o jogo. Numa partida, ele foi ao vestiário para observar a compleição física de cada jogador, a fim de reconhecê-los em campo, porque na camisa não existia nem número nem nome, como há hoje.

É uma história tão bonita daqueles que têm uma paixão. Quando ele se disse radialista, revelou com muita clareza: “É a conjunção do rádio com o idealista”. Então, o radialista é uma expressão daqueles que têm no rádio um idealismo de trabalho.

V. Ex^a também foi idealista na sua função vocacionada de Parlamentar, de Presidente da República. E falo não por mim, mas pelas palavras que ele sempre usou a respeito de V. Ex^a. E hoje, Senador, estou triste por tê-lo perdido. Muitos dos assuntos que eram discutidos neste plenário eu comentava com ele. Ligava para ele e falava sobre qual assunto estávamos discutindo. Eu dizia assim: tal dia, em um discurso que foi feito pelo fulano de tal, você vai ver dicas importantes para apresentar nas discussões.

Então, ficamos com saudade do primeiro dia, na certeza de que ele não mais se manifestará, a não ser na parte espiritual e dentro da alma de cada um de nós.

Procurarei comunicar a sua família, a sua filha, que é uma benemerita permanente, principalmente na área do Hospital Sírio-Libanês, onde é umas das líderes do voluntariado, sempre trabalhando, sempre produzindo em benefício da sociedade. Sei que o Senador Tasso Jereissati encontrou-se com a família quando, infelizmente, a mãe dele passava muito mal e S. Ex^a estava preocupado com a possibilidade do desenlace. O Nicolau estava em outro quarto. O meu filho foi operado lá. Tanto é que eu estava em contato com eles em razão de ter ido visitar o meu filho médico, que foi operado da coluna e estava presente.

Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador Tasso Jereissati, Senador José Sarney, Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Senador Romeu Tuma, permita-me. Quero também externar à família do ex-Deputado Nicolau Tuma e a todos os seus amigos, correligionários, o meu sentimento de pesar. Muitas vezes, eu me encontrei, ao longo da minha vida política, com o Deputado Nicolau Tuma, com a esposa dele. Sempre tive com ele o melhor relacionamento. Trata-se de uma pessoa que sempre olhou o interesse público com grande seriedade, deu enorme colaboração à vida pública, bem como aqui, ao Congresso Nacional. Então, Senador Romeu Tuma, também estou assinando o requerimento de iniciativa de V. Ex^a, encaminhando sentimentos de pesar aos amigos e familiares do Deputado Nicolau Tuma.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Senador Romeu Tuma...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado.

Senador Flávio Arns, ouço V. Ex^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu também gostaria de me associar, assinando o requerimento de pesar para a família do ex-Deputado Nicolau Tuma, pelas mesmas razões já externadas, mas também como uma pessoa que vinha acompanhando todo o debate político nacional, como V. Ex^a mencionou. Muito jovem ainda, Nicolau Tuma entrou na vida política. Por essas razões e por tantas outras externadas por V. Ex^a, manifestamos à família nossos votos de pesar pelo falecimento do ex-Deputado. Obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente Renan Calheiros, agradeço a V. Ex^a por esta oportunidade. Sei que V. Ex^a, como se referiu ao Presidente Sarney, se incorpora a essas homenagens pelo passamento de Nicolau Tuma.

Senador Ramez Tebet, também agradeço a V. Ex^a pela manifestação e pelo carinho demonstrado para comigo no momento da comunicação do falecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção e pelo carinho.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ROMEU TUMA EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO N.º 100, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do radialista e jornalista Nicolau Tuma aos 95 anos de idade, ocorrido sábado, 11 de fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo. Requeiro também que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do falecido, pioneiro do rádio no Brasil e que exerceu três mandatos de vereador (1947, 1951 e 1955), três de deputado federal (1958, 1962 e 1966) e presidiu o Tribunal de Contas paulista.

JUSTIFICAÇÃO

O nome de Nicolau Tuma está inscrito na história do rádio e do jornalismo, seja como o locutor que leu em 9 de julho de 1932, ao microfone da PRB-9 (Rádio Record de São Paulo), a proclamação inicial da Revolução Constitucionalista de 1932, seja como autor da primeira transmissão radiofônica de uma partida de futebol no País. Faleceu aos 95 anos de idade, no Hospital Sírio-Libanês paulista, sempre como jovem. Seu corpo foi velado na Assembléia Legislativa do meu Estado e sepultado, ontem, no Cemitério São Paulo.

Era filho do Sr. José Tuma Zain e de Da. Emília Tuma Zain. Foi casado em primeiras núpcias com a Sra. Julieta Dabus Tuma e, depois, com Da. Lúcia de Barros Tuma, falecida. Deixa a filha Anna Maria Tuma Zacharias, viúva do Dr. Adhemar Zacharias.

Começou a atuar como jornalista antes mesmo de terminar o curso de Direito no Largo de São Francisco. Trabalhou como repórter policial até vencer um concurso para locutor da Rádio Educadora Paulista em 1929, aos 18 anos, graças à voz de qualidade excepcional.

Depois de comandar, no começo de 1932, a primeira transmissão de uma partida de futebol pelo rádio, transformou-se em uma das "vozes de São Paulo" na Revolução Constitucionalista. A Rádio Record tinha apenas um ano de fundação quando transmitiu, em primeira mão, o anúncio da Revolução Constitucionalista. A voz era de Nicolau Tuma, com apenas 21 anos.

Nos "memoráveis 78 dias" que se seguiram, como gostava de dizer, formou, com César Ladeira e Renato Macedo, o triunvirato de locutores que lia os boletins dos revolucionários paulistas no conflito e vencida a censura imposta em todo o País pelo governo Getúlio Vargas. Mais adiante, trabalhou nas Rádios Cultura e Difusora de São Paulo, apresentando programas.

Sempre pioneiro, em 1934 Tuma narrou a primeira corrida internacional de automóveis nas ruas da Gávea, no Rio de Janeiro. Em 1939, depois de transmitir outra corrida internacional de automóveis, também na Gávea, foi reconhecido e abraçado na praia de Copacabana por Carmen Miranda, já uma estrela consagrada do "*show business*" brasileiro.

Ele criou a expressão "radialista", à época da fundação da Associação Brasileira de Rádio, no Rio. "Radialista é uma soma de 'rádio' com 'idealista', pois trabalhávamos muito e não ganhávamos nada", dizia ele, sorrindo, para definir um tempo em que o rádio era um meio de comunicação nascente e sem grandes recursos.

Tuma ampliou sua atuação como publicitário na área de rádio e foi diretor das Rádios Tamoio e Cultura, do Rio de Janeiro. Durante a II Guerra Mundial, dirigiu a Rede de Emissoras Associadas, a maior cadeia de rádios do Brasil à época.

Em 1945 participou da campanha civilista pela redemocratização do País e entrou definitivamente para a política. Eleito vereador em São Paulo pela UDN, obteve reeleição em 1951 e 1955. No governo Jânio Quadros foi diretor do Serviço de Trânsito de São Paulo (DST, atual Detran).

Em 1958, elegeu-se deputado federal pela primeira vez, o que se repetiria nas duas eleições seguintes. Na Câmara, chegou a vice-líder da UDN e destacou-se na elaboração do primeiro Código Nacional de Trânsito e do primeiro Código Brasileiro de Telecomunicações. Foi um dos criadores da Embratel e do Conselho Nacional de Telecomunicações, e um dos formuladores da nova telefonia brasileira e das ligações via DDD e DDI.

Deixou a política em 1969, ao ser nomeado ministro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo pelo governador Roberto de Abreu Sodré. Continuou a participar de inúmeras entidades ligadas a sua profissão, entre elas a Academia Paulista de Jornalismo.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2006.



Senador **ROMEU TUMA**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Esta Presidência se solidariza com V. Ex^a no encaminhamento do voto de pesar, que será aprovado, obviamente, pelo Senado Federal.

Vou colocar em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Consulto os Srs. Líderes se podemos colocar em votação requerimento de urgência assinado pelos Senhores Líderes, para projeto de decreto legislativo relativo à construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque, cujo relator será o Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O PFL está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB está de acordo, Sr. Presidente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

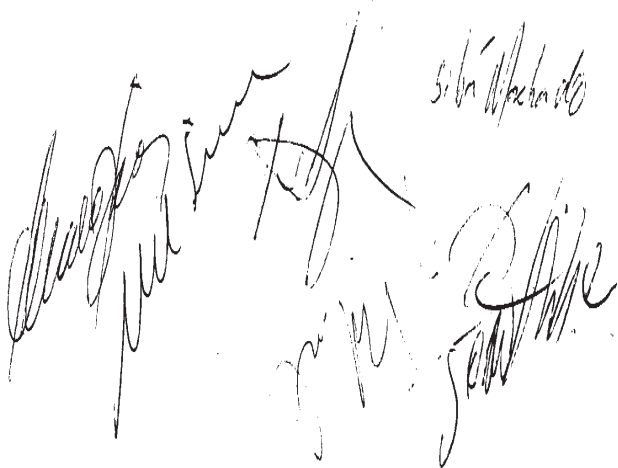
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 159, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2006, Ponte sobre o Rio Oiapoque.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2006.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passamos à imediata apreciação da matéria.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 128, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 159, de 2006 – art. 336, II, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei Decreto Legislativo nº 128, de 2005 (nº 2.139/2006, na Câmara dos Deputados), que *daprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua Emenda de 21 de outubro de 2005.*

Concedo a palavra ao Senador José Sarney para proferir parecer em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – PA. Para proferir parecer. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos aprovando o Acordo firmado entre o Brasil e a França para a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, que liga o Estado do Amapá à Guiana Francesa.

Esta é uma aspiração daquela região, que já vem de muito tempo. Desde que me elegi Senador, coloquei este assunto na pauta do meu trabalho parlamentar. Por cinco anos coloquei recursos, através da Comissão de Relações Exteriores, em emendas ao Orçamento, para viabilizar essa obra. Infelizmente, a burocracia do Brasil e da França não conseguiram dar um dinamismo maior a essa aspiração.

Como se trata de uma obra binacional, era necessária a formalização de um Acordo que abordasse os custos, as relações de fronteira e outros aspectos, para que pudéssemos chegar a um ponto de tornar essa ponte irreversível. Finalmente, depois de muita luta, na qual algumas vezes tive oportunidade de tratar desse assunto no Ministério das Relações Exteriores do Brasil e da França, ano passado, na visita do Presidente Lula a Paris, foi assinado o presente Acordo que ora votamos no Senado.

É uma grande reivindicação do Amapá. A ponte sobre o rio Oiapoque vai ligar aquele Estado à Guiana Francesa e à estrada Pan-americana, que está sendo construída naquela região, extendendo-se até a América Central e, através desta, chegando até a América do Norte.

Este acordo é passo final desta grande luta que travamos e que agora se torna vitoriosa.

Agradeço ao Senado ter votado esta matéria em regime de urgência urgentíssima, pelos relevantes motivos que expus, somos de parecer favorável à aprovação do acordo.

É o parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 113, DE 2006 – PLEN

Do Plenário, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2006 (PDC nº 2.139, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua Emenda de 21 de outubro de 2005.

Relator: Senador **José Sarney**

I – Relatório

Com fulcro no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem em 24 de novembro de 2005, portadora do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua Emenda de 21 de outubro de 2005. Por preceito constitucional, a Mensagem Presidencial foi destinada para iniciar sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Naquela Casa, a Mensagem foi destinada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que decidiu pela formulação do Projeto de Decreto Legislativo em análise. A proposição foi, também, designada para ser apreciada pelas Comissões de Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; de Viação e Transportes; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Incluída na lista de prioridades da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura (16 de dezembro de 2005 a 14 de fevereiro de 2006), a proposição foi recebida no Senado Federal a tempo hábil para sua apreciação no prazo previsto.

II – Análise

O presente acordo foi firmado para ampliar a integração física entre os territórios do Brasil e da Guiana Francesa e leva em consideração o Acordo-Quadro de cooperação entre os dois países, assinado em 28 de fevereiro de 1996, e o Acordo relativo ao projeto de construção de uma ponte sobre o Rio Oiapoque, assinado em 5 de abril de 2001. Cuida-se, portanto, da continuidade de uma ação binacional, que se iniciou pelo acordo geral, detalhou-se num projeto de engenharia, e agora se materializa na construção do equipamento projetado.

A Exposição de Motivos ministerial que acompanha a Mensagem Presidencial, assinada pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, apresenta, com os dados mais relevantes, a justeza do Acordo. Além de afirmar que se trata da operacionalização do Acordo de 2001, relativo ao projeto da ponte, o texto analisa com percuciência o novo tratado.

Segundo o Acordo de 2005, em seu Artigo 3º, a responsabilidade sobre o gerenciamento e execução da ponte e de suas instalações será do Governo Brasileiro, ficando ao encargo de cada Parte a construção das vias de acesso no seu território, assim como dos postos de fronteira respectivos.

As obras, financiadas com recursos públicos dos dois países, foram previstas, pelo lado brasileiro, no Plano Plurianual 2004/2007 e os recursos necessários (estimados em R\$19.450.000,00) estão incluídos no orçamento do Ministério dos Transportes.

Para cumprir a finalidade do Acordo de 2005, a Comissão Bilateral criada pelo Acordo de 2001 passará a denominar-se Comissão Intergovernamental, composta por um representante de cada um dos Ministérios competentes dos dois Governos e de representantes do Estado do Amapá e da Guiana Francesa, com competências ampliadas no novo tratado. Cada Parte será responsável pelos gastos decorrentes de sua representação nas comissões criadas e dividirão igualmente os custos dos estudos, editais, adjudicação e supervisão das obras.

O Acordo prevê por fim cláusulas sobre direito de entrada nos territórios nacionais, sobre questões fiscais e aduaneiras e sobre solução de conflitos.

Cuida-se, como pode se depreender, de um entendimento bi-governamental com vistas a atender a importante demanda por ligação terrestre entre o Brasil e a Guiana Francesa, que é um Departamento Ultramar da França. Há que se ter consciência que essa é uma questão vital não só para as populações locais, como para toda a saúde da economia regional, trazendo mesmo conseqüências benéficas para as próprias

iniciativas de integração protagonizadas pelo Brasil. O incremento do fluxo comercial na Região Norte fica, muitas vezes, dificultado pela inexistência de ligações suficientes e pelas más condições das estradas. O aprimoramento da via terrestre entre os territórios do Brasil e da Guiana Francesa constitui, indubitavelmente, numa prioridade para a intensificação dos fluxos de comércio terrestre naquela região.

Com o presente acordo, portanto, Brasil e França estão criando as condições institucionais necessárias para a edificação de uma ponte entre os dois países. O texto do Acordo define normas gerais que devem pautar a realização da obra, com criação de um órgão binacional, as responsabilidades de cada Parte e a divisão dos gastos. Essas regras visam a garantir a transparência do processo de construção da nova ponte, dividindo as tarefas e custos entre os dois países.

III – Voto

Pela importância da matéria, e tendo em vista o impacto econômico extremamente positivo que causará ao Amapá e a todo o País, melhorando as condições de ligação com o território da Guiana Francesa, entendemos ser de alta relevância a presente proposição, pelo que opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2006, e sua Emenda de 21 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, – **José Sarney**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 128, DE 2006

(Nº 2.139/2006, na origem)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua Emenda de 21 de outubro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua Emenda de 21 de outubro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possa resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do acordo está publicado na íntegra no **DSF** de 11-2-2006.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Voltamos à lista de oradores.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador José Agripino, pela Liderança do PFL.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Antes de o orador chegar à tribuna, Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dizer a V. Ex^a que vou ter dificuldades amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque há dois ministros convocados para o mesmo horário. Eu não quero me responsabilizar por não votar as matérias que estão na Comissão. Permita-me: essa prioridade só pode ser dada por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria dizer a V. Ex^a que vamos fazer absolutamente tudo para que V. Ex^a possa deliberar, como fez, aliás, durante toda a convocação. Não fossem a competência e a diligência de V. Ex^a à frente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não teríamos aqui matérias para votar no dia-a-dia desta convocação. Depois, vou conversar pessoalmente com V. Ex^a, para ver o que nós...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Talvez, o ideal fosse os ministros chegarem um pouco mais tarde, avisando-os ainda hoje, porque, assim, votaríamos pelo menos as matérias principais da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Perfeito.

Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador José Agripino, ouço V. Ex^a pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Só para me inscrever como Líder da Minoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a já está inscrito como Líder da Minoria. Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é o dia 13 de fevereiro de 2006.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a falou aqui, uma hora e meia ou duas horas atrás, sobre os dois anos do caso Waldomiro. Senador Alberto Silva, exatamente no dia 13 de fevereiro de 2004, estourava o escândalo Waldomiro – aquela fita gravada, que foi rodada inúmeras vezes em todas as tevês do Brasil. Aqui nos habituamos a assistir, em um primeiro momento, muito impactados, todos nós brasileiros, a um funcionário do Palácio do Planalto, agregado ao Ministro José Dirceu, o então todo-poderoso do Governo, ser filmado – não era nada, era um filme – pedindo dinheiro a um jogador de bicho. Pedia claramente propina para ele, propina para outros, para o Partido e para ele. Um escândalo inominável.

O Governo, encostado no canto da parede, não teve alternativa se não retirar o Waldomiro, abrir um processo de sindicância, que nunca chegou a lugar algum, nada, iniciando o processo de desgaste do então Ministro e Deputado José Dirceu, que terminou sem alternativa para continuar no Governo. E foi defenestrado, saiu do Governo. Foi o primeiro de uma série de escândalos que aconteceram no atual Governo.

Há dois anos, ocorreu o caso Waldomiro. Nós quisemos, em um primeiro momento, instaurar a CPI do Waldomiro, a CPI dos Bingos, mas as forças governistas nunca permitiram que isso ocorresse. Por força ou por decisão da Justiça, a Oposição conseguiu a instalação da CPI dos Bingos e já trouxe o Sr. Waldomiro Diniz, o Sr. Carlinhos Cachoeira e um mundo de gente; todos prestaram depoimento e passaram por acareação. Tenho certeza de que aquela CPI fará aquilo que até agora não ocorreu pela sindicância ou pelas investigações a cargo da Polícia Federal.

Nem o Sr. Waldomiro Diniz nem qualquer dos envolvidos naquele processo até agora foram alvo de qualquer tipo de indiciamento, mas tenho certeza absoluta de que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos vai recomendar o indiciamento de muitas

pessoas, inclusive do Sr. Waldomiro Diniz, que está em casa, indo ao jornaleiro comprar jornal, passeando, indo a restaurantes, depois de indignar a sociedade brasileira.

Depois de Waldomiro, surgiram os casos de Silvío Pereira, Delúbio Soares, José Genoíno, além do caso dos dólares na cueca, que ensejaram a CPMI dos Correios, que está investigando com celeridade todos esses fatos.

Por que estou rememorando todos esses fatos? Porque, há exatos dois anos, ocorreu um escândalo que causou espécie ao Brasil inteiro, mas, até hoje, as investigações que estão a cargo dos agentes policiais ou do Ministério Público não chegaram a conclusão alguma.

Quero chamar a atenção, Senador Teotônio Vilela, para a importância das Comissões Parlamentares de Inquérito e para um outro fato que também está ocorrendo, por coincidência, hoje.

Não sei se V. Ex^a assistiu ao filme “Entreatos”, ao qual assisti mais de uma vez. É um documentário sobre a campanha de Lula à Presidência da República, sobre o segundo turno. Silvío Pereira, Delúbio Soares, José Genoíno, José Dirceu, Palocci e Gilberto Carvalho – o do caso Santo André, o da briga com os irmãos do prefeito assassinado – são as figuras mais mostradas. É a equipe mais íntima do Presidente Lula durante a campanha, e isso fica claríssimo. Essas pessoas todas são investigadas pela CPI dos Bingos ou pela CPMI dos Correios. Essas pessoas todas, pela indignação que seus atos causaram à sociedade, foram defenestradas.

Silvío Pereira é aquele do Land Rover, da propina. Era o Secretário do Partido. Andava o tempo todo, na campanha, ao lado de Lula, segundo mostra “Entreatos”. José Genoíno era o Presidente do PT e foi também defenestrado, pois era o homem que assinava os contratos de empréstimo. Delúbio Soares, no anúncio do primeiro turno, no filme “Entreatos”, aparece dando uma gostosa gargalhada: foi o homem que fez os empréstimos, foi o homem que inventou Marcos Valério e que também foi defenestrado. Era a equipe próxima do Presidente Lula. José Dirceu era o comandante, era o chefe, era o que aparecia no filme como homem capaz de dar ordens, de impor um posicionamento. O Ministro Palocci é o que está aí enredado – a última é a história do avião do Sr. Colnaghi, muito mal explicada.

Todas essas pessoas estão enredadas em escândalos sucessivos e, até agora, não foram indiciadas em lugar algum! Mas serão indiciadas, com certeza, e isso será feito pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, que trabalharam nesta convocação extraordinária e que vão apresentar resultados, custe o que custar, doa

onde doer, apesar de estarmos sendo bloqueados por inconvenientes e inaceitáveis decisões judiciais.

Não consigo, como brasileiro, Senador Gilvam Borges, aceitar o impedimento da quebra de sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto! Não vejo razão para que se evite isso. É preciso que se esclareça, de uma vez por todas, quem pagou as contas de Lula. Quem foi que pagou as contas de Lula, pelo amor de Deus?!

Senador Romeu Tuma, que foi Diretor-Geral da Polícia Federal, não aceito que a quebra do sigilo bancário dos fundos de pensão não aconteça para evitar que se chegue a esclarecimentos, que se chegue a conclusões basilares.

O Banco do Brasil esteve ou não esteve envolvido com prejuízos maciços de mais de trinta milhões, que geraram lucros para pessoas envolvidas no “valerioduto”?

A Visanet, que é uma empresa, um organismo ligado ao Banco do Brasil, contratou ou não contratou com a agência de publicidade de Marcos Valério um mundo de dinheiro de publicidade que não foi prestada para lavar dinheiro?

Aconteceram ou não aconteceram os contratos milionários e fraudados nos Correios para que se produzisse dinheiro para o “valerioduto”?

Tudo isso são óbices que as CPIs estão encontrando no processo de investigação. Mas, ao final, vão-se encontrar elementos para fazer constatações importantes.

Presidente Renan Calheiros, o que me traz mesmo a esta tribuna hoje é uma tremenda coincidência: no dia em que se completam dois anos do estouro do escândalo Waldomiro, ocorre a festa, a pajelança dos vinte e seis anos de fundação do Partido dos Trabalhadores – vai ocorrer hoje na sede da AABB. Por sinal, alguns associados da AABB estão contestando a festa, porque, pelos estatutos da AABB, não são permitidas festas de conotação político-partidária na sede da AABB, mas o fato é que vai acontecer.

De tudo o que se está discutindo, Senador Mão Santa, podem-se colocar dúvidas sobre caso A, caso B, caso C, mas há um fato que ninguém discute, nem acusados nem acusadores: é que o PT deve R\$50 milhões. É aquele empréstimo que Marcos Valério diz ter oferecido ao PT e que o PT deve e reconhece que deve.

O jantar de hoje, a pajelança de hoje, dizem, é para angariar fundos para pagar esse empréstimo. Dizem que vão conseguir um R\$1 milhão. O que envolve Silvinho, Delúbio, José Dirceu, Presidente Lula, PT, Governo e tudo o mais são R\$50 milhões, e vão fazer uma festa para conseguir hoje R\$1 milhão.

Senador Mão Santa, na pisada que vai – não quero nem falar no débito da Coteminas, que é outro, como há outros que vão aparecer ou já apareceram –, para pagar os R\$50 milhões, que é um débito líquido e certo, vão ter de fazer, durante cinquenta anos, cinquenta festas dessas.

O que quero deixar claro é que esse jantar de hoje é um elemento de farsa dentro da grande farsa que o Presidente está encenado para o País. Já caíram todos os que estavam em volta dele, caíram todos – não porque ele quisesse, mas porque a evidência dos fatos impôs que isso ocorresse. Resta ele, o do andar de cima, o grande guia, o grande comandante, que está promovendo a imagem da ressurreição do PT, a festa da pajelança para angariar R\$1 milhão para pagar os R\$50 milhões.

Senador Mão Santa, nem na minha cabeça, nem na de V. Ex^a, nem na do Senador Ramez Tebet, cabe que querem pagar ou que vão pagar ou que pretendiam pagar esse empréstimo ou todo o dinheiro que levantaram com pajelança de R\$1 milhão. Eram outras as fontes que foram abortadas, pelo menos as visíveis – das invisíveis, não sei.

E sabem, Senador Mão Santa e Senador Alberto Silva, qual é a musiquinha que vão cantar na pajelança de hoje? Está no jornal **O Estado de S. Paulo** e é uma musiquinha popular que diz: “Reconhece a queda e não desanima, levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima”.

Senador Mão Santa, dar a volta por cima de quê? Do empréstimo de R\$50 milhões? Dar a volta por cima, levantando R\$1 milhão para tapar o sol com a peneira e dizer ao País que se está recuperando, que está recuperando o padrão ético, que voltou aos bons e velhos tempos? O grande comandante continua o mesmo. Os R\$50 milhões que foram levantados são uma mancha que ninguém consegue apagar. As CPIs vão conseguir chegar a conclusões.

Quem é que supriu o “valerioduto”? As CPIs vão fazer o que o Governo não quis fazer: indiciar os culpados ou levar os órgãos de investigação a indiciá-los. Está sobrando um exemplo de impunidade, e essa pajelança é uma agressão, é um acinte à impunidade. Os R\$50 milhões de empréstimos estão aí, são a marca viva da história recente do Partido dos Trabalhadores. A pajelança de R\$1 milhão é o pano de fundo, é o biombo para tentar empanar uma realidade dura da qual o PT pensa que se safou, mas que está permanentemente na consciência do povo do Brasil.

Queria fazer esse registro fazendo uma profissão de fé. Os jornalistas me perguntavam há pouco: “As Comissões Parlamentares de Inquérito estão perdendo o ímpeto?”. Não estão perdendo o ímpeto; estão so-

frendo uma contrapressão inconveniente e inaceitável de bloqueio à necessidade de suas conclusões. Mas tenho certeza de que vão chegar àquilo que o Governo podia ter feito e não fez: ao indiciamento dos culpados, para que não reste neste País o pior dos pecados, o pecado da impunidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Alberto Silva. Tem a palavra S. Ex^a.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia hoje, nesta Casa, está cheio de informações, de denúncias. Enfim, é um ambiente que retrata a situação em que o País vive e que, naturalmente, nos deixa perplexos.

Estamos aqui com o Orçamento pendente – precisamos votá-lo, senão os Estados não terão dinheiro, e a própria Nação também não –, e fala-se em comemoração, em festa; anuncia-se um questionamento sobre o relatório desta pessoa extraordinária que é o nosso Ministro Rodolpho Tourinho, que é o responsável pelo plano do apagão, aquela Câmara de Gestão, da qual ele foi um dos componentes, juntamente com o Senador José Jorge, que tirou o País daquela angústia.

Somos da base do Governo, certamente. Para tanto, está aqui o nosso Presidente, Senador Renan Calheiros. E temos sempre estado prontos para votar aquilo que chega a esta Casa em favor do povo.

Mas, neste instante, vou falar sobre um assunto que bem poderíamos levar em consideração: fala-se que o petróleo está com seus dias contados; mas, ao mesmo tempo, diz-se que a Petrobras é auto-suficiente na produção de petróleo. Mas nós outros, que conhecemos muitas coisas da Petrobras, sabemos que o nosso petróleo não é capaz de gerar todo o combustível que precisamos – por exemplo, o *diesel* –, tanto é assim que importamos um volume considerável de óleo *diesel* para suprir a necessidade dos nossos veículos. É claro que, se tivéssemos o gás no volume necessário, poderíamos utilizá-lo não só para gerar energia. No Ceará, todos os táxis – é o que sei – funcionam com gás. E parece que estão trabalhando para que os ônibus também façam isso, o que nos leva não só a uma economia muito grande do combustível fóssil, mas também nos leva a que sejamos considerados, pelo Protocolo de Kyoto, um país que está trabalhando para reduzir a poluição ambiental.

Tenho lido a declaração do Presidente dos Estados Unidos, George Bush, que diz que os brasileiros estão à frente dos americanos porque já resolveram o problema do combustível alternativo por intermédio

do álcool, o que eles ainda não conseguiram. E Bush diz ainda que os Estados Unidos deveriam imitar a iniciativa brasileira, sua tecnologia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, caros companheiros do Senado, não está na hora de o Brasil pensar seriamente no assunto? É por isso que insisto com o Presidente no sentido de que Sua Excelência crie um organismo para cuidar do combustível alternativo. Do jeito que vai, a Petrobras, com problemas de prospecção, de condução da política do petróleo e do gás, não terá condição de fazê-lo. É o que estamos sentindo. Agora mesmo, estamos vendo uma crítica a respeito do relatório de Senador Rodolpho Tourinho.

Façamos algo, Presidente Lula, não perca o trem da história. Getúlio criou a Petrobras. O regime militar consolidou e transformou em realidade o Proálcool. Presidente Lula, crie um organismo. Pode ser a Bio-brás ou ter outro nome, mas deverá ser independente. Não poderá estar preso às políticas da Petrobras, não porque não seja preciso, mas porque a Petrobras tem uma missão, o alternativo tem outra. O Proálcool viveu pendurado na Petrobras durante algum tempo, agora é independente. Que Vossa Excelência, Senhor Presidente, crie um órgão, o mais urgentemente possível, e parta para o álcool. E para o biodiesel, é evidente, mas parta para o álcool, pois chegará mais depressa.

Alguém disse: estão ocupando as terras que poderiam produzir alimento para plantar cana. Santo Deus! Este País tem um território imenso, tão grande que, se deixássemos apenas um Estado produzindo alimentos, esse Estado seria capaz de produzir alimentos para o País todo. Sabemos disso.

Então, o que penso propor nesta tarde de tantas discussões, para o bem do Brasil, para os que estão nos ouvindo, para os que estão perplexos? Vamos parar para saber como vão acabar as CPIs? Claro que queremos que elas cheguem ao fim e que os culpados sejam punidos, mas não podemos parar o País, temos de dar alguma coisa, e o nosso papel aqui, além de fazer leis, é ajudar. Somos um Poder, mas um Poder que também pode ajudar, pode oferecer opções e opiniões. E é o que estamos fazendo nesta tarde.

Eu diria – e agora tenho de pensar no meu Estado – que o maior produtor de soja do Brasil está na área de Mato Grosso, dos dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, como do Paraná também. E o Piauí está produzindo o quê? Algumas toneladas de soja, com dificuldade de escoamento, porque o cerrado piauiense está distante dos portos e dos centros de exportação. O que poderíamos fazer?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Alberto Silva?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com todo o prazer.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Nobre Senador Alberto Silva, quero parabenizá-lo pela lucidez e a oportunidade do pronunciamento que faz neste momento e pela sua história de vida dedicada às questões nordestinas, em particular à questão das energias alternativas. O Governo Lula, que anuncia com estardalhaço, mas sem se preocupar com uma política efetiva e de resultados, que o programa do biogás é uma invenção deste Governo, talvez não saiba que V. Ex^a, há três décadas, já anunciava a importância do *biodiesel* para o Brasil a fim de que pudéssemos valorizar as nossas potencialidades de energias limpas, renováveis e alternativas ao petróleo, que é uma energia limitada, poluente, embora ainda muito necessária ao desenvolvimento de qualquer país do mundo. Sabemos, como V. Ex^a bem o disse, que o álcool hoje não é mais um concorrente do petróleo. A própria Petrobras demorou a entender que o álcool não é um concorrente. Ao contrário, ele é um parceiro, porque, misturado à gasolina e ao óleo diesel, reduz enormemente a emissão de carbono para a atmosfera. Hoje, todo o mundo entendeu que o álcool é um parceiro do petróleo, porque reduz a poluição do petróleo. Antigamente, ainda existia, se não me engano, o MTBE, que, misturado ao petróleo, reduzia a emissão, mas depois ele também foi considerado cancerígeno. De modo que, hoje, o álcool é a única alternativa à mistura com o petróleo para reduzir essa poluição.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Isso mesmo.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – É muito importante – e aí finalizo para ouvir o brilhante discurso de V. Ex^a – que este Governo atente para as questões práticas em relação à energia, que estão à revelia.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – À revelia.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – O Governo faz um estardalhaço imenso sobre *biodiesel*, sobre a Petrobras, que agora está auto-suficiente em petróleo, e não mostra que este Governo foi o que apresentou os resultados mais pífios em termos de exploração de petróleo da Petrobras. Não mostra que há três anos não se inicia uma hidrelétrica neste País, porque os investidores internacionais estão amedrontados, por conta de um País que não tem um marco regulatório definido e pelas agências reguladoras que não estão funcionando. Não há uma legislação que dê garantias, porque os atos normativos são feitos em cima da perna, a cada dia, ao sabor do humor do burocrata de plantão. Parabenizo V. Ex^a. A questão da energia é muito importante, e o Governo do Presidente Lula

a está relegando a segundo plano, quando sabemos que a energia é a grande mola do desenvolvimento de qualquer País. Muito obrigado. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a!

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a e o convidaria, como um dos homens daquela área – V. Ex^a tem uma história política do seu eminente pai, que foi nosso companheiro aqui –, a juntar esforços. V. Ex^a, eu, todos nós. O Estado de V. Ex^a sempre foi um dos grandes produtores de cana, capitaneou esse programa com o açúcar, depois com o álcool. Temos espaço para plantar a cana, sem prejudicar, de maneira alguma, a questão de alimentos.

O meu Estado, por exemplo, tem uma área na qual podemos, em pouco tempo, levar cinco ou seis usinas de seiscentos mil metros cúbicos de álcool por ano, com o qual teríamos quatro bilhões de litros de álcool. Poderíamos fazer um acordo, um contrato firme com o Governo Bush, em vez de esperarmos que eles descubram o caminho – e eles têm muito dinheiro e muita tecnologia –, antes que eles nos passem. Poderíamos propor ao Presidente Bush entregar-lhe cinco bilhões de litros de álcool, antes do final de seu governo. Seguramente podemos fazer isso em dois anos, pois temos área para plantio no Piauí e em todo o Brasil.

Meu caro companheiro e colega, com cinco bilhões de litros de álcool na nossa balança comercial, teríamos oportunidade de ter dinheiro para investir na pesquisa, na renda, na educação ou na saúde, o que está nos faltando.

Antes de conceder o aparte ao nobre companheiro, Senador Romeu Tuma, concluo dizendo que li nos jornais uma coisa muito interessante: é muito difícil o combustível alternativo substituir o petróleo, porque a produtividade é bastante pequena. Há produtos como a mamona, o dendê, o que seja, e aí cita o girassol. Faço um comentário para o País todo, que está acostumado a me ouvir – e agradeço os *e-mails* que nos mandam e também os estímulos com que nos fazem continuar lutando por aquilo de que o Brasil precisa – dizendo: minha gente, chegou a hora de colocar a cabeça no lugar. O Brasil, às vezes, entra-se por um caminho e ninguém pensa e pára. Sou de uma escola onde a primeira coisa que nos ensinaram foi pensar. Diante de um problema, pare para pensar antes de tomar uma decisão.

Querem ver aonde quero chegar? No meu Estado, ouvi vários plantadores de soja dizerem que não iriam mais plantá-la, porque tiveram prejuízo. Falei com alguém do Mato Grosso, que me disse a mesma coisa. O preço internacional está caindo, porque o dólar está caindo. E a soja? Vamos deixar de plantá-la ou vamos usar a cabeça, a inteligência e a criatividade? Querem ver como?

O Brasil está exportando 50 milhões de toneladas de soja. Estamos exportando grãos, e a soja é um alimento extraordinário. O leite e o bife de soja podem sustentar, fornecer a comida, o leite que as crianças não têm neste Brasil inteiro. São crianças famintas, que não têm o café da manhã, às vezes não comem nada e, às vezes, a primeira refeição é a merenda escolar, mas somente depois de sete anos, porque o Governo apenas agora estabeleceu a idade de seis anos para o pré-escolar.

Quando eu era Governador, as escolas atendiam crianças a partir de dois anos, que tinham a merenda escolar. Sabe qual, Senador Romeu Tuma e meu caro Senador Mão Santa, foi grande Governador do Piauí? O leite de soja. Fizemos uma fábrica de alimentos, semelhante a da Nestlé, capaz de sustentar cinquenta mil crianças do pré-escolar.

Quero voltar à soja. Vendemos cinquenta milhões de soja em grão e vamos alimentar as pessoas. Evidentemente, soja é alimento não apenas energia. É um grande alimento! Então, mandamos alimentos, recebemos algum dinheiro na balança comercial, mas os nossos meninos aqui ficam com fome. A soja, cinco mil anos antes de Cristo, atendeu à fome de milhares de pessoas e de povos. Por que não manter a soja no Brasil? Sabem como? Se está caindo o preço da soja, vamos fazer uma proposta.

Somos capazes de produzir muito mais do que cinquenta milhões de toneladas de soja. Como não? A soja é plantada e colhida à máquina. Podemos plantar milhões. Podemos e devemos.

No Piauí, garanto que, para atingir cinco milhões de toneladas, é uma questão de máquinas e de dinheiro. O Bndes está com dinheiro sobrando – dizem que há mais de R\$50 bilhões – e está financiando outros países. Por que não financia as nossas usinas a um juízo mais baixo?

Produtores de álcool do Sul procuraram o meu Estado e disseram: “Podemos vir para cá, mas uma usina de álcool custa caro. O Bndes tem dinheiro, mas o juízo é tão alto que não nos atrevemos”.

Então, enquanto se discute se o Bndes libera ou não dinheiro para o álcool – e deve fazê-lo –, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem de tomar a frente da situação ou a história passará pelo seu Governo. Mas S. Ex^a não fez nada. E o Presidente Bush está dizendo: “Queremos álcool!”. O Brasil é o único país que pode exportar o produto, mas sem misturá-lo. Ainda que se tenha misturado, sabe-se separar. Não se misturam os problemas. Jogaram-se os dois, agora se tira um: soja.

Por que não produzir 20 milhões de toneladas de soja? Podem ser feitas as usinas de *biodiesel*. São

Paulo possui enormes metalúrgicas capazes de produzir 500 mil l/dia de *biodiesel*. Para plantar soja e extrair óleo, o Brasil dá aula no mundo inteiro.

Tirando-se 20% de vinte milhões de toneladas de grãos de soja, obtêm-se quatro milhões de litros de óleo de soja. Não é preciso disponibilizar isso na alimentação, porque se poderia proceder de outra forma. Quatro milhões de litros de óleo de soja poderiam ser transformados em *biodiesel*. São quatro milhões de litros de *biodiesel*, que, misturados com os 2% de que fala a Petrobras, economizariam seguramente seis bilhões de óleo diesel que a Petrobras importa. Então, com a soja, eu posso fazer com que, rapidamente, em dois anos, a Petrobras deixe de importar seis bilhões de litros de óleo diesel. Isso não é divisa que fica no Brasil?

Então, usemos a cabeça, pelo amor de Deus. Este País, grande, um BNDES com R\$50 bilhões, o que está faltando? Uma ordem do chefe maior, do Presidente.

Concluo, antes concedendo, com muito prazer, um aparte ao Senador Romeu Tuma, que, se não me engano, solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, a sessão deveria terminar às 18h30, mas, como não quis interrompê-lo, prorrogo agora a sessão por mais uma hora. A assembléia é soberana e ninguém vai votar contrariamente.

Nós vamos dividir o tempo restante em cinco minutos para cada um, pois há um número enorme de oradores, para que todos possam falar, utilizando a capacidade de síntese.

Então, o Dr. Alberto Silva continua com a palavra.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Eu agradeço, meu caro Governador e Senador Mão Santa, porque esse assunto é quente, fala do futuro do Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Alberto Silva, fico encantado com a ligação que V. Ex^a faz sobre os problemas de energia em dois setores: a energia para tocar o País mecanicamente falando e a energia alimentar para que essa criança, essa juventude tenha condições de formar uma capacidade maior no futuro. Eu falava hoje com o Prof. Campos da Paz, que lançou um livro sobre crianças com problema cerebral, e perguntava a ele se a falta de alimentação trazia prejuízo na formação intelectual. Ele disse que sim, que, sem alimentação, não tendo estímulo, provavelmente, essa criança terá um prejuízo. Então, V. Ex^a registrou bem. Sou de um Estado grande produtor de álcool, onde teve início o Projeto Pro-Álcool, que eu acompanhei de perto. Infelizmente, ele fracassou por falta de visão dos produtores e do Governo; mas

ressurgiu das cinzas e, hoje, possui um papel importante. Temos que nos acautelar para que também, amanhã, o preço não chegue a um ponto que inviabilize seu uso e as pessoas tenham que ficar com a gasolina. Hoje, há os carros flex. O que vemos e nos causa entusiasmo, Senador, é que esse processo de desenvolvimento tecnológico do álcool e dos motores que usam o álcool inseriu o Brasil na área da alta tecnologia do mundo.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Na vanguarda.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O mundo, hoje, respeita o Brasil por fabricar energia alternativa. Por quê? Porque todos os produtos não-renováveis que vêm da natureza podem acabar um dia. Estou tomando leite de soja, de vez em quando, de manhã, porque ele é bom. E se fabricarmos leite de soja nessa quantidade a que V. Ex^a se refere, tranquilamente vamos agregar valor, em vez de exportar grãos **in natura**.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com certeza.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E eu pergunto a V. Ex^a, pedindo desculpas pela minha ignorância, se essa “mamonamania” tem razão de ser, porque me parece que é preciso se plantar uma área muito intensa para produzir o óleo combustível da mamona. Não sei se a soja teria mais vantagem ou não. Agradeço e parabeno V. Ex^a.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Respondo a V. Ex^a rapidamente e encerro, Sr. Presidente. Acho que devemos deixar a mamona para aqueles produtores rurais que hoje têm na roça uma produtividade muito pequena.

Nós temos já um modelo de aproveitamento da organização social rural dos pequenos para produzir mamona. Deixemos os pequenos produzindo mamona, um milhão, dois milhões, três milhões, em quatro ou cinco anos, e o Brasil segue em grande escala com aquilo que é produzido à máquina. E o mais perto: de um lado, cana produzindo álcool e do outro, soja produzindo o biodiesel de soja daquilo que não conseguimos vender.

Por fim, Sr^s e Srs. Senadores, estou falando isso e pedindo a Deus que os produtores de álcool de São Paulo que estão ouvindo o meu apelo cheguem ao Piauí o mais depressa possível e montem uma usina de pólo sucroalcooleiro, na região norte do meu Estado, a partir da sua linha média e, aí, teremos o Piauí entrando também na corrente do desenvolvimento dos seus irmãos do lado que crescem, o Ceará de um lado, o Maranhão do outro, e o Piauí fica no meio, como num sanduíche de pobreza. Eu não vou aceitar isso e creio que nem o Senador Mão Santa, nem o Senador

Heráclito Fortes, nem os companheiros da Bancada, nem os companheiros de lá.

Espero, se Deus quiser, que, na próxima semana, cheguem lá alguns dos grandes produtores de álcool, para ver que o Piauí tem tudo para ser um grande produtor, irmanando-se com os outros Estados da Federação.

Que Deus nos ajude para que isso aconteça! São os meus votos nesta tarde. Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB.

Conforme ficou acordado, os oradores terão cinco minutos e deverão usar a capacidade de síntese.

Em seguida, será a vez da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senador Leonel Pavan, V. Ex^a já perdeu um minuto. V. Ex^a dispõe de cinco minutos, conforme votado aqui em assembleia, utilizando a lei de Shakespeare, o espírito da lei.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, não vou pedir que V. Ex^a use a mesma sensibilidade que eu uso quando V. Ex^a está na tribuna, mas pelo menos um quinto já será suficiente, dando-me o tempo necessário para um pronunciamento.

Primeiramente, registro a presença de um Vereador de Santa Catarina, que veio, juntamente com outras lideranças, pleitear investimentos do Governo Federal no nosso Estado – Vereador Clayton Batschauer, do PDT de Itajaí.

Sr. Presidente, recebemos algumas correspondências, da última sexta-feira até a data de ontem, relatando acidentes ocorridos nas rodovias do Estado de Santa Catarina. Ontem o jornal **Diário Catarinense** publicou o número de acidentes ocorridos no Estado em 2005 e 2006.

No mês de janeiro de 2006, já ocorreram 2.007 acidentes e, nos doze dias de fevereiro, ocorreram 707. Como os dados referem-se até o dia de ontem, hoje, temos um número bem maior de acidentes.

O número de veículos envolvidos em acidentes no mês de janeiro foi 3.664; e, no mês de fevereiro, em 12 ou 13 dias, 1.269. Houve, em janeiro, 1.240 feridos; em fevereiro, em 13 dias, 411. Mortos: 78, em janeiro, e, em 12 ou 13 dias, 34 em fevereiro. Essa é uma estatística do número de mortes, por acidente, nas rodovias do Estado de Santa Catarina.

Sr. Presidente, recebemos uma comitiva do Estado de Santa Catarina – Brasília recebeu; infelizmente, não pude acompanhá-la – que veio reivindicar, definitivamente, a atenção do TCU, para que seja liberado um processo de licitação, a fim de que possa aquela rodovia receber os investimentos devidos para a duplicação da Rodovia 470.

Lamentavelmente, por causa de uma briga jurídica, até agora não conseguimos solucionar o problema. Existem os recursos, está havendo interesse por parte do Governo do Estado, por parte das autoridades locais, há uma mobilização da sociedade de Santa Catarina, mas, Senador Mão Santa...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan, proroguei por mais três minutos o tempo de V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Lembrando que, em três minutos, Jesus fez o Pai-Nosso, o Sermão da Montanha e, por último, disse: “Pai, perdoai-lhes, eles não sabem o que fazem!”

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Estou mencionando essa matéria porque existe uma mídia, uma propaganda por parte do Governo Federal – aliás, uma mídia na imprensa, patrocinada pelo Governo Federal –, no sentido de que o Governo estaria solucionando os problemas com a chamada Operação Tapa-Buracos.

Na verdade, o que estamos vendo aí é uma obra paliativa, é uma obra eleitoreira. Não está havendo uma política adequada para solucionar definitivamente os problemas que ocorrem em todo o Brasil devido à má conservação das rodovias.

Santa Catarina não é um Estado diferente do Mato Grosso do Senador Ramez Tebet. Não é diferente. Santa Catarina não é diferente de São Paulo, de Minas Gerais, do Paraná, do Rio Grande do Sul. Mas o nosso Estado – apresentam-nos aqui a Polícia Federal e o jornal **Diário Catarinense** – tem um número assustador de acidentes, de feridos e de mortos.

Não podemos mais ficar calados. Nós, Senadores e Deputados Federais, temos de chamar a atenção do Governo para que tenha maior responsabilidade, porque, do jeito que está, não sabemos se, daqui a pouco, não seremos as próximas vítimas, ou alguém da nossa família, ou amigos. Não estamos mais seguros ao percorrer as rodovias federais.

A Cide, esse imposto que é cobrado dos combustíveis, do óleo, da gasolina, do gás, não está

sendo repassada como deveria, não está sendo investida como deveria ser, Senador Mão Santa, pois já se fala em R\$30 bilhões arrecadados com a Cide. E o Governo Federal destina R\$440 milhões para tapar buracos.

Estamos conclamando o Governo Federal para a duplicação das rodovias, em especial a Rodovia 470 do meu Estado, Santa Catarina, e também para a conclusão da BR-282 e melhorias nas Rodovias 280 e 116.

Esses números de mortos talvez não sejam o suficiente para sensibilizar o Governo Lula, mas espero que ele seja sensibilizado pelos compromissos que assumiu no passado em relação à resolução desses problemas.

Só um minuto, Sr. Presidente!

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Que ele, pelo menos, assuma definitivamente os compromissos pós-eleição que assumiu quando esteve no nosso Estado e em diversos outros, dizendo que não terminaria o seu mandato sem realizar as obras de duplicação das principais rodovias do nosso Brasil, e refiro-me especialmente às Rodovias 470 e 282 do meu Estado, Santa Catarina, por onde transita, Senador Mão Santa, praticamente toda a produção do nosso Estado.

Por isso, faço este apelo ao Presidente da República em relação a investimento e a melhorias nas rodovias federais do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa. Em seguida, está inscrito, como Líder, o Senador Ramez Tebet.

Que continuemos a manter o nosso acordo de cinco minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, farei um grande esforço nesse sentido. Eu estava inscrita.

Eu queria fazer alguns registros importantes e positivos. Alguns dizem respeito especificamente à nossa região, a Amazônia; e, outros, em relação ao País, a como o Governo tem realmente se empenhado na construção de um Brasil de todos, com igualdade de oportunidades assegurada a todos os cidadãos, independentemente de raça, credo ou cor.

Quero dizer que, no ano de 2005, foram investidos R\$17 milhões para se promover a inclusão das

minorias nas universidades brasileiras. Esse fomento tem como objetivo permitir o acesso, de forma mais ampla, a negros, índios, idosos e pessoas com necessidades especiais. É função do Estado brasileiro a inserção das minorias pelo acesso à educação, respeitando-se, contudo, as especificidades e as peculiaridades das minorias. As pessoas são diferentes, têm necessidades diferentes, e essas diferenças devem ser respeitadas. Não podemos tratar desiguais como iguais, mas temos exatamente de respeitar as diferenças.

Costumo dizer, inclusive, que tenho muito orgulho de ser mulher. Na condição de mulheres, não somos iguais aos homens – nem queremos ser. Mas queremos viver nossas diferenças com direitos iguais.

Eu queria fazer este registro, dessas ações positivas do Governo Lula, que investiu R\$17 milhões em 2005. E um exemplo disso é o Programa de Formação Superior e Licenciatura para Indígenas (Prolind). Segundo os dados oficiais, estão sendo aplicados R\$3 milhões para apoio a projetos, em conjunto com comunidades indígenas, formação de professores para o ensino fundamental – de quinta a oitava série – e ensino médio.

Temos também o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior (Uniafro), que recebeu R\$1,7 milhão, visando a dar continuidade ao acesso e à permanência dos estudantes e promover mudanças nas diretrizes curriculares.

Sei que isso está sendo muito questionado, mas vivemos realmente numa sociedade extremamente desigual. E claro está que precisamos romper com a desigualdade, que já é histórica. Isso é um processo amplo, que deve ser feito a partir da conscientização do problema até conseguirmos, eu diria, uma mudança cultural. Se não fizermos isso – e o faremos por meio de ações afirmativas, por meio da educação –, não vamos realmente mudar e fazer com que as pessoas respeitem as diferenças existentes de todas as ordens: étnicas, religiosas e outras.

As gerações atuais não podem esperar. Por isso, enquanto essa mudança não acontece, as políticas de ações afirmativas se fazem necessárias para eliminar as desigualdades raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras historicamente acumuladas e para compensar perdas provocadas pela discriminação e pela marginalização.

Pessoas com necessidades educacionais especiais compõem, hoje, 14,4% da população brasileira, mas dados do Censo Universitário de 2003 mostram a baixa inserção desse segmento no ambiente acadêmico.

Para promover o acesso em condições de igualdade, foi desenvolvido o projeto Incluir. O MEC investiu R\$1,5 milhão no acesso e na permanência desses estudantes nas instituições federais de ensino superior. As ações do MEC não se limitam às universidades federais, pois também estão presentes no ProUni, Programa Universidade Para Todos, que, em sua primeira edição, colocou mais de 100 mil alunos em 1.135 instituições de ensino superior de todo o País.

Já o projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior aplicou mais de R\$3 milhões no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorrogo o tempo de V. Ex^a por mais três minutos, pela beleza do pronunciamento e da Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Milton Santos, que escreveu seu nome na História do País, empresta seu nome a esse projeto importante, que incentiva a cooperação técnico-científica e cultural entre os países com os quais o Brasil mantém acordos, em especial os africanos, nas áreas de educação e cultura.

Tenho muitas outras questões a abordar, mas quero dizer que a expansão das universidades federais também faz parte do projeto de democratização do acesso ao ensino. O MEC construiu quatro novas universidades federais: a do ABC, em São Paulo; a da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul; a do Recôncavo Baiano, na Bahia; e a dos Pampas, no Rio Grande do Sul. O plano de expansão inclui, ainda, a transformação de cinco faculdades em universidades federais: a Rural do Semi-Árido, no Rio Grande do Norte; a dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, no Triângulo Mineiro; a de Alfenas, em Minas Gerais; e a Tecnológica, do Paraná. Outros 41 **campi** estão em fase de criação ou de consolidação.

De acordo com o cronograma de expansão, serão oferecidas 30 mil matrículas por ano na rede federal, a partir de 2007. Já foram investidos quase R\$200 milhões na expansão. Até 2007, serão R\$591,5 milhões. Com a interiorização da rede federal, milhares de estudantes não precisarão mais migrar para ter acesso à educação superior pública de qualidade. A meta é atingir 125 mil novas matrículas, em cinco anos, nas escolas federais.

Para quem mora num Estado como o meu, com 1,250 milhão de km² – o tamanho de duas França – e com 143 Municípios e onde apenas 25% da população estão concentrados na capital, é fundamental esse processo de interiorização.

Também quero fazer o registro positivo de que o programa de crédito Pronaf-Florestal está substituindo o Arco do Desmatamento pelo Arco do Reflorestamento. Esse programa, que existia para a Mata Atlântica, agora foi estendido para a Amazônia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– É só mais um instante, Sr. Presidente. Em um minuto, concluo.

Apenas Roraima tinha acessado R\$204 mil, de um total de R\$6 milhões disponíveis para essa linha de crédito. Agora, no Pará, há um projeto-piloto que atenderá 35 famílias, com recursos no valor de R\$300 mil, em uma área no sudeste do Estado – Marabá e Conceição do Araguaia –, caracterizada como de desmatamento.

Parabenizo o Delegado de Desenvolvimento Agrário, Carlos Guedes, pelo convênio feito com a Fetagri. Estão sendo preparados vários projetos para serem apresentados ao Basa, a fim de se obter acesso a esses recursos, o que mostra ações positivas tanto na área da educação, como também na área do reflorestamento, inclusive em regiões já degradadas.

Faço esses registros, porque eles têm uma importância grande para a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senadora Ana Júlia, concedi-lhe cinco minutos, proroguei-os por três minutos e, depois, por mais um minuto, num total de nove minutos. De dez minutos seu pronunciamento não irá passar, porque essa é a nota de V. Ex^a. Assim, não pode ser mais do que isso.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Vou encerrar, Senador Mão Santa, agradecendo a compreensão de V. Ex^a.

No domingo, participei de várias manifestações que lembraram o assassinato covarde de Irmã Dorothy. Na quinta-feira, dedicamos parte da sessão para fazer uma homenagem a essa guerreira. Neste momento, faço um apelo ao Ministro da Justiça, para que as investigações continuem, mesmo com relação a quem já está preso. Infelizmente, do consórcio que foi formado, nem todos foram citados ou processados. As investigações precisam prosseguir, porque ainda há pessoas que, na minha opinião, têm responsabilidade no assassinato e estão soltas, não tendo sequer sentado no banco dos réus.

Reafirmo meu registro dessas ações positivas, feitas tanto na área da educação quanto na área do reflorestamento, que são passos fundamentais para que possamos virar uma página da história da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A obediência do tempo foi dez. Dez é a nota que V. Ex^a merece, Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra, pela Liderança do PMDB, ao Senador Ramez Tebet.

Em seguida, estão inscritos os Senadores César Borges e Romero Jucá.

Todos farão uso da palavra por cinco minutos, os quais prorrogarei, se necessário.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui instado, por companheiros do meu Estado, a comparecer à tribuna. No início dos nossos trabalhos, falou-se muito, a partir dos discursos dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Hércílio Fortes, sobre o privilégio concedido pelo Governo Federal a Governadores que lhe são aliados. S. Ex^{as} basearam-se em reportagem publicada na **Folha de S. Paulo** de hoje, sob o título: “Lula privilegia governadores aliados com liberação de verbas”. Nessa matéria, surgem o Acre, governado pelo PT, que teria recebido R\$109 milhões; o Piauí, também governado pelo PT, com R\$92 milhões; e o meu Estado, Mato Grosso do Sul, Senador Mão Santa, com R\$ 38 milhões.

Não quero discutir. Creio que o Piauí de V. Ex^a deveria receber muito mais, assim como o Acre, e que nosso País precisa ser definitivamente integrado. Se São Paulo e outros Estados, na proporção por habitante, receberam menos, não quero discutir, mas fiquei pensando que meus conterrâneos têm inteira razão, porque eles querem que nosso Estado, que a nossa população seja ajudada pelo Governo Federal. Chegou aqui o Senador Juvêncio Cesar da Fonseca, que, outro dia, ocupou esta tribuna e falou da questão orçamentária. O que quer Mato Grosso do Sul? Quer ser ajudado. Nem eu nem o Senador Juvêncio da Fonseca somos do Partido do Presidente da República nem do Partido do Governador do Estado. Muito ao contrário, mas temos de comparecer a esta tribuna para pedir ajuda.

Sabe o que significam R\$38 milhões para Mato Grosso do Sul, Senador Mão Santa, V. Ex^a que preside os trabalhos neste momento e que honra o meu Partido e tão bem defende o seu Estado, que é apontado como um Estado que está recebendo benefícios do Governo Federal? Trinta e oito milhões para Mato Grosso do Sul significam emendas colocadas pelos Parlamentares. Estão contando aqui até as nossas emendas individuais, Senador Juvêncio de Fonseca, e as de Bancada que foram liberadas. No cálculo de Mato Grosso do Sul, está constando é isso, porque o Governo Federal tem sonogado, não tem dado re-

curso para Mato Grosso do Sul. É preciso que se diga isso.

Outro dia, vim a esta tribuna para reclamar disso. Não há obra do Governo Federal em Mato Grosso do Sul. Não fora a estrada ligando a minha cidade à cidade de Selvíria, que está sendo construída há sete anos, a passos de tartaruga, não há obra a ser apontada. Todo dia a imprensa do nosso Estado noticia que o Governador José Orcírio Miranda dos Santos tem vindo aqui cumprir a sua obrigação de defender os interesses do Estado. Mas S. Ex^a não tem vindo para pedir, S. Ex^a tem vindo para cobrar, porque o Governo Federal nem paga o que deve a Mato Grosso do Sul. O Governo deve dinheiro a Mato Grosso do Sul desde que o Estado foi dividido, desde que o Estado foi criado, desde que Mato Grosso do Sul começou a existir.

Temos de abordar isso, temos de falar sobre isso. Qual é a ajuda que foi para Mato Grosso do Sul neste instante de agrura por que passa a economia do nosso Estado...

(Interrupção do som.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – ...em razão da febre aftosa?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorroguei por mais três minutos o tempo de V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a.

Em razão da crise por que passam os agricultores do nosso Estado? Absolutamente nada. Para que existe o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste? Por que, pelo menos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, não se ajudam os agricultores e os pecuaristas do Estado de Mato Grosso do Sul? Por quê?

Frigoríficos estão fechando. E não se ouviu uma palavra do Ministério do Trabalho quando quase três mil trabalhadores foram demitidos em Mato Grosso do Sul em razão da atitude que tomou o Frigorífico Margem, que, não suportando a crise da carne, fechou suas unidades nas cidades de Naviraí, de Bataiporã, de Paranaíba e de Três Lagoas, minha cidade. São quase três mil funcionários. Ainda bem que o Frigorífico pagou todos os direitos trabalhistas, mas sabem o que representa o desemprego de quase três mil trabalhadores em Mato Grosso do Sul? Não era o caso de o Governo Federal ter procurado ajudar, ter buscado solução para resolver esse problema? Não era o caso de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ter sido acionado? Vamos assistir a isso impassíveis? Assiste-se a tudo hoje dentro de um cenário de extrema banalidade, em que há desemprego, em que funcionários são exonerados e

não há uma palavra do Ministério do Trabalho, não há uma palavra dos bancos do Governo, não há uma palavra do Governo Federal. Positivamente, isso é um absurdo.

Quero apenas deixar claro, Sr. Presidente, com esse exemplo, que não compareço aqui porque o Piauí, que é governado pelo PT, recebeu mais dinheiro do que Mato Grosso do Sul, nem porque o Estado do Acre recebeu mais do que o Estado de V. Ex^a ou que o meu. Quero que o meu seja compreendido. Mato Grosso do Sul quer ser compreendido dentro do contexto da Federação brasileira e merece mais do que o que foi liberado por meio de convênios repassados diretamente ao Governo Estadual ou por intermédio dos Municípios do Estado.

Dei uma entrevista a uma emissora de rádio, recentemente, pedindo para se fazer justiça a Mato Grosso do Sul, e o Governador só não se cansa de comparecer aqui em Brasília para falar com o Presidente da República, com o Ministro da Fazenda ou com o Ministro do Planejamento, porque é persistente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorrogame por mais um minuto.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, o Ministro do Planejamento já foi Secretário de Fazenda do Governo de Mato Grosso do Sul. Também prometeu ajudar, pagando o que deve a Mato Grosso do Sul, e nada disso acontece.

Então, como eu vou ouvir aqui reclamações? A Bahia reclama, por intermédio de seus representantes. A reportagem reclama por mais verbas. Vejo outros Estados reclamando... E o meu, que é credor e não recebe o que lhe devem!

É por isso que estou aqui nesta tribuna, porque acho que as verbas devem ser equitativas. Com certeza, houve alguma discriminação. Está faltando compreensão com Mato Grosso do Sul, disso não tenho dúvida.

Eu diria até que está faltando projeto político para a integração nacional, que precisa ser feita. Eu não quero, Sr. Presidente, ir tão longe, porque não adianta, o tempo não permite, mas concedo o aparte, com muita alegria para mim, ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a, sempre oportuno, traz para o Brasil a situação de Mato Grosso do Sul, até mesmo para que possamos dar satisfação da nossa atuação perante nossos concidadãos. Mato Grosso do Sul é hoje governado pelo PT. O País é governado pelo PT. Mato Grosso do Sul é apenas um dos três Estados governados pelo PT. Se para lá não vão re-

curiosos, não há obras, não há nada – há esta fraude inclusive com referência aos nossos créditos que não são liberados, do Ipemat, por exemplo –, o que significa isso? Má vontade com o Estado. E nós temos lá candidato a Governador...

(Interrupção do som.)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Senador Mão Santa, o coração de V. Ex^a é magnânimo!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pois não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Podemos compreender que o Governo Federal, o PT está de má vontade com Mato Grosso do Sul, apesar de ter candidato em campanha para a sucessão do Governador Zeca do PT. Em campanha! Uma campanha inclusive de fazer pirataria em emendas do Estado de Mato Grosso do Sul, de seus companheiros, para se fortalecer. Eu peço ao candidato do PT que se fortaleça em sua campanha para o Governo do Estado fazendo com que o PT leve recursos para o Estado e não os corte. A maneira como está trabalhando o PT no Estado é para não conseguir de forma nenhuma sucesso nas eleições. Também não tratamos a questão, aqui, do sucesso ou insucesso das eleições. As nossas emendas, Senador Ramez Tebet, não são do Governo, mas dos nossos Municípios, das nossas entidades filantrópicas. É do nosso Estado, não do PT ou do Líder do PT aqui no Senado ou em qualquer lugar. É preciso que se dê um tratamento hegemônico, para que haja a justificativa de que estamos numa gestão pública bem orientada e decente em favor do nosso povo. Parabéns pela exposição de V. Ex^a! Eu vim na última hora para apartear-lo. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Agradeço a sua solidariedade. Isso demonstra que não estamos sozinhos. Estamos juntos, irmanados. A sua voz, juntando-se à minha, fica mais forte. V. Ex^a, com seu aparte, fortalece a minha presença nesta tribuna, porque reclama das emendas, reclama daquilo que não foi liberado, reclama de mais investimentos para o Estado. É isso que estamos a pedir, a solicitar, independentemente de cor partidária, Senador Mão Santa. Não estamos movidos aqui por cor partidária, porque, quando o frigorífico fecha, paga aos seus funcionários. Ainda bem que pagou os direitos trabalhistas de quase três mil funcionários.

Senador Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a conhece Bataiporã, como conhece Naviraí, Paranaíba e a minha cidade de Três Lagoas. Já imaginaram esses funcionários na rua? Onde vão conseguir emprego? São chefes de família! Isso não é assunto para Governo

ter interesse? Positivamente, sim. Mas onde está o interesse do Governo? Qual é a proposta do Governo para ajudar? Não. Está errado! Está errado! Positivamente, mais uma vez.

Senador Mão Santa, que vá para o Piauí; quanto mais, melhor. Que vá para Alagoas, da Senadora He-loísa Helena. Que vá para todos os Estados, mas, por favor, vamos fazer o que a Constituição prega: defender a integração nacional, diminuir as desigualdades regionais, as desigualdades sociais.

A cada dia que passa, perdemos a oportunidade de interiorizar o País. Será que a novela da Rede Globo, em boa hora, mostrando o espírito de Juscelino Kubitschek, não contamina o Governo? Não inspira o Governo a olhar para o interior, para as populações mais solicitadas, para os Estados que podem contribuir com esse desenvolvimento? Isso, na minha opinião, não significa riqueza, mas tem de significar qualidade de vida; significa dignidade e solidariedade.

Era isso, Sr. Presidente. Não poderia acabar a sessão, Senador Juvêncio da Fonseca, sem colocar sentido naquilo que aconteceu aqui e aproveitar a oportunidade para reivindicarmos, senão ajuda, pelo menos aquilo a que Mato Grosso do Sul tem direito e que o Governo Federal teima em não pagar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Ramez Tebet, o Executivo cortou o orçamento de lá, mas fique na certeza de que não cortamos a voz e o tempo do Estado de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra agora ao Senador da Bahia, pelo PFL, César Borges. E lembre-se que o outro César fez aquele discurso: “Vim, vi e venci”, só para falar da brevidade, e o discurso ficou para a eternidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a frase está atual. Precisamos vencer, principalmente o Nordeste brasileiro que, lamentavelmente, vive mais um processo de seca: temos uma quadra de poucas chuvas, bem abaixo da média, e a perspectiva é de manutenção desse quadro que traz hoje imensa inquietação a milhões de nordestinos.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, tratamos de um projeto de renegociação das dívidas dos produtores rurais, que estão procurando manter a sua atividade para não viver como párias nas periferias das cidades metropolitanas e também no interior do Estado. No entanto, o Governo mostra uma insensibilidade que chega a doer. V. Ex^a, como nordestino, sabe do pouco apoio que o Governo tem dado ao Nordeste.

Trago aqui trechos de um artigo publicado hoje no jornal **Folha de S.Paulo**, na página Tendências/

Debates, assinado por Marco Antonio Villa, 49 anos, professor de história da Universidade Federal de São Carlos e autor, entre outros livros, de **Vida e Morte no Sertão – história da secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. Editora Ática.

O artigo de Marco Antonio Villa é de uma oportunidade muito grande, Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a que se preocupa com essas questões.

Veja o que ele diz:

Hoje, os municípios do semi-árido sobrevivem graças aos programas assistencialistas, como o Bolsa-Família. O que era para ser transitório se transformou em instrumento permanente de política pública.

A economia da região está destruída. O índice real de desemprego é muito alto. As prefeituras conseguem se manter graças aos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, pois os impostos recolhidos não são suficientes sequer para realizar pequenas obras.

O assistencialismo federal permite que haja uma certa paz na região. Os sertanejos vão se acostumando com a vida de cidadãos de segunda classe, tutelados pelo Estado e sem iniciativa econômica. Entre um cultivo ou abrir um negócio, sem nenhum apoio governamental e correndo o risco do fracasso, optam pelo recebimento de um cartão magnético do governo.

Não há nenhum programa consistente da União na região.

Veja, Sr. Presidente, será que é isso o que queremos para a nossa população? Viver de um assistencialismo que é quase uma esmola, que desestimula o cidadão, quando não há programas de geração de emprego e de renda que reforcem a infra-estrutura?

Seria essencial a renegociação da dívida dos agricultores, para que se mantenham no campo e mantenham a atividade econômica. Poderíamos desenvolver pesquisas para uma agricultura da seca, que é possível.

O CPATSA – Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico do Semi-Árido, em Petrolina, tem saídas, tem o sistema CBL, o consórcio da caatinga com capim-búfel e com leucena, que é uma grande saída. No entanto, é preciso ter crédito para se implantar o CBL. Lamentavelmente, sem negociar dívida, não teremos como abrir novos créditos.

Ouçõ o nobre Senador Fernando Bezerra e, posteriormente, o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Senador César Borges, compartilho com V. Ex^a desse drama e dessa angústia de todos os nordestinos, sobretudo dos agricultores da nossa região. Quero dar o testemunho do quanto V. Ex^a, o Senador Sérgio Guerra e eu tentamos uma negociação entre os que representam os agricultores, por meio da Confederação Nacional da Agricultura, e o Ministério da Fazenda. Eu me sinto frustrado, porque vejo que minha tarefa não obteve, até o presente momento, o êxito que eu esperava. Creio que o racional é negociar. Da forma como vem da Câmara dos Deputados, essa renegociação vai ter o impacto de, com a emissão de títulos do Tesouro da ordem de R\$7 bilhões e mais o FNE, algo em torno de R\$11 bilhões, segundo números dados pelos técnicos do Senado Federal. Há pouco tempo, estive conversando com o Senador Aloizio Mercadante, dizendo da minha angústia e da minha preocupação, porque, de novo, renovo o compromisso de que, se não encontrarmos um caminho mais racional e compatível com o que pode o País e com as necessidades dos agricultores da região, vou apoiar o projeto da Câmara dos Deputados. Esse projeto atende o ponto de vista dos agricultores, mas, do ponto de vista do Governo, recebe críticas razoáveis. Acabo de receber a informação – e eu queria pedir algo, de novo, a V. Ex^a, que tem demonstrado todo interesse, muito equilíbrio e muita vontade, como todos nós, de ver um caminho para isso – do Senador Aloizio Mercadante de que o Dr. Murilo Portugal teria uma proposta a nos apresentar. Eu pedi ao Senador Aloizio Mercadante que, amanhã, logo cedo, no horário da conveniência de todos nós, pudéssemos reunir-nos no gabinete de S. Ex^a, Mercadante – V. Ex^a, eu, o Senador Sérgio Guerra e os assessores do Senado –, para analisar essa proposta e fazer aquilo que estamos tentando fazer: um meio de campo entre o que os agricultores desejam e aquilo que o Ministério da Fazenda diz que pode fazer. Quero novamente dar um depoimento em relação a V. Ex^a, externando a minha mais profunda admiração pelo equilíbrio com que V. Ex^a tem se conduzido, conhecedor que é dos problemas do Nordeste e da agricultura nordestina. Será lamentável se não encontrarmos um caminho, se não virmos contrapartida para um esforço de dois anos – esse projeto tramita desde 2004! V. Ex^a também mostrou seu pioneirismo com um projeto que hoje está na Câmara. A gente vê tudo isso se perder porque o Tesouro não teria condições para concretizar esses projetos, pelo menos não da maneira ampla como o projeto propõe. Senador César Borges, fiz questão de vir aqui para dizer que vivo de esperanças. Tenho, de novo, expectativas positivas, apesar de estarmos diante de uma situação muito difícil. De qualquer forma,

vamos novamente nos sentar e tentar o caminho da racionalidade, porque somente assim é que teremos reais condições de beneficiar os pobres agricultores do nosso Nordeste brasileiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra, agradeço as palavras de V. Ex^a.

Também me cumpre, neste momento, dar o testemunho de sua atuação. Como Líder do Governo no Congresso Nacional, V. Ex^a depositou esperanças na construção de uma solução negociada com o Governo que estivesse à altura de atender o Nordeste brasileiro sem causar maiores dificuldades ao Governo em razão do que ele alega. Entretanto, nós não evoluímos. Se amanhã – temos sempre de estar abertos à negociação – recebermos uma proposta que atenda o Nordeste brasileiro, creio que V. Ex^a, melhor do que ninguém, poderá avalizá-la, assim como eu também o farei. O que não podemos é imaginar que nada será feito pelo Nordeste.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador César Borges, prorrogo o pronunciamento de V. Ex^a por mais um minuto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – No fim de semana passado estive, em companhia do Governador da Bahia, Paulo Souto, e do Senador Rodolpho Tourinho, às margens do São Francisco, no semi-árido, na cidade de Iuiú. Tomei conhecimento de uma cobrança feita a um agricultor da cidade de Malhada, às margens do São Francisco, de R\$18.287,00 de juros de uma dívida cujo principal é de R\$164.784,00. Mas a cobrança é feita como débito fiscal. É um crédito agrícola que o agricultor foi obrigado a negociar – não tinha alternativa, não poderia deixar de aceitar – e que foi transformado de débito de um mutuário com o banco para dívida ativa da União. E o aviso de cobrança diz claramente: “Caso o mesmo não seja pago ou parcelado, será ajuizada a competente ação de execução fiscal, o que resultará na penhora e conseqüente alienação em leilão”.

Está aqui: “Dívida ativa” – crédito rural transformado em dívida fiscal de um pobre agricultor do semi-árido, uma dívida cujos juros chegam a R\$18 mil, para quem teve total frustração em sua safra. Quer dizer, é querer desconhecer a nossa realidade. Isso é muito triste, Sr. Presidente.

Só para – tenho certeza – abrilhantar este pronunciamento, eu queria ouvir o Senador Rodolpho Tourinho. Permita-me, Sr. Presidente, me dê mais um minuto de tolerância.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu serei breve, Senador César Borges, porque acho que V.

Ex^a cobriu todos os aspectos mais importantes dessa questão da renegociação das dívidas dos agricultores. Gostaria apenas de lhe dar mais um testemunho. Como V. Ex^a colocou, no fim de semana passado estivemos juntos visitando cidades do interior e verificamos que, além desse problema, o que acabará havendo é a execução fiscal e a perda da propriedade por parte desses pobres agricultores. E para agravar essa situação, há a seca na Bahia – 78 municípios já decretaram calamidade pública. Uma coisa vai agravar a outra. De forma que quero apoiar aqui, publicamente, o seu projeto, essa posição que V. Ex^a tem tomado, posição que entendo ser absolutamente correta em defesa dos agricultores do Nordeste, sobretudo dos agricultores da Bahia. Meus parabéns.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Como não vou poder lê-lo, pediria que fosse transcrito nos Anais da Casa o artigo “Um cenário desolador”, do Professor Marco Antonio Villa, Sr. Presidente. Que fique registrada a real situação do Nordeste.

Conclamo todos os Senadores, de todos os partidos – essa não é uma questão partidária, não é oposição **versus** governo –: que amanhã, já que foi votado em regime de urgência, nós possamos votar aqui o Projeto de Lei da Câmara nº 142...

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, eu apenas peço que V. Ex^a não encerre como César: “Até tu, Brutus?”

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Encerrando, Sr. Presidente, porque a questão é efetivamente dramática, é uma questão muito séria: que amanhã nós possamos votar esse Projeto de Lei da Câmara nº 142, que foi aprovado na Câmara dos Deputados, com o apoio da bancada nordestina e de todas as outras bancadas. Por que nós, Senadores que representamos os Estados brasileiros, não deveremos também aprovar esse projeto?

Portanto, é isto o que espero: caso o Governo negocie amanhã, até o horário da sessão, tudo bem, estaremos abertos à negociação; senão conclamo todos os Senadores, todos, a apoiarem esse importante projeto para que essa situação de um cenário desolador possa ser mitigada no Nordeste brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÉSAR BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

opinião

São Paulo, segunda-feira, 13 de fevereiro de 2006

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TENDÊNCIAS/DEBATES

Um cenário desolador

MARCO ANTONIO VILLA

Resta ao sertanejo agradecer pelo cartão do programa assistencialista e votar no candidato imposto pelo líder local

Hoje, os municípios do semi-árido sobrevivem graças aos programas assistencialistas, como o Bolsa-Família. O que era para ser transitório se transformou em instrumento permanente de política pública.

A economia da região está destruída. O índice real de desemprego é muito alto. As prefeituras conseguem se manter graças aos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, pois os impostos recolhidos não são suficientes sequer para realizar pequenas obras.

O assistencialismo federal permite que haja uma certa paz na região. Os sertanejos vão se acostumando com a vida de cidadãos de segunda classe, tutelados pelo Estado e sem iniciativa econômica. Entre um cultivo ou abrir um negócio, sem nenhum apoio governamental e correndo o risco do fracasso, optam pelo recebimento de um cartão magnético do governo.

Não há nenhum programa consistente da União na região pouco que existe está vinculado aos interesses dos médios ou grandes proprietários de terra.

Nem o Banco do Brasil nem a Caixa Econômica Federal têm programas voltados para o atendimento dos pequenos proprietários, dos pecuaristas ou dos comerciantes. Do Banco do Nordeste, o sertanejo só ouve falar quando assiste a televisão e encontra o banco envolvido em transações pouco ortodoxas.

Como o sertanejo sobrevive? Resta aguardar a chuva esporádica ou o dia de são José. Alguns foram obrigados a

plantar maconha e transformaram certas regiões dos sertões da Bahia e Pernambuco em grandes centros produtores. E onde mal sobrevive o bode e o feijão não prospera, resta ir vegetando sob o sol inclemente.

Nas famílias, os jovens, quase todos desempregados, sem escolaridade e nenhum futuro digno, aguardam ansiosos o dia do recebimento da aposentadoria dos avós.

Muito antes de o senador Eduardo Suplicy imaginar o programa de renda mínima, o regime militar ampliou em larga escala a aposentadoria rural. O cartão do aposentado é motivo de cobiça dentro da família. Jovens agredem os avós para ter a posse do cartão e comprar bebidas e drogas.

Sem nenhuma esperança, isolado da modernidade e sem perspectiva de melhorar sua condição de vida, resta ao sertanejo uma tábua de salvação: incluir seu nome na lista de um programa assistencial e receber o tão almejado cartão. É o único meio que tem para poder enfrentar situação tão adversa.

Migrar para o Sul ou para as capitais estaduais não é mais possível, pois a economia do país patina há mais de 20 anos. Ficar não é um gesto de resistência, mas de conformismo. Resta ter de agradecer o recebimento do cartão e dar seu voto ao candidato imposto pelo líder local: é o coronelismo high tech.

É patente o desinteresse, a indiferença da elite política nacional pela região. Alguns, em confábulos restritos, chegam até a propor o esvaziamento da região, uma solução ao estilo do velho PRP. É melhor transferir a população do semi-árido para outras regiões: é até mais barato, ironizam. Já parcela considerável da elite regional está preocupada com o preço que pode vender o curral eleitoral e as cadeiras que vai obter na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, quase 40% do total. Claro que embrulham o discurso falando em governabilidade.

Enquanto a esquerda, que diz que não existe nenhuma "Questão Nordeste", não perdeu a oportunidade de ocupar centenas de cargos das agências federais existentes na região. Os efeitos de uma possível seca prolongada atingem centenas de municípios. Só no Ceará, das 184 cidades, 141 estão em estado de calamidade pública. No Piauí, já são 112, metade dos municípios. Na Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia e nos outros Estados, a situação é muito grave.

O leitor pode perguntar: e o ministro da Integração Nacional? Este mora no Rio de Janeiro e está preocupado não com a seca, mas com sua possível candidatura à vice-presidência da República e com os destinos da oligarquia Ferreira Gomes, no Ceará. Quer fazer o irmão governador, manter a ex-mulher no Senado e o outro irmão na Assembléia estadual ou na Câmara dos Deputados, além de outros parentes em funções menores: afinal, a família é grande.

Frente a esse quadro desolador, espera-se que os principais candidatos apresentem programas para que a região possa voltar a ter vida econômica.

O governo Lula nada realizou pelo Nordeste. A bem da verdade, deve ser recordado o discurso emocionado que fez na cerimônia de lançamento da recriação da Sudene, com a presença, inclusive, de Celso Furtado. Como sempre, falou longamente, satisfeito com os aplausos protocolares. Emocionou-se, como de hábito. Porém, até hoje, quase três anos depois, a Sudene não existe.

Como o governo também fracassou no Nordeste - a popularidade que tem se deve ao assistencialismo, à política de anticidadania patrocinada pelo PT - cabe à oposição construir um projeto que faça uma verdadeira revolução na região. O "choque de modernidade" pode ocorrer não só ressuscitando velhas propostas exequíveis, como a agricultura seca, mas também introduzindo a região no século 21, ampliando o leque das alternativas econômicas.

Marco Antonio Villa, 49, é professor de história da Universidade Federal de São Carlos (SP) e autor, entre outros livros, de "Vida e Morte no Sertão. História das Secas no Nordeste nos Séculos XIX e XX" (Ática).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Vamos conceder a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Romero Jucá, do PMDB do Estado de Roraima.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos prorrogáveis por mais três. Sei que V. Ex^a tem uma capacidade sintética ímpar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente vou ser rápido, até para que outros Senadores possam fazer uso da palavra.

A minha vinda hoje à tribuna é para tratar de um assunto que diz respeito ao meu Estado de Roraima. Venho aqui hoje prestar a minha solidariedade, o meu apoio, o meu incentivo, enfim, firmar o meu compromisso junto à classe dos Policiais Cíveis, dos Policiais Militares e do Corpo de Bombeiros do Estado de Roraima.

Essas três categorias importantes para o Estado, que dizem respeito à estruturação do setor de segurança pública, um setor que é hoje demandado em todos os cantos não só do Brasil, mas do mundo, acabam de ser destratadas, humilhadas e desvalorizadas em processo de votação na Assembleia Legislativa do meu Estado. O Governo encaminhou medida para discutir a remuneração e a gratificação de risco de vida dos policiais, tanto militares como civis, e do Corpo de

Bombeiros. A nossa bancada de Deputados Estaduais apresentou uma proposta negociada, uma proposta que dizia respeito a um aumento significativo, mas bastante compatível com a condição do Estado.

Para V. Ex^a ter uma idéia do que ali se passou, Senador Mão Santa: somos apenas seis Deputados de oposição na Assembleia. A proposta teve a assinatura de dezesseis Deputados dos vinte e quatro. Portanto, a ampla maioria da Assembleia Legislativa buscava um entendimento que beneficiasse as polícias militar e civil e o Corpo de Bombeiros. Mas depois do entendimento feito, na hora da votação, o que se viu foi a debandada, a retirada dos Deputados ligados ao Governo do Estado, que deixaram sem votar essa matéria que era extremamente importante. Isso gerou uma revolta grande em todos os presentes, em todos os membros das corporações que estavam na Assembleia, e houve um protesto legítimo.

Trato dessa questão aqui porque entendo que a área de segurança pública tem de ser valorizada, e o meu compromisso como roraimense, como Senador e como ex-Governador que investiu na área de segurança pública, é desfazer esse tipo de injustiça.

Quero, mais uma vez, me solidarizar, repudiar as críticas e os ataques feitos à direção dos sindicatos e das associações que representam esses policiais civis e militares e dizer que a nossa Bancada estará vigilante. Espero que, rapidamente, ao retomar os trabalhos da Assembleia Legislativa, os Deputados de Roraima

façam um exame de consciência e revejam a posição ilegítima tomada por eles.

Espero que, por unanimidade, a Assembléia Legislativa possa votar e aprovar a gratificação dos policiais militares, dos policiais civis e dos membros do Corpo de Bombeiros. Esses homens e mulheres merecem, pois dedicam suas vidas à sociedade de Roraima. Portanto, precisam ter o respeito de toda a sociedade e melhores condições de vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Quero louvar a capacidade sintética do Senador Romero Jucá, só excedida pela competência do próximo orador.

Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro, do Estado do Tocantins, do PL, que teve o exemplo de síntese do nosso Senador Romero Jucá. O bem nunca vem só. “O exemplo arrasta” (Padre Antônio Vieira).

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei se vou conseguir a mesma síntese do Senador Romero Jucá, mas procurarei contribuir o máximo possível, dentro das minhas dificuldades, para tal.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, do Estado do Piauí, esposo da minha amiga D. Adalgisa, quero dizer que trago, hoje, a esta Casa talvez até uma novidade, porque nós, políticos, normalmente somos mal interpretados, principalmente por grande parte da imprensa brasileira e do meu Estado, Tocantins. Quando o parlamentar faz uma coisa boa, às vezes não é lembrado, mas a qualquer acusação que há contra o parlamentar fazem estardalhaço, sobretudo quando esse parlamentar compõe o Congresso Nacional.

Nós, Congressistas, vivemos um momento de muita falta de credibilidade e de ataques.

Por que faço essa colocação na fase inicial da minha fala? Exatamente para dizer que hoje, segunda-feira, 13 de fevereiro, às 10 horas, no *campus* da Universidade Federal do Tocantins, a nossa Bancada Federal que tem assento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, portanto os três Senadores – eu, o Senador Leomar Quintanilha e o Senador Eduardo Siqueira Campos – e os oito Deputados Federais, foi homenageada pela Universidade Federal do Tocantins. Talvez um fato inédito no Brasil.

E por que fomos homenageados? Fomos homenageados pelo Conselho Universitário do Estado do Tocantins, da Universidade Federal do Tocantins, por intermédio do Magnífico Reitor daquela Universidade, Professor Alan Barbiero, a quem cumprimento neste momento por esta atitude simpática e correta, porque a Bancada Federal do Tocantins tem trabalhado diu-

turnamente no sentido de fortalecer a educação e o ensino superior no Estado do Tocantins.

Fui escolhido, pela Bancada, para ser o orador no *campus* Universitário de Palmas, na nossa Universidade Federal, por ser o coordenador da Bancada em Brasília. E, na homenagem de hoje, recebemos uma medalha de Honra ao Mérito – por sinal uma medalha muito bonita –, em uma solenidade de alto nível. Nos últimos dois anos, Sr. Presidente Mão Santa, a nossa Bancada conseguiu colocar no caixa da Universidade Federal do Tocantins, por intermédio de emendas de Bancada e de emendas individuais deste Parlamentar e de vários outros, recursos da ordem de R\$10,620 milhões, para que fosse montada uma biblioteca, fossem comprados livros, fossem feitas reformas de ampliação, infra-estrutura...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu lhe dou mais três minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – ... e uma série de outras medidas interessantes e importantes para o bom desempenho da nossa querida Universidade Federal do Tocantins.

Ora, Sr. Presidente, é claro que todos ficamos orgulhosos. Os recursos que alocamos ao Orçamento são para fazer pavimentação asfáltica. Por exemplo, há uma emenda de minha autoria no sentido de ligar o *campus* de Gurupi à cidade de Gurupi, para que os estudantes possam trafegar sem a poeira da pavimentação. Há também emendas para reforçar o caixa, a fim de que seja construído o Centro Tecnológico Agroindustrial no *campus* de Palmas; o Centro de Bovinocultura, em Araguaína; e o Centro Tecnológico de Agricultura Tropical, também na cidade de Gurupi.

Sr. Presidente, o Prof. Alan Barbiero e os universitários do Tocantins foram extremamente inteligentes, porque conquistaram, cada vez mais, o coração da sua Bancada. Deixaram-nos sensibilizados. Foram eficientes nessa homenagem simples, mas de grande significado. Ela representou muito para nós. V. Ex^a, que é médico, sabe o quanto é difícil, no meio universitário, a participação e a presença dos políticos. Fomos homenageados por todos os que lá estavam, bem como por setores da imprensa. Não sei como será a repercussão amanhã. Não sei o que a imprensa vai dizer. Na hora, ao menos, pareceu que ficaram contentes, satisfeitos.

Sr. Presidente, venho à tribuna para cumprimentar o nosso Professor e Magnífico Reitor Alan Barbiero, nossa Vice-Reitora, os professores e o Conselho Universitário da Universidade Federal do Tocantins.

Creio que esse exemplo, Sr. Presidente, deveria ser seguido por todas as universidades federais do Brasil que contam com o apoio decisivo de suas bancadas, com emendas individuais e de bancada, visando a reforçar e a melhorar a vida de nossos estudantes universitários.

E, para cooperar com V. Ex^a, Sr. Presidente, peço mais um minuto para encerrar o meu pronunciamento.

Quero dizer que essa atitude inteligente não só do Prof. Alan Barbiero, mas também dos nossos estudantes universitários, dos nossos acadêmicos, e do Conselho garantirá uma parceria próspera e um futuro brilhante para a Universidade Federal do Tocantins. Temos orgulho de representar nosso Estado, que, na maioria das vezes, dá orgulho àqueles que por ali passam. Repito: iniciativa como a adotada pela Universidade Federal do Tocantins deveria ser seguida por outras universidades federais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Não vou tomar mais tempo, para cooperar com V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Ribeiro, outro dia um grande empresário resolveu, por laços de amor, fixar-se no Piauí. Conversávamos sobre os Senadores de Tocantins – para mim, todos extraordinários, excelentes –, e ele resumiu o que pensava de V. Ex^a, utilizando as palavras de Roberto Carlos: João Ribeiro é meu irmão camarada. Isso demonstra o apreço que os homens que trabalham e enriquecem o Estado de Tocantins têm por V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, usarei apenas trinta segundos, para dizer que o setor empresarial de Santa Catarina e de Blumenau, infelizmente, hoje está de luto, porque perdeu um grande empresário, o Sr. Ronaldo Baugartenen, proprietário da Gráfica Baugartenen. O popular Rony é um dos grandes empresários de Santa Catarina e, no setor gráfico, um dos maiores do Brasil. Lamentavelmente, em função de uma doença, nós o perdemos.

Quero prestar minha homenagem de sentimento a seus familiares, porque toda a sua família é muito querida não apenas em Blumenau, mas em todo o Estado de Santa Catarina. Lamento anunciar a perda desse grande empresário que todos os catarinenses admiravam.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan, a Mesa se associa ao voto de pesar de V. Ex^a pela perda do empresário brasileiro.

Continuando a lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT do Estado de São Paulo. Não é preciso dizer a V. Ex^a, dotado de grande capacidade sintética, que os oradores que o antecederam usaram cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa; Sr^{as} e Srs. Senadores, logo mais estaremos no jantar de aniversário de 26 anos do Partido dos Trabalhadores, com a presença do Presidente Lula. Hoje, vários Senadores formularam críticas ao meu Partido. Erros têm ocorrido. Mas posso dizer a V. Ex^a, Senador Mão Santa, que muitas vezes tem pronunciado palavras ásperas com respeito a meu Partido: pode ter V. Ex^a a certeza de que iremos superar esses obstáculos, de que iremos corrigir os possíveis erros que ocorreram em nosso Partido e que não são exclusivos de nossa entidade partidária.

Recomendo aos que aqui expressaram palavras por vezes ofensivas que observem bem que é muito difícil querer generalizar para uma entidade erros que, porventura, tenham sido cometidos por alguns membros.

Tenho a certeza de que o Partido dos Trabalhadores caminhará na direção daqueles que foram os nossos objetivos maiores desde a nossa fundação: a luta pela ampliação das liberdades democráticas, pelo aperfeiçoamento da democracia, pela ética na vida política brasileira e pela realização da justiça.

No que diz respeito à realização da justiça, à erradicação da pobreza absoluta, à construção de uma sociedade mais equitativa, temos observado, da parte de alguns Senadores, em artigos na imprensa e nos meios de comunicação, como ontem, no programa “Fantástico”, na Rede Globo de Televisão, algumas observações críticas sobre alguns aspectos dos programas sociais, tais como o Bolsa-Família.

Ainda ontem, o “Fantástico” mostrou que, num Município da Bahia, Teixeira de Freitas, havia algumas dezenas de pessoas na estrada procurando obter recursos para sua sobrevivência, e foram detectadas duas pessoas não merecedoras, segundo a lei, do Programa Bolsa-Família, que estariam sendo beneficiárias. Ora, de pronto, o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, tomou as providências para que fossem corrigidos esses erros. Em verdade, a imprensa tem prestado um serviço ao mostrar distorções.

Saliento que, para superar efetivamente essas distorções, muitos economistas, pensadores, filósofos chegaram à conclusão de que melhor do que haver um programa condicionado ao nível de renda ou a outras exigências é estender o direito de todos partilharem da riqueza da Nação por meio de uma renda básica para todos os brasileiros e brasileiras. Esse procedimento teria significativas vantagens, pois terminaria com a burocracia exigida de se definir quem merece participar do programa, com o estigma de cada um ter de dizer o quanto ganha, com os problemas de dependência decorrentes de programas que definem...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo-lhe mais três minutos, Senador Eduardo Suplicy, em homenagem a V. Ex^a e ao Partido que aniversaria. Eu próprio prestarei uma homenagem, ao final.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

Do ponto de vista da dignidade e da liberdade dos seres humanos, será muito melhor que isso ocorra obviamente.

Quero assinalar, Sr. Presidente, visita que hoje fiz à escola Martim Francisco, em Vila Nova Conceição, em São Paulo, a convite da direção dos professores e dos estudantes, quando todos falaram sobre a importância da luta pela preservação daquela escola naquele bairro. Considero relevante que essa batalha possa ser alcançada, uma vez que houve uma iniciativa para modificar ou transferir a escola para outra área. Mas, do ponto de vista da cultura, da educação e da tradição da escola e do seu bairro, é necessário que ela possa ser preservada. Por isso, lá estive a apoiando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Agradecemos a V. Ex^a pela capacidade de síntese. Acho que foi uma grande homenagem que V. Ex^a prestou ao PT.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador pelo PMDB do Amapá, Senador Gilvam Borges.

Senador Garibaldi Alves Filho, já concedi a palavra ao Senador Gilvam Borges; em seguida, falará V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente Mão Santa, se o Senador Garibaldi Alves Filho quiser vir, eu posso ceder-lhe a vez.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– V. Ex^a pode falar.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes e queridos Colegas Senadores e Senadoras, alvissareira e entusiasmada é a notícia que tivemos nesta tarde, aqui, no plenário do Senado Federal. A tão sonhada ponte binacional sobre o rio Oiapoque foi aprovada nesta Casa, depois de um longo caminho percorrido, que começou em 2000/2001, com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Estive na Guiana Francesa, na comitiva do Presidente Fernando Henrique, onde esteve presente também o nosso Líder, Presidente José Sarney, que acompanhou **pari passu** essa trajetória da aprovação da ponte binacional sobre o rio Oiapoque.

Hoje, o Senado Federal aprova e dá o seu consentimento constitucional para que se concretize definitivamente a construção dessa ponte. Aqui nesta Casa, Sr. Presidente, tenho o prazer de receber o representante da Bancada Federal na Câmara dos Deputados, Deputado Badu Picanço, que veio acompanhar a aprovação da matéria.

Há algumas horas, eu estava sentado ao lado do Presidente José Sarney, que aqui, com sua influência, seu prestígio e seu compromisso com o Amapá, fez com que se aprovasse a matéria em tempo recorde, apenas quatro dias. Na quinta-feira passada, foi aprovada na Câmara dos Deputados; chegou nesta Casa hoje e, hoje mesmo, foi aprovada.

Portanto, o Deputado Badu Picanço, representando os colegas Deputados Federais, comemora comigo essa importante obra, essa obra estratégica, que irá atender a uma população lá no extremo Norte. E isso só nos dá alegria.

Falei há pouco, Sr. Presidente, com o Governador do meu Estado, que estava no BNDES, no Rio de Janeiro, também trabalhando por uma grande obra de infra-estrutura e saneamento para a nossa capital. Só engrandece o nosso Estado o fato de ter vários líderes, tanto do Poder Legislativo como do Executivo, a seus postos, fazendo o seu trabalho, na busca do desenvolvimento do Amapá.

O referido acordo estabelece as bases necessárias à implementação e operacionalidade do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre o projeto de construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque, celebrado em Brasília em 05 de abril de 2001, e promulgado pelo Decreto nº 4.373, de 12 de setembro de 2002.

O acordo é estratégico. As obras, que deverão ser financiadas com recursos públicos do Brasil e da França, foram contempladas, no que respeita ao lado

brasileiro, no Plano Plurianual/PPA 2004–2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de agosto de 2004, nos termos do art. 165, parágrafo primeiro, da Constituição Federal. Os recursos necessários para sua realização (estimados em R\$19.450.000,00) estão previstos no Orçamento da União.

Esse projeto, viabilizado pelo Presidente Lula, juntamente com o Presidente José Sarney e o esforço da Bancada Federal, teve o nosso acompanhamento diário, hora a hora, Comissão a Comissão.

Portanto, faço este comunicado ao Amapá e agradeço a todos os Senadores e Deputados Federais pela aprovação dessa grande obra estratégica para o Amapá. Assim, está garantida a construção da ponte sobre o rio Oiapoque.

Levamos cinco anos. Cinco anos! O Presidente Lula foi a Paris, onde assinou o convênio, que também foi assinado pelos Ministros das Relações Exteriores. As comissões foram instaladas. O Congresso Nacional teve de aprovar. Então, estamos na reta final. Os recursos estão no Orçamento.

Dessa forma, o Amapá se alegra. O Amapá brinca e agradece ao Congresso Nacional; ao Presidente Sarney, nosso Líder maior no Estado; ao Governador do Amapá; ao Presidente Lula; ao ex-Presidente Fernando Henrique, que deu o pontapé inicial. Eu estava lá, quando os helicópteros sobrevoaram o rio, para os primeiros passos.

Cinco longos anos, e estamos na reta final.

Viva o Amapá! Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimento V. Ex^a pela sua competência sintética e pelo amor ao seu povo e à sua gente, que enriquece o nosso Partido.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É gratificante ver na tribuna outro Senador do PMDB, um extraordinário líder do Nordeste, Senador Garibaldi Alves Filho.

V. Ex^a, a exemplo dos outros, dispõe de cinco minutos, prorrogáveis por mais três.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, até poderia deixar de pronunciar este discurso, mas não vou fazê-lo porque se trata de uma questão de interesse do meu Estado.

Estamos, a esta altura, diante da possibilidade de um inverno abaixo do normal. Como a esperança é a última que morre, não quero levar ao desespero

aqueles agricultores que estejam prestando atenção a este pronunciamento, mas o certo é que nós poderemos ter uma escassez de chuva no período que mais chove, de janeiro a maio.

Em janeiro não choveu nada; em fevereiro, até agora, idem. Esperamos que as chuvas possam vir antes do Carnaval. Gostaria que as autoridades ficassem, desde logo, alertadas, e que este pronunciamento constasse dos Anais da Casa, para que tivéssemos uma mínima preparação relativa à chamada convivência com a seca, com a falta de chuvas regulares e normais por ocasião deste período.

Lembro experiências bem-sucedidas, como é o caso da experiência levada a efeito no sentido de alfabetizar as pessoas no semi-árido nordestino, fazendo com que elas recebessem, se fosse o caso, uma bolsa e, em troca, prestassem um serviço à região, o serviço da alfabetização.

Uma coisa que preocupa é que o gado – que já está morrendo de fome e de sede – poderá, em pouco tempo, morrer em maior quantidade. Isso faz com que as autoridades municipais peçam ao Governo do Estado e ao Governo Federal que disponibilizem aquele volume que constitui o alimento do gado, até mesmo o chamado bagaço de cana, essas formas encontradas para fazer o gado sobreviver.

Estou aqui, então, pedindo atenção para esse problema.

O Governo Federal, até agora, liberou 80 milhões para socorrer pessoas atingidas por desastres naturais e secas. O Ministério da Integração informou que 45 milhões serão utilizados em ações de recuperação das cidades, por efeito de inundações, e 35 milhões para água, por meio de carros-pipa na zona rural dos Estados do Nordeste.

Vamos tentar fazer um programa melhor, de obras mais estruturais. Vamos, então, se for o caso, enfrentar esse período com criatividade.

É isso o que venho pedir, neste instante, da tribuna desta Casa, agradecendo a compreensão do Presidente.

Na verdade, essa situação me foi relatada hoje, pela manhã, pelo Deputado Nelter Queiroz, da região do Seridó, região das mais atingidas pelos efeitos da redução das chuvas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por cinco minutos, com direito a mais alguns minutos de prorrogação. Em seguida, eu a concederei a V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gilvam Borges, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Almeida Lima, somos democráticos e entendemos que a democracia é do povo. Hoje, o Partido dos Trabalhadores está fazendo 26 anos. A democracia é isto: não poderíamos deixar de trazer os nossos cumprimentos ao Partido dos Trabalhadores.

Eu mesmo votei no PT e me encantei com ele, Senador Garibaldi Alves. Mas, aqui mesmo, pedi perdão ao País e ao meu Estado e disse: há três coisas que só fazemos uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Mas quero que o Partido melhore, porque ele faz parte da democracia, e a democracia pertence ao povo.

Senador Garibaldi Alves, é certo que se poderia dizer que sou do PMDB, daqueles que não admitem que o PMDB seja rabo do PT, que escreveu a mais vergonhosa página de corrupção neste País.

Um Senador que esteve aqui, o sábio Freitas Neto, quando viu isso no Piauí, disse – ele fala como Cristo, que disse a seguinte passagem: “É mais fácil um camelo passar pelo buraco da agulha do que um rico entrar no céu”: “Eu nunca vi uma roda grande entrar numa roda pequena”. Isso é o PMDB para os desmiolados e vendidos que aí estão! Não pode! Como?

Lá, no meu Piauí, somando tudo, ele não fez 10 vereadores na história. Na minha cidade, que é a maior, nunca fez. Então, a roda grande, que é o PMDB, não entra na pequena. Não é dizer que sou do PMDB, por isso penso assim e penso corretamente. Eu ia dar um aconselhamento.

Frei Betto, essa figura também nos atraiu. Frei Betto! E eu sou Francisco, franciscano. Frei Betto me entusiasmou. Atentai que o ex-assessor compara Presidente a príncipe eleito pela elite para atuar na sua sombra; e afirma que o PT foi mordido pela mosca azul.

Frei Betto, Lula! Meditai antes da farra de hoje, antes do banquete!

Amigo do Presidente Lula há mais de 20 anos, o teólogo e escritor Frei Betto acaba de lançar um novo livro: “A Mosca Azul”.

Frei Betto trabalhou no Palácio do Planalto, numa sala próxima à do Presidente, durante os dois primei-

ros anos da administração Lula. Durante esse período, Frei Betto contabilizou inúmeros desencantos que o levaram a se afastar de sua função. E seus principais desencantos foram [atentai, Gilvam Borges!]:

1 – O abandono total de qualquer idéia socialista;

2 – Lula abriu mão do comando da economia [entregou aos banqueiros];

3 – Lula adotou a mesma política tuca-na;

4 – Lula abandonou os movimentos sociais;

5 – Lula não cumpriu as promessas de campanha.

Atentai bem!

Frei Betto afirma que o PT foi mordido pela MOSCA AZUL.

Trata-se de uma referência ao poema escrito por Machado de Assis” [mas aí o Lula diz que não gosta de ler, que não lê, que ler é chato! Que é melhor fazer uma hora de esteira do que ler uma página de um livro].

Ó, Lula, Machado de Assis quis dizer isto: “ao piscar, deixa deslembado de tudo, sem comparar nem refletir”.

Essa é a mosca azul, definida por Machado de Assis. Pelo menos, aprenda isto: “deixa deslembado de tudo, sem comparar nem refletir”. Isso deu pra entender, Lula! Sobre uma linha, penso que V. Ex^a seja capaz de refletir, após uma boa leitura.

Movido pela sede do poder, o PT foi dominado por interesses eleitoreiros, fez alianças espúrias e seduziu-se pelo poder. ‘O poder é definido como’ mais atraente do que sexo e dinheiro, porque facilita o acesso aos dois.

É aí que ele perdeu a cabeça. “Quem nunca comeu mel, quando come se lambuzar”, porque, com o poder, eles acreditam que têm sexo e dinheiro.

Frei Betto diz que o poder não muda as pessoas, faz com que manifeste a verdadeira face. Isto a propósito de Lula ter sido socialista no passado e ter afirmado na Presidência que nem de Esquerda foi. Ainda sobre o Presidente, Frei Betto questiona se Lula não teria sido o “ascendente” de Maquiavel, “aquele que os grandes constituem príncipe a fim de poderem, à sombra de sua autoridade, continuar a satisfazer seus desejos ambiciosos.”.

Essas são as minhas palavras para que o PT medite, na pureza de Frei Betto, sobre os rumos do

Partido e para que não venha a enxovalhar e a destruir a democracia.

Ulysses disse, Almeida Lima, que a corrupção é o cupim da democracia. Assim, que esse PT deixe de ser o cupim que destrói a nossa democracia.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, por cinco minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro a ausência no plenário, neste instante – mas sei que está na casa, ainda laborando –, do nobre Senador Eduardo Suplicy, a quem eu gostaria de, pessoalmente, *vis-à-vis*, fazer uma referência. S. Ex^a esteve na tribuna, há poucos instantes, prestando homenagem ao seu Partido pelos seus 26 anos de existência. Reconheceu e admitiu os erros, e disse que o seu Partido iria tomar os rumos para os quais ele, na verdade, foi fundado.

Senador Eduardo Suplicy, vejo como impossível que o Partido dos Trabalhadores mude sua rota. V. Ex^a é uma estrela solitária nesse Partido. Um Partido fala pela sua maioria e, quando está no Governo, este fala por ele. E não é mais preciso trazer a relação dos malfeitos executados por esse Partido e por esse Governo. É desnecessária a lembrança. Porém, o mais interessante que temos observado ultimamente é que figuras as mais expressivas, desse Partido e desse Governo, estão a usar expressões como se pretendessem imprimir um novo vocabulário, frases e chavões ao seu ideário.

Nesta semana, numa matéria jornalística, li nas palavras do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que se por um lado seu Ministério dificulta as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito, por outro, está promovendo, pela Polícia Federal – Senador Garibaldi Alves, são palavras do Ministro Thomaz Bastos –, “uma investigação republicana”. Essa é a expressão mais nova utilizada pelos próceres do PT.

“Um Governo republicano”, “uma atuação republicana”, “uma postura republicana” coisíssima nenhuma! República, do latim **res publica**, “coisa pública”, “de todos”, é outra coisa. O que os senhores estão praticando é a república do PT, da *Cosa Nostra*.

Citarei um fato deprimente. Não se podem trabalhar os bens, os valores, os recursos do povo brasileiro, pelo Poder Executivo, como se fossem a coisa do PT. Apresentei, como sugestão de emenda de Bancada, para o Orçamento de 2005, uma emenda, aprovada, no valor de R\$3,4 milhões, em números redondos, e a

emenda individual voltada para o Ministério da Saúde e para o Ministério dos Esportes.

Sou um Senador de oposição, devidamente caracterizado como tal. Já fiz parte do Poder Executivo, Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, mas respeitava e valorizava a Oposição, pedia-lhe que fiscalizasse a minha gestão, que me auxiliasse para que eu tivesse, assim, muitos ouvidos e muitos olhos. No entanto, aqui é o contrário, porque a postura não é republicana, é a da *Cosa Nostra*, é completamente divergente.

Pois bem, procurei contemplar o meu Estado de Sergipe com emendas para um atendimento básico à saúde; para a construção de praças de esportes vinculadas a escolas municipais, a fim de que a adolescência e a juventude tivessem espaço para a prática saudável do esporte; e para o atendimento às comunidades mais necessitadas, com equipamentos urbanos para a produção e geração de rendas.

Para Municípios como Feira Nova, Siriri, a minha querida cidade natal, onde nasci – Santa Rosa de Lima –, Brejo Grande, Monte Alegre, Propriá, São Miguel do Aleixo, Maruim, Tomar do Geru, Barra dos Coqueiros, Pacatuba, Pirambu, Campo do Brito, Neópolis, Laranjeiras, Itaporanga D’Ajuda, para minha querida Nossa Senhora das Dores, onde cresci, me criei, estudei, convivi, Telha, General Maynard, Brejo Grande, Canhoba, Carira, Carmópolis, Cumbe, Frei Paulo, Indiaroba, Japoatã, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Poço Verde, Porto da Folha, Riachão do Dantas, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas, São Domingos, Umbaúba, nenhuma emenda foi liberada por esse Governo que diz ser republicano.

Republicana foi a minha posição, a minha postura, porque, Presidente Gilvam Borges, nesses Municípios existem Prefeitos e lideranças que não votaram para que aqui eu estivesse, mas atendi essas cidades porque preciso contemplar o povo e não a figura do Prefeito.

Senadores Mão Santa e Garibaldi Alves, nelas existem Prefeitos do próprio Partido dos Trabalhadores que, aliás, não me dirigem nem a palavra. Há Prefeitos do Partido Socialista Brasileiro que foram contemplados e não votaram na minha eleição. O Prefeito de Barra dos Coqueiros é do Partido dos Trabalhadores e o de Porto da Folha, no semi-árido sergipano, que não votou em mim, também o é. Sequer recebi um telefonema ou uma carta do Prefeito de Porto da Folha, mas eu me lembrei daquele povo sertanejo, sofrido. Isso é posição republicana. Isso é posição de homem público, não essa do Partido dos Trabalhadores, malgrado os 26 anos de existência dessa legenda, que não representa ganho algum para a sociedade brasileira. E ainda

vêm os próceres do PT, o Ministro da Justiça, falar em atitude republicana, em investigação republicana, em decisão republicana, ou seja, decisão voltada ao interesse coletivo, ao interesse público coisa nenhuma! A decisão foi voltada aos interesses pessoais.

Como faço oposição, como não estou no mensalão, como procuro respeitar-me e respeitar o eleitor que me trouxe a esta Casa, minhas emendas não podem ser atendidas. Assim, sofre o povo do meu Estado, dos Municípios.

É preciso que o Partido dos Trabalhadores, que o Governo Lula, sejam de fato republicanos, que tenham atitudes republicanas. Que não passem mais vinte e cinco anos mentindo para o povo brasileiro. Que neste vigésimo sexto ano comecem a mudar de rota e que tenham atitudes democráticas, progressistas, republicanas, respeitáveis que atendam ao interesse público, coletivo, o que não fazem há vinte e seis anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Arthur Virgílio, Romero Jucá e Pedro Simon enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, dentro da dinâmica peculiar do processo legislativo brasileiro, pode-se admitir que seja razoável um projeto de lei tramitar por três ou quatro anos. Contudo, a impressão vigente na sociedade, devemos reconhecer, é a de que o nosso trabalho é moroso. Evidentemente, há muitos elementos não percebidos pelo senso comum, como a necessidade de efetuar estudos preliminares, analisar a legislação vigente, compará-la com a de outros estados ou países, averiguar pormenores técnicos e jurídicos, contemplar ritos processuais, e proceder a um sem-número de minúcias de toda ordem. Tudo isso requer, sempre, cuidado, apuro, atenção e, sobretudo, tempo.

Há, contudo, o fato inelutável: a sociedade brasileira está a exigir mais celeridade dos deputados e senadores. Esta Casa, em especial, tem respondido a essa demanda, tem trabalhado com afinco – e os números da produção legislativa o demonstram à farta! No entanto, há casos em que matérias de baixa complexidade, mas de profunda relevância social, sofrem óbices inexplicáveis em sua tramitação – e

acabam fazendo desnecessariamente em instâncias burocráticas.

Quero crer que este seja o caso do Projeto de Lei do Senado de número 222, do ano de 2002. De autoria do eminente ex-Senador Carlos Bezerra, o projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), acrescentando um Artigo à Lei nº 9.503/97, com o objetivo de determinar a reserva de vagas de estacionamento em benefício dos idosos e das pessoas portadoras de deficiência com dificuldades de locomoção.

Todos reconhecem que o Código de Trânsito Brasileiro representou um avanço na legislação brasileira, prestando imenso serviço ao combater a violência no trânsito, instituindo padrões de segurança mais elevados e estabelecendo punições mais rígidas aos infratores. Entretanto, toda lei de caráter geral tende a incorporar aprimoramentos, sejam aqueles oriundos da constatação de lacunas, sejam os derivados de alterações da situação fática que a gerou, sejam, ainda, os que provêm da aplicação prática de seus dispositivos.

Estamos diante de um caso, Senhor Presidente, em que o bom senso recomenda a rápida apreciação da matéria. Vivemos hoje um tempo em que as lutas pela acessibilidade e pelos demais direitos dos portadores de deficiência têm rendido seus melhores frutos. Há hoje, nas duas câmaras do Parlamento, iniciativas as mais diversas em seu feitio, mas que convergem para o objetivo de respaldar os direitos dessa expressiva parcela da população brasileira. Nesse sentido, louvo a atitude do Presidente do Senado Federal, que, em outubro de 2005, declarou publicamente que envidaria seus melhores esforços para acelerar os projetos sobre os portadores de necessidades especiais que tramitam nesta Casa.

Além disso, Sr^{as} e Srs. Senadores, como bem ressalta o Senador Carlos Bezerra na Justificativa de seu projeto, os estacionamentos públicos e privados de todo o País já têm feito a reserva de vagas especiais, a despeito da lacuna no CTB. Isso gera uma situação de profunda ambigüidade, pois os departamentos de trânsito “têm operado com base em adaptações interpretativas da norma federal, sem uniformidade de critério.”

Aqui no Distrito Federal, para ficar num exemplo mais próximo, a utilização do adesivo identificador da condição de portador de deficiência é facultada apenas aos que pessoalmente conduzem veículos adaptados. Em consequência, não poucas vezes temos uma situação esdrúxula, em que se contraria o espírito da Lei, de vez que “um pai ou uma mãe que conduza um filho portador de deficiência estará sujeito à seguinte alternativa: ou estaciona em vaga distante ou deixa-o

desacompanhado na calçada próxima ao local de destino até que encontre vaga comum e possa reencontrá-lo. Num caso, impõe ao filho desnecessário sacrifício; noutro, sujeita-o a risco injustificável”.

O projeto apresentado, além de assegurar efetividade ao direito a vagas especiais para os condutores de veículos adaptados, também estende o direito às pessoas portadoras de deficiência que estejam sendo transportadas. À semelhança de países europeus, exigiu-se a afixação de adesivo à esquerda do veículo, no caso dos condutores, e à direita, para os transportados, o que, ademais, facilita o trabalho de fiscalização das autoridades de trânsito.

De outro lado, ressalto a importância pedagógica de tal projeto. Tal como ocorreu com o uso disciplinado da faixa de pedestres no Distrito Federal, creio que o respeito ao direito às vagas especiais para os portadores de necessidades, com seu corolário de facilitar a acessibilidade dessas pessoas, constituirá, em breve tempo, importante lição de cidadania.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB– AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nada além do que já se sabia. Isso foi o que afirmou em entrevista à imprensa o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a propósito de declaração em que lembrou que a ética do PT é roubar.

Já se sabia, sim. A Nação inteira está cansada de saber. Afinal, foram horas e horas de TV Senado Brasil a dentro, mostrando ao povo brasileiro quem são os senhores que tomaram de assalto o dinheiro público.

O que Fernando Henrique disse virou um cavalo de batalha, mas, na verdade, é um Deus nos acuda. Os petistas com culpa correm como baratas tontas, saindo pelo ralo. “E agora, Luiz?, como vamos sair dessa?”

Sem pensar, o presidente do partido, Ricardo Berzoini, foi logo imaginando um processo contra o ex-Presidente. É provável, muito provável, que ele tenha agido do mesmo jeito atabalhado, como naquela vez em que colocou os nonagenários nas filas do INSS, para que eles provassem que estavam vivos.

É lamentável, mas continua ocorrendo muita improvisação no grupo criado por Lula para governar o País. Berzoini, que não deu certo no Ministério da Previdência, virou presidente do PT. E, pelo visto, segue tropeçando...

É triste, mas é verdade. Por mais que o povo queira acreditar no Governo, não dá. Ainda bem que hoje faltam justos 320 dias para o fim dessa desastrosa era Lula.

Em primeiro lugar, com o Governo colocado sob suspeição, eles vivem se escondendo de medo. Encafuam-se em portentosos cargos públicos e, quando

aparece alguém, como Fernando Henrique, dizendo apenas a verdade, eles se fantasiam de Zorro. Ficariam mais autênticos travestidos naquela figura caricata do molenga Garcia e seu estragado pangaré.

Essa gente está equivocada. Eles ainda pensam – apesar de tantos mensalões por aí – que são soberanos com jeito de ditador e impacientam-se sempre que há manifestações de pessoas de bem. Ou quando a imprensa fala as coisas. Mandam logo buscar tesoura e rolha.

No episódio da bravata de Berzoini, agora eles que agüentem. Se pensam que falam de uma pessoa honrada, como FHC, supondo que falam com algum desses Dudas da vida, estão enganados! Redondamente.

Ontem, no Roda Viva, comprovou-se que a banda de cá não é de mentirinha. Saibam os senhores do outro lado da rua que aqui a seriedade prevalece.

Por isso, Sr. Presidente, estou anexando a este pronunciamento o noticiário do jornal **O Estado de S. Paulo**, com um resumo da entrevista de Fernando Henrique Cardoso.

Nela, ele informou aos maus avisados navegantes petistas, que vai pedir a exceção da verdade. Não será difícil juntar material para comprovar que acusações, todas sérias, existem à farta.”

Tudo será juntado e enviado ao eventual processo anunciado por Berzoini. Mais prova? É só pegar qualquer jornal do dia. Pego um, a **Folha de S. Paulo**. E ali está, no alto da primeira página:

“Empresa pagou material para Lula em 2002, afirma Buratti”.

É um trecho de depoimento feito no final da semana pelo advogado Rogério Buratti, em que afirmou que a empreiteira Leão Leão pagou material para a campanha do Presidente Lula em 2002. Buratti na época era vice-presidente do grupo Leão Leão.

Em anexo, o restante da entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ao programa Roda Viva de ontem à noite.

Acrescento mais matérias publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo e concluo revivendo aqui a figura que ontem mencionei neste plenário: o inesquecível Stanislaw Ponte Preta, com sua criação FEBEAPA, o famoso Festival de Besteiras que Assola o País.

Hoje, era Lula, peço licença para parafrasear o saudoso Ponte Preta. Estamos mais do que nunca em tempos, já não tanto de FEBEAPA. Agora, é vez de mudar o B para C e dá na medida para avaliar o Governo Lula. Agora é FECEAP, o Festival de Corrupção que Assola o País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para dizer que por causa da frase ética do PT é roubar, dita pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Governo Lula e, com mais insistência, o presidente do Partido, Ricardo Berzoini, soltaram as tamancas com ameaças de processo contra o ilustre tucano, que acredita na liberdade de expressão neste País.

Hoje, passada a estertorante reação petista, leio no artigo semanal do jornalista João Mellão Neto – **O Estado de S. Paulo** – define com muita clareza o sentido da frase: “O ex-Presidente disse apenas o óbvio e comprovado.”

E mais:

“O que o professor Fernando Henrique Cardoso – um profundo e autorizado conhecedor do pensamento e da prática marxista – quis realmente dizer é que a ética do PT permite roubar.”

Nessa análise, talvez pouco acessível para o nível da maioria dos petistas, Mellão conclui: “O PT, embora nascido da redemocratização, é um partido cujos militantes autênticos são muito pouco propensos ao sacrossanto respeito às instituições democráticas...”

...e já que é assim, o melhor é devolvê-los para a oposição”.

Por tudo isso, são oportunas as considerações de Fernando Henrique Cardoso.

O sistema político brasileiro corre riscos de deslegitimação pela incapacidade de responder às demandas da sociedade e pela sua insistência em recorrer ao savacionismo.

Há, em consequência, urgente necessidade de modernização política no País, diante das modernas e exigentes formas de sociabilidade, hoje comuns e decorrentes das novas formas de comunicação, todas velozes, como a Internet.

Quem fez essas advertências, com observações corretas e à altura do momento foi o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ontem em São Paulo.

São observações elevadas, colocadas por quem exerceu efetivamente o Governo do Brasil, todas válidas e que merecem reflexão.

Digo mais que “feliz é o povo” que já teve a sorte de ser conduzido em nível condizente com os modernos reclamos da sociedade. Para isso, é necessário ter, além de sólida formação cultural, descortino e apego ao trabalho de governar e não apenas de chegar ao poder.

Como ex-Presidente, com sua indiscutível autoridade e seu preparo intelectual e político, as lições de Fernando Henrique apontam para o risco do momento, em que o País amplia suas angústias, diante principalmente, como ele nota, dos episódios a que assistimos nos últimos meses e que são dramáticos, mas que deles retiramos lições ainda muito pequenas.

Por isso, Sr. Presidente, estou anexando a este breve relato a matéria publicada hoje pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, assinada pelo jornalista Carlos Marchi. É, na verdade, um documento de valor para que, em suas análises, o historiador de amanhã possa avaliar com mais facilidade e precisão o que terá sido o período que hoje vivemos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o terceiro assunto é para dizer que se não bastasse o uso do Palácio do Planalto como comitê eleitoral petista, recebi esta manhã telefonema indignado de um cidadão de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, Sr. Paulo Willim Torres.

Segundo a denúncia, a operadora *Vivo*, de telefonia celular, está enviando aos seus assinantes mensagens intituladas torpedos, sugerindo que elas sejam abertas e lidas. Isso custa R\$3,50.

Até aí, nada de mais. Só que o conteúdo desses torpedos é uma deslavada propaganda político-eleitoral de Lula.

O Paulo Torres, que assinou o celular para telefonar e receber chamadas telefônicas, estranha o procedimento e acrescenta que só ontem sua mulher recebeu seis mensagens desse tipo.

Ao questionar o procedimento, a operadora informou que o serviço é feito com base no noticiário das emissoras de televisão. Só que, como estranha o Paulo de Saquarema só dá notícia de inauguração de obras mencionando sempre o nome do Presidente Lula.

Indago à Anatel até que ponto essa propaganda é correta.

Há tempos, denunciei dessa tribuna outro abuso propagandístico do Planalto. A Secretaria do Ministro Gushiken passou a imprimir um boletim dito noticioso, mas apenas com informações dirigidas ou com o propósito de exaltar o Governo. Reclamei e disse que não pretendia que o Planalto continuasse enviando esse “Pravda” para minha residência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

07 de fevereiro de 2006 - 00:40 O Estado de S.Paulo online.

FHC reafirma acusações ao PT

O ex-presidente disse que ao declarar que “ética do PT é roubar”

não falou nada além do que já se sabia

São Paulo - O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse nesta segunda-feira, no programa Roda Viva, que estranha a intenção do PT de processá-lo, por ter dito à revista IstoÉ que “a ética do PT é roubar” e que não vê razão para “tanta sensibilidade”. E adiantou: “Vou pedir a exceção da verdade. Juntar tudo que está no tribunal (sobre acusações feitas ao PT) e mandar para lá.”

Exceção da verdade é a ação que permite ao acusado por crime de calúnia ou injúria provar o fato atribuído por ele à pessoa que se julga ofendida e o processou por isso. Só pode ser utilizada quando o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício das suas funções.

Segundo o ex-presidente, ao fazer aquela declaração, não estava dizendo nada além do que já se sabia. Ele se referia, explicou, “a um fluxo de recursos muito grande, que vem de várias fontes, entre as quais fontes oficiais, usadas fora de campanha. E isso é coletivo, em nome da transformação do Brasil”. E prosseguiu: “A ética é essa, de que no fundo fazem isso porque vai melhorar o País. Isso é grave. É uma ofensa. Mas quem fez isso ofendeu a nós, ofendeu ao povo brasileiro.” O ex-presidente observou, porém, que a revista fez na capa “uma síntese” do que afirmara, e isso criou “uma certa confusão”.

Ele acusou também os petistas de terem sido os primeiros a evitar que os dois partidos colaborassem mais um com outro. “Quem foi que definiu o PSDB não como adversário, mas como inimigo?”, perguntou. Mais adiante, fez outro desafio ao governo Lula: “Eu, que fiz uma transição democrática, esperaria que eles tivessem a grandeza de chamar um diálogo nacional.”

Ao falar sobre o posicionamento do PSDB durante as investigações sobre o mensalão, Fernando Henrique afirmou que ele e seu partido se preocuparam com o País. Daí a razão para que não fosse protocolado, na época, um pedido de impeachment contra Lula. "Impeachment é uma bomba atômica", afirmou. "Nossa preocupação é institucional, não eleitoral." Observou, a propósito, que prefere que Lula perca o mandato pelas mãos do povo. "Eu prefiro que ele perca nas urnas."

Ao lhe perguntarem, em seguida, o que achava das acusações contra práticas irregulares também no PSDB, reagiu: "Ora, apurem o dimasduto. Se descobrirem que o PSDB também fez, repudiem o PSDB!" E sobre o esquema de compra de parlamentares da base aliada, disse achar que o presidente Lula "é muito ingênuo" para ser presidente. "Ou é muito ingênuo, portanto não estava preparado para ser presidente, ou ele sabia, o que é pior ainda."

O ex-presidente não fugiu das perguntas sobre economia. Disse que os investimentos em sua época foram muito maiores, que o crescimento do País hoje é pífio diante da média mundial em um período de economia muito melhor, e comentou, também, que sem investimentos nada vai melhorar.

Sobre reeleição, ele afirmou que, com dois anos, ou dois e meio, um governo já tem outro pólo de influência, as futuras eleições, e isso não é bom. "O País precisa de renovação. O Brasil é jovem. Sou favorável à reeleição, mas não sou favorável à eternização", declarou depois, sobre as razões que o fizeram desistir de disputar novamente a Presidência. "Eu não sou candidato, não por bondade. Cada um deve fazer o que pode. E saber qual é o seu melhor momento." Os movimentos do presidente do STF, Nelson Jobim, também foram criticados. "Eu confesso que tenho ficado irritado (com alguns posicionamentos do presidente do STF, Nelson Jobim). Não acho bom ele deixar o Supremo para concorrer à eleição. Mas não vou julgá-lo, até porque não sei o que ele vai fazer."

O ex-presidente também se recusou a dizer se prefere o governador Geraldo Alckmin ou o prefeito José Serra como candidato tucano à Presidência. "O adversário não está aqui dentro (do PSDB). Eu ataco firme lá fora", ressaltou.

Ana Paula Scinocca e Gabriel Manzano Filho

ROGÉRIO PAGNAN

DA FOLHA RIBEIRÃO

O Gaerco de Ribeirão Preto (SP), grupo do Ministério Público Estadual especializado no combate ao crime organizado, iniciou ontem nova investigação para apurar suposto crime eleitoral praticado por dirigentes do PT na campanha presidencial de 2002. A suspeita é que o material publicitário produzido em Ribeirão foi omitido dos gastos informados à Justiça Eleitoral pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O combustível dessa investigação é um novo depoimento do advogado Rogério Buratti dado à Polícia Civil e à Promotoria no final de semana. O depoimento trouxe mais suspeitas de uso de caixa dois em campanhas eleitorais em Ribeirão.

Buratti foi reconvocado para esclarecer dúvidas surgidas na investigação de suposto pagamento de propina a políticos, entre eles o ministro Antonio Palocci, pela empreiteira Leão Leão.

"A Leão pagou material de campanha produzido pela Villimpress [gráfica de Ribeirão] para o PT, tratando-se da campanha de 2002, para presidente", diz trecho do depoimento a que a Folha teve acesso. Na não há registro da doação na Justiça Eleitoral. Para

a Promotoria, a omissão, se ocorreu, pode configurar crime eleitoral. Buratti não deu detalhes de valores pagos, mas falou como ex-vice-presidente do grupo Leão Leão. Seu depoimento reforçou a denúncia do ex-gerente financeiro da Villimpress Luciano André Maglia, que, em 2005, disse ter participado da produção de material para o PT pago pela Leão. Maglia envolveu no episódio dois ex-assessores de Palocci -Juscelino Dourado, seu ex-chefe-de-gabinete, e Donizeti Rosa, atual diretor da Serpro. Ambos negaram.

Buratti disse que repassou R\$ 800 mil da Leão Leão a dois candidatos a prefeito de Ribeirão. Ocorre que só foram registradas as doações de R\$ 327 mil para três candidatos: o petista Gilberto Maggioni (R\$ 100 mil), o tucano Welson Gasparini (R\$ 127 mil), atual prefeito, e o peemedebista Baleia Rossi (R\$ 100 mil). Todos terão a campanha investigada.

Esse registro está em documento apreendido na sede da Leão Leão em 2004 que informa o repasse de R\$ 500 mil para um suposto candidato identificado apenas como "RLP" e mais R\$ 300 mil para outro "RJP".

De acordo com Buratti, as observações "RJP" e "RLP" dizem respeito com certeza a contribuições de campanha para a Prefeitura

de Ribeirão Preto.

O advogado não esclareceu aos promotores e policiais quem seriam os dois candidatos. Em entrevista anterior, Gasparini, Baleia e Maggioni afirmaram que tudo o que foi gasto na campanha foi declarado à Justiça.

Na campanha do PT de Ribeirão, um dos fatos que sugerem o uso de dinheiro de caixa 2 foi a declaração do vereador de Ribeirão Beto Cangussu (PT), líder do PT na Câmara, que afirmou ter recebido dinheiro "não contabilizado" (R\$ 10 mil) das mãos de Donizeti Rosa, que também nega isso.

Colaborou **MARIO CESAR CARVALHO**, da Reportagem Local

Lula deverá se tornar recordista de nomeações

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá se tornar em breve o recordista no período democrático em indicações para o Supremo Tribunal Federal (STF). Até abril, deverá nomear 7 dos 11 ministros do Supremo. Ontem, o governo anunciou a escolha do quinto ministro indicado por Lula, o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo Enrique Ricardo Lewandowski. Antes, o presidente nomeou Cezar

Peluso, Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Em março, a sexta vaga deverá surgir com a aposentadoria do atual presidente do STF, Nelson Jobim. Ele tentará retornar à vida política depois de nove anos de Supremo. A sétima vaga poderá ser aberta em abril, com a aposentadoria de Sepúlveda Pertence. Ele ainda poderia ficar até 2007, quando completará 70 anos, mas tem dito a interlocutores que está cansado. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez três indicações para o Supremo Tribunal Federal. Itamar Franco e Fernando Collor nomearam, respectivamente, um e quatro ministros. O ex-presidente José Sarney indicou, ao todo, cinco ministros - desses, ainda estão na ativa Sepúlveda Pertence e Celso de Mello.

MARIANGELA GALLUCCI

Lula manda ministro fazer promessa e dribla vaias

Ao fim de solenidade no MEC, presidente pediu ao ministro Haddad que avisasse a manifestantes que reivindicações sobre carreira seriam atendidas

Lisandra Paraguassú
BRASÍLIA

Uma rápida negociação garantiu ontem de manhã aplausos em vez de vaias para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante uma cerimônia no Ministério da Educação. Sabendo que cerca de 150 manifestantes o aguardavam, Lula driblou a to-

dos ao chegar, usando uma entrada alternativa. Ao sair, enviou antes o ministro da Educação, Fernando Haddad, que prometeu atender ainda neste mês à reivindicação do grupo.

Lula foi ao ministério para uma cerimônia em que sancionou duas leis: a que amplia o ensino fundamental para nove anos e a que cria uma bolsa para professores de ensino fundamental da rede pública voltarem a estudar. Funcionários do Ministério da Cultura e de autarquias ligadas ao MEC o aguardavam, cobrando a criação de um plano de carreira.

Na entrada, o presidente escolheu passar pelo restaurante do ministério, com entrada pelos fundos, para evitar as vaías. Os manifestantes, no entanto, continuaram com as cobranças. Ao final da cerimônia, o ministro saiu antes do presidente, para conversar com os servidores e pôr fim aos protestos.

Haddad garantiu ao grupo que o plano de carreira sairá até o final do mês. "É uma reivindicação de mais de 20 anos dos servidores e hoje eu conversei com o Ministério do Planejamento e já há a autorização para levar adiante o projeto de lei", informou Haddad.

A negociação garantiu aplausos e gritos de "Lula lá", que acompanharam o presidente 15 minutos depois, quando ele deixou o ministério.

Chamado pelos manifestantes, agora mais amigáveis, Lula se aproximou do cordão

de isolamento que o separava dos servidores e ensaiou um corpo-a-corpo. Cercado de seguranças e jornalistas, porém, o presidente acabou desistindo da idéia.

INVESTIMENTO

Na cerimônia de sanção dos dois projetos, o presidente voltou a dizer que o seu governo está fazendo o que deveria ter sido feito há 15 ou 20 anos. "Tinha de acontecer agora, aconteceu agora. Eu acho que a educação está vivendo um momento auspicioso", ressaltou.

De acordo com o presidente, educação é investimento, não gasto. "Não existe, no planeta Terra, nenhum investimento mais importante do que a gente garantir que as crianças comecem a estudar no tempo delas começarem a estudar", discursou Lula.

A afirmação, feita ontem, durante entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura, foi uma justificativa à declaração dada à revista "IstoÉ" desta semana, de que "a ética do PT é roubar".

O tucano, que voltou a criticar ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT, afirmou que a frase foi "uma síntese do que a reportagem [da "IstoÉ"] tratava". "Se fala em prática generalizada do caixa dois, o que já é questionável. O que está em discussão é outra coisa. Se trata de um fluxo de recurso muito grande, que vem de várias fontes, entre as quais, fontes oficiais -dinheiro que saiu do governo e foi utilizado fora da campanha. Isso é o coletivo, é em nome da transformação do Brasil. A ética é essa: fazem isso porque, no fundo, acham que vão mudar o país", afirmou.

Ainda sobre denúncias de corrupção contra o PT e o governo Lula, FHC afirmou estar "indignado". "Estou tão indignado como todo mundo. É demais. Houve no Brasil uma série de processos, que foram sistêmicos. A indignação foi pequena", disse.

"Nunca vi algo semelhante ao depoimento do Duda Mendonça. Porque ele disse para todo mundo: "Eu recebi, recebi lá fora, tenho conta no exterior e usei na campanha". Quantos prefeitos foram destituídos pela Justiça Eleitoral por isso?", questionou.

O tucano, que elogiou a política econômica adotada pelo governo Lula, inclusive o pagamento antecipado da dívida com o país ao FMI (Fundo Monetário Internacional), afirmou que, se Lula não sabia do que foi denunciado no escândalo do "mensalão", é "ingênuo".

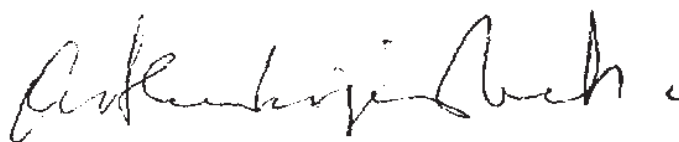
"É grave. Dado que foi tanto, por tanto tempo. Ou ele é muito ingênuo para ser presidente -e, portanto, não está preparado para ser presidente- ou ele sabia, o que é muito pior", disse.

Sucessão

Sobre o processo de escolha do candidato tucano que irá disputar a Presidência, polarizado entre o prefeito José Serra e o governador Geraldo Alckmin, FHC afirmou que não iria defender um candidato "em detrimento de outro".

Mas minimizou o efeito do documento assinado durante as eleições de 2004 por Serra, no qual o prefeito se comprometeu a terminar seu mandato à frente de São Paulo. "Não se deve fazer promessa desse tipo. Embaraça depois", disse o ex-presidente, que afirmou que promessas, assim, "não existem" na política.

Ainda sobre a disputa eleitoral, FHC descartou ser candidato na eleição deste ano, porque, segundo ele, seu tempo "já passou". Numa eventual vitória de Serra, o ex-presidente disse que ajudaria o prefeito a governar o país.



ANEXO (MATÉRIAS DE O ESTADO DE S.PAULO, 08/01/2006 e 10/02/06)**Democracia ainda corre riscos no País,
diz FHC****Na avaliação do tucano, País não aprendeu com
escândalos e sistema político 'está se esgotando'***Carlos Marchi*

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que o Brasil "não pode continuar com um sistema político divorciado da realidade social do País e incapaz de responder às demandas sociais". Ao abrir o projeto "Presidentes da América Latina", no Memorial da América Latina, em São Paulo, ele falou sobre o tema "Evolução do Processo Democrático na América Latina". Não citou nomes de adversários, mas voltou à carga. "Os episódios a que assistimos nos últimos meses são dramáticos e as lições que tiramos deles são muito pequenas."

"Não podemos deixar que o nosso sistema político se esgote, e ele está se esgotando", advertiu o ex-presidente. "Quando a população assiste aos fatos na TV, fica insensível e diz 'isso é lá com eles', é hora de as lideranças democráticas enfrentarem esse sinal com força." Para ele, existem sérios riscos de deslegitimação do atual sistema político e de seus representantes, pela insistência em recorrer ao salvacionismo e pela incapacidade do sistema de responder às demandas da sociedade.

Fernando Henrique pregou um esforço conjunto das forças políticas para atualizar as instituições e criar

mecanismos capazes de compatibilizar as demandas da população com a capacidade de resposta do sistema político. E cobrou uma agenda composta por problemas atuais. Citou a educação como área capaz de dar, ao Brasil, competitividade diante de seus concorrentes.

OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS

Ele cobrou a construção de um sistema político capaz de ocupar todos os espaços sociais: "Não é possível ter territórios de nosso país e de nossas cidades sem controle do Estado." E reclamou a necessidade de um Judiciário mais ágil.

O ex-presidente citou o exemplo do Chile como país que conseguiu moldar um sistema político maduro, em que as forças políticas "tiveram capacidade para definir um conjunto de objetivos mínimos e perseverar neles". E cobrou o empenho das forças políticas brasileiras para construir convergências: "Nós conseguimos certa convergência na área econômica", disse. Mas nas outras áreas, observou, nada foi alcançado.

Ele advertiu que as novas formas de sociabilidade, estimuladas pelos novos meios de comunicação, exigem uma democracia capaz de entender a rapidez com que as demandas se formam e de dar respostas ágeis a essas demandas. "Com a internet, é quase impossível controlar o fluxo de idéias e informações", disse.

Segundo o ex-presidente, como as estruturas políticas não conseguem dar respostas adequadas e rápidas, passam ao País o sentimento de que o sistema não dá conta do recado. Cria-se um vazio entre os sentimentos do povo e as esferas do poder e o poder fica mais flutuante. "Isso é perigoso, porque pode gerar crise de legitimidade", disse.

Amazônia ainda espera respostas

Washington Novaes

No início desta semana, por escassa maioria (221 votos a 199), a Câmara dos Deputados deu sua aprovação final ao projeto de lei do Executivo de gestão de florestas públicas, que lhe permitirá conceder até 50 milhões de hectares de florestas, principalmente na Amazônia, para empresas privadas, por até 40 anos.

Embora o projeto tenha recebido apoio de parte das organizações ambientalistas no País e fora, a polémica continua acesa. E seguem sem resposta convincente quase todas as questões levantadas por cientistas e instituições e seguit comentadas ao longo dos dois últimos anos, principalmente (o projeto de concessão de florestas foi anunciado pela primeira vez ainda no governo anterior).

Do ponto de vista político-institucional, o professor Sérgio Abranches, da UFRRJ, publicou em *O Eco* (4/2) análise difícil de contestar. "Um governo que está acabando", argumenta ele, "não pode garantir que será implementada

É difícil falar em manejo sustentável num ecossistema tão complexo

uma política de longo prazo que porá na rua no apagar de suas luzes." Mais apropriado, pensa ele, teria sido levar à prática todos os instrumentos legais e o aparelho institucional já existentes - em suma, fazer cumprir a lei. Para o professor Abranches, três razões levam a supor que o projeto tende ao fracasso: 1) a falta de consenso acerca do risco no próximo governo; 2) é ilusório crer que se mudará com um papel a situação de falência do Estado e da autoridade pública, principalmente na Amazônia; e 3) a inadequação do projeto diante do quadro complexo e de extrema gravidade. Como observa ele, se leis fossem cumpridas, a Amazônia não enfrentaria o que enfrenta.

Diffícil responder. Principalmente porque, quase sempre que se lê ou ouve qualquer justificção, ela se baseia no que se poderia chamar de "teoria do já que". Ou seja, já que "não há outra solução", já que "como está não pode ficar", já que "é preciso ter apoio da classe política e empresarial da Amazônia, assim como da indústria da madeira". Ou, como recentemente resumiu o diretor do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente ao portal *EcoTerra*, "não há para onde correr".

Talvez haja. Mas não se encontrará a saída fugindo dos

questionamentos de cientistas e de outros conhecedores da questão. Pode-se começar lembrando o que disse o professor Aziz Ab'Saber, reconhecido como um dos cientistas que mais sabem da Amazônia: "É um crime histórico", afirmou ele, "uma ameaça de catástrofe" - lembrando que mais de 40% de terras públicas na Amazônia permitiriam formular e executar um programa exemplar de conservação, sem necessidade de entregar a gestão - que, no seu entender, estimulará a exploração intensiva da floresta nas áreas próximas às rodovias e levará à perda da biodiversidade. A seu ver, as áreas concedidas jamais voltarão ao domínio público, após 40 anos de concessão. E não há país que tenha entrado por esse caminho e não tenha perdido a floresta.

Com a experiência de administrar a área do meio ambiente em governos federal e estadual, além de ONGs, Maria Teresa Jorge Pádua lembra que já existem 19 milhões de hectares de florestas "que nunca puderam ser objeto de concessão por falta de regulamentação fundiária e plano de manejo". Por que não se fez isso? Em sua opinião, a afirmativa de que só se vai tirar mais dez mil hectares em cada lote e voltar 30 anos depois é absurda. É preciso abrir estradas dentro da floresta, manter áreas desmatadas para administração, habitação, oficinas, garagens, etc. Como já ocorre nos atuais projetos de manejo, nos quais nem sempre os limites são obedecidos.

Tanto o almirante Tisken Quimbo Cármona como o cientista Rogério Griebel, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), argumentam que com o manejo seletivo será introduzido um processo de "evolução às avessas" em cada área, partindo dos exemplares mais fracos remanescentes. E sem saber o que acontecerá com a biodiversidade geral de cada área.

Não Higuchi, também do Inpa, e o escritor amazônida Thiago de Mello acham temerário falar em manejo sustentável num ecossistema onde o tempo de maturação pode variar entre 200 e 1.400 anos - e ninguém estudou isso em cada área. Também Antônio M. Ferreira, da Uerj, e Enéas Salati, da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), concordam que "existem muitas Amazonas". Não se pode correr o risco de uma abordagem única num dos ecossistemas "mais complexos e frágeis" do planeta.

Deborah Lima (UFMG) e Jorge Pozzobon (Museu Paraense Emílio Goeldi), este já

falecido, chamam a atenção: a mais alta sustentabilidade na Amazônia está nas áreas indígenas; a mais baixa, em grandes projetos, inclusive de concessão de florestas. E o agrônomo Ciro F. Siqueira adverte que a devastação na Amazônia não será detida por nenhum caminho se não se conseguir superar uma questão: desmatar e explorar ali um hectare invadido ou grilado custa entre R\$ 200 e R\$ 300 (porque não se pagam nem a terra nem impostos, se avilta o custo da mão-de-obra), enquanto a exploração legal custa no mínimo R\$ 700 por hectare (preço da terra, impostos, custos trabalhistas).

E a própria Federação Brasileira de ONGs e Movimentos Sociais, em carta ao Ministério do Meio Ambiente em agosto de 2005, apontou "o abandono e o esvaziamento do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento" em todas as suas linhas.

Parte do que acaba de ser repetido está em dois números (53 e 54) da revista do Instituto de Estudos Avançados da USP e foi condensada neste espaço ao longo de dois anos. E tudo continua sem resposta. "Não há para onde correr"? e

Washington Novaes é jornalista. E-mail: wtnovaes@uol.com.br

FHC tem razão...

João Mello Neto

"A ética do PT é roubar."

Por causa desta frase o Partido dos Trabalhadores pretende processar criminalmente Fernando Henrique Cardoso. FHC já anunciou que vai se defender alegando "exceção da verdade", ou seja, vai dizer que não calcula ninguém, uma vez que nada mais disse que não o óbvio e comprovado. O ex-presidente pode ter lá seus defeitos, mas ninguém pode acusá-lo de verborragia ou de falar sem pensar. Escutado em décadas de vida política, ele escolhe cuidadosamente as palavras e as opiniões que exprime, principalmente em público. Em outra ocasião, ele explicou o seu conceito: os petistas, por acreditarem plenamente que estão fazendo o melhor para o Brasil, se entendem no direito de cometer deslizes éticos e morais.

Faz sentido. Os petistas - ao menos a maioria - são diferentes dos corruptos convencionais. Eles não roubam para si, mas sim para a "causa". E isso lhes permite dormir com a consciência tranqüila.

A "causa" é, sem dúvida, grandiosa. Implica transformar o Estado para, por meio deste, reformar a sociedade e com isso reconstruir a própria natureza humana.

O raciocínio é o seguinte. O ser humano, em seu estado natural, é fraterno, generoso, solidário e bom. O surgimento do capi-

talismo fez com que o homem se tornasse individualista, ganancioso, egoísta e perverso. Segundo o materialismo histórico, a infraestrutura econômica molda a "superestrutura" social. Se a sociedade em que vivemos é injusta, injusta e cruel, isso se dá em razão da sua base econômica capitalista. O Estado, segundo essa lógica, não é um e público imparcial, neutro e impessoal. Ele existe para servir aos interesses da classe dominante, qual seja, a minoria burguesa que detém o capital e os meios de produção. Para mudar tudo isso se faz necessário, em primeiro lugar, conquistar o Estado. Uma vez que este esteja nas mãos da classe proletária, ele deve ser usado para abolir as instituições capitalistas. Eliminadas estas, cessa a exploração dos trabalhadores pelos seus patrões. Extinta a exploração, os humanos podem ser reeducados para voltar a ser iguais, altruístas e vocacionados exclusivamente para o bem comum, ou seja, o interesse da coletividade. Todos, então, serão felizes. O que se pretende, aqui, é nada menos que a construção do Paraíso na Terra.

Esta, em síntese, é a Grande Causa. Por ela, e em nome dela, vale a pena sacrificar a própria vida, se necessário for. Se os seus acólitos se dispõem a tanto, o fato é que quem pode o mais pode o menos. Matar, roubar, trair e mentir, tudo isso são pecadinhos menores quando o que está em jogo é o futuro da Causa e, por conseguinte, o da própria Humanidade.

Os petistas, embora não tenham o fervor e a fúria determinação de um Lenin ou de um Stalin, carregam na alma um forte pendão revolucionário. O pensamento marxista está no DNA do PT. E, embora não se disponham a pagar em armas pela Causa, eles acreditam nela e por ela se propõem a um grande leque de expedientes. Expedientes estes que vão muito além do que nos permite a noção "estreita" moralidade burguesa.

O que o professor Fernando Henrique Cardoso - um profundo e autorizado conhecedor do pensamento e da prática marxistas - quis ressaltar, diz é que "a ética petista permite roubar". E permite mesmo, desde que o roubo se dê em nome da Causa. Trata-se simplesmente de "extrair dinheiro da burguesia para usá-lo contra a própria burguesia".

Nos meus tempos de universitário, no final dos anos 70, eu me lembro perfeitamente de que os professores e estudantes marxistas torciam o nariz para as minhas indignações "moralistas". Corrupção, para eles, era um problema secundário. "O verdadeiro roubo", diziam, "é a exploração do proletariado pela burguesia". Foi essa gente que poucos anos depois fundou o PT. O partido, nos seus primor-

dios, não tinha entre suas bandeiras de luta a questão da ética e da moralidade. "Isso é bobagem de 'tudenista'", diziam eles, com desprezo.

Os anos se passaram e, por uma questão de estratégia política, o PT acabou por fazer da ética um de seus principais lemas. Baseou-se por ela com mais fervor do que a antiga UDN, a quem tanto desdenhava. Seria por convicção? Sinceramente, não creio. O pensamento marxista é omissivo quanto a isso. O mais provável é que tenham percebido que o lema da moralidade rendia preciosos votos na classe média. E se agarraram a ele como a uma tábua de salvação.

Agora, ao chegar ao poder, a questão teve de ser revista. O que era mais importante? A Grande Causa Proletária ou a bandeira moralista de ocasião? Sempre que esta criava obstáculos para a consecução daquela, não duvidaram em optar pela primeira.

Ora, a democracia não é um regime de fins - por mais nobres que sejam - mas sim de meios. Seu mais fundamental

Pela Causa, o PT se propõe a um grande leque de expedientes

princípio é aquele que reza que: "A Justiça não é justa quando alcançada por meios justos."

Como ficam, então, os petistas, muitos dos quais ainda acreditando que, em nome da Causa, "os fins justificam os meios"?

Muito mal, é claro. Não é simples coincidência o fato de que, em todas as nações onde se adotou o marxismo, a democracia teve de ser abolida.

O PT, embora nascido na redemocratização, é um partido cujos militantes autênticos são muito pouco propensos ao sacrossanto respeito às instituições democráticas. E, já que é assim, o melhor a fazer é devolvê-las para a oposição. A "Revolução de Outubro" vem ali! Mas nada de entusiasmos! O melhor será como a Rússia, de 1917. Outubro, no Brasil, é mês de eleições. Os bravos revolucionários não vão, desta vez, tomar o Palácio de Inverno. O que eles vão tomar, isto sim, é o caminho do Inferno.

Receba o meu livro - última oportunidade

Quem quiser receber, sem nenhum custo, um livro meu sobre o pensamento liberal, escreva para melloa@uol.com.br ou ligue para o fone/FAX: (11) 3845-1794.

João Mello Neto, jornalista, foi deputado federal, secretário e ministro de Estado e-mail: j.mello@uol.com.br

FÓRUM DOS LEITORES

Atenção: Avenida Eng. Caetano Álvares, 55, 6.º andar, CEP 02598-900

011 3856-2920

forum@estado.com.br

Lista de Fumas

Sai não! Será que a tal lista de Fumas não seria a mesma que o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) tentou espertamente plantar na CPMI dos Correios, logo no início dos trabalhos, quando foi desmascarado por um de seus colegas? Acho que deveriam investigar, pois me lembro de que a tal lista foi repudiada como falsa, obrigando o deputado, autor da manobra, a pedir demissão do cargo que tinha na comissão.

WALTER D. MARTINS

wdmartins@uol.com.br

São Paulo

Ética do PSDB

Quem ouve o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso

falar tem a impressão de que

o senador Eduardo Azeredo

não é do PSDB!

LEÃO MACHADO NETO

leao@uol.com.br

São Paulo

Lula não responde

cita não tem como desmentir

que o PT, pelo qual ele eleito

presidente, manteve apoio ao

governo à custa de dinheiro

público, como apontou FHC,

sem como desmentir o próprio

PT, que confessou que boa

parte do dinheiro em questão

servia para pagar dívidas do

governo, o que, inequivocamen-

te, configura roubo.

WALDIR VIEIRA

wvieira13@uol.com.br

São Paulo

Soberba

Parece que FHC não aprendeu a

lição quando se sentou na cadeira

do prefeito de São Paulo,

sem antes conhecer o resultado

das urnas - deu Jânio Quadros.

Foi uma humilhação. Nem assim

ele deixou a soberba de lado.

Agora, fora do governo, anda

melindoso os pés pelas mãos. In-

conformado com o fato de que a

economia do País, apesar dos

problemas políticos, está dando

certo, o que não ocorreu durante

seu governo, anda falando muita

bobagem. Pura vaidade e inveja.

Onde está a grandeza de um ho-

mem que um dia ajudou a restau-

rar a democracia neste país?

Deixe de lado essa soberba e

entre para a História como um

estadista! Quem sabe sua vida

não se transforma numa minissé-

rie, a exemplo do ex-presidente

Juscelino Kubitschek?

SEBASTIÃO MAGALHÃES DE ALMEIDA

sebastiao@uol.com.br

São Paulo

Não sei de nada

Lula e o ministro da Integração

Nacional, Ciro Gomes, estão

atuando bem ao estilo PT em

relação a FHC. "Não sabem"

por que o ex-presidente tem

feito declarações tão agressivas.

Ora, que cinismo! Lula não tem

feito outra coisa senão atacar

FHC e seu governo nos palan-

quês diários. Deveria ficar sem

resposta? Quem fala o que quer

ouve o que não quer! É só poder

ser algum tipo de beldadeira

Ciro Gomes atribuir as respos-

tas do ex-presidente ao "munda-

nismo e vulgaridade". Tivemos

uma verdadeira overdose de

vulgaridade nestes últimos três

anos, isso sim! Por favor,

senhores, parem!

CRISTINA AZEVEDO

cristina@netnet.com

Florianópolis

A demagogia e o PT

Após as declarações de FHC,

membros do PT iniciam seu

motim regado a discursos demagó-

gicos. Enquanto oposição, critica-

vam, esbarravam, mas não

sugeriam. O PT é o típico parti-

do de ditadura, dono da razão e

fechado a qualquer ideia que vá

de encontro aos seus ideais, tam-

que os professores e estudantes

abandonados, esquecidos após

a chegada ao poder a um custo

altíssimo. Pago, logicamente,

pela população, sobretudo a

classe média que paga com seu

suor e impostos os crimes de

uma das mais abomináveis histó-

rias de corrupção. O momento,

senhores, não é para ficar indig-

nado com as declarações de

FHC ou de quem for, e sim de se

indignar e se envergonhar deste

tsunami de corrupção. Basta!

ALEXANDRE WITTEBLODT

gatochina@yahoo.com

São Paulo

Por que só agora?

A ex-assessora do PT de Londri-

na Soraya Garcia (9/2, A4) co-

mete dois deslizes: 1) se não

tem mais nada a dizer sobre o

que está acusando, deveria ficar

calada; 2) na época, quando

O SR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos princípios da Administração Pública consagrados em nossa Constituição é o princípio da publicidade. Todo e qualquer ato de entidade da esfera pública só é perfeito no momento em que é dado a público, salvo quando a lei restringir a sua publicidade.

Nesse particular, a publicação de relatórios de gestão periódicos por parte dos órgãos públicos vem se tornando, para além de uma obrigação, um hábito extremamente saudável. Quando os resultados auferidos por um determinado órgão são positivos e superam as expectativas, outros fatores, como a satisfação profissional e a sensação do dever cumprido, acrescentam-se a essa equação.

Esses sentimentos, tenho certeza, foram experimentados pela Doutora Maria Stella Gregori e por todos os demais servidores da Diretoria de Fiscalização (DIFIS) da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) por ocasião da publicação do “Relatório de Gestão 1999-2002/2003-2005” daquela diretoria, que tive a satisfação de receber em dezembro do ano passado.

O relatório cumpriu uma dupla finalidade, conforme somos advertidos em sua introdução. Em primeiro lugar, é a prestação de contas das atividades da Diretoria de Fiscalização da ANS entre 1999 e 2005, período em que a Doutora Gregori esteve à frente da DIFIS. Além disso, o relatório foi concebido pela Doutora Gregori e sua equipe como uma ferramenta para auxiliar na transição para o mandato do novo diretor.

O exame do documento deixa claro que ambos os objetivos foram contemplados. Trata-se de um informe-relatório com todas as informações essenciais a respeito das atividades da DIFIS nos últimos seis anos.

O informe é iniciado com uma explanação concisa e instrutiva a respeito dos objetivos da ANS e dos instrumentos utilizados por essa agência para exercer suas funções regulatórias no mercado dos planos privados de assistência à saúde.

Frise-se que a tarefa da ANS está entre as mais delicadas da administração pública. O setor de planos de saúde envolve mais de 2.000 mil empresas operadoras, milhares de médicos, dentistas e outros profissionais, hospitais, laboratórios e clínicas. O número de usuários ultrapassa os 35 milhões e as cifras movimentadas anualmente pelo setor ultrapassam, desde 2004, a casa dos 30 bilhões de reais.

Uma estrutura desse porte, Senhor Presidente, demanda um trabalho de regulação extremamente cuidadoso, especialmente se considerarmos que se está tratando de nada menos que a saúde e a vida humanas por detrás da abstração dessas cifras. A postura da ANS, nesse particular, é desenvolver estratégias que inibam

as irregularidades, mas que não se limitem apenas às punições decorrentes de denúncias isoladas.

Fiscalizar todas as empresas operadoras durante todo o tempo não é possível – e, ainda que o fosse, os custos seriam proibitivos e inviabilizariam a atividade. Dessa forma, a ANS desenvolveu dois programas para maximizar os resultados de suas fiscalizações: o Programa Cidadania Ativa e o Programa Olho Vivo. O primeiro é um programa de fiscalização reativa, que responde a denúncias e demandas dos consumidores feitas pelos canais de comunicação que a ANS mantém abertos com a sociedade. Até setembro de 2005, o programa já havia recebido 47.000 mil denúncias, que resultaram na instauração de mais de 9.000 mil processos.

O Programa Olho Vivo, por sua vez, tem uma característica pró-ativa: trata-se de um modelo inovador de fiscalização planejada e contínua, que tem trazido resultados expressivos à agência. De sua implantação em 2002 até setembro de 2005, o programa realizou 2. mil 135 ações de fiscalização.

Os canais de comunicação entre a ANS e os consumidores estão permanentemente abertos, com destaque para o Disque-ANS. Mas merecem destaque, igualmente, outras ações elaboradas pela agência para estreitar a relação agência—cidadão, como os constantes contatos realizados pela DIFIS com os órgãos de defesa do consumidor e projetos como o Parceiros da Cidadania, que, em cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, beneficiou indiretamente cerca de 23 milhões de consumidores.

A terceira e a quarta partes do relatório esmiúçam a estrutura e o funcionamento da Diretoria de Fiscalização. Lendo esses capítulos, tomamos conhecimento de todo o processo de implantação da DIFIS e descobrimos que, desde o início, o trabalho dessa diretoria pautou-se pela racionalidade e pelo profissionalismo.

Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar este pronunciamento parabenizando a Doutora Maria Stella Gregori e a toda a sua equipe pelo belíssimo trabalho desenvolvido pela Diretoria de Fiscalização da ANS ao longo dos últimos anos. Não é fácil criar, a partir do zero, uma estrutura capaz de fiscalizar um setor tão complexo e delicado quanto o dos planos de saúde. Os resultados mostrados pela imprensa e pelo relatório que tenho em mãos são a evidência de que o trabalho desenvolvido pela ANS e por sua Diretoria de Fiscalização correspondeu às expectativas da sociedade brasileira.

Muito obrigado pela atenção!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apresentar aqui algumas idéias para melhorar o sistema previdenciário do Brasil, que, como todos

sabemos, é injusto. Os aposentados brasileiros, na sua esmagadora maioria, recebem remuneração indigna.

Inicialmente, eu diria que é preciso corrigir as distorções e injustiças atuais de modo a assegurar uma previdência pública que tenha mesmo um caráter social, voltada principalmente para atender as camadas mais humildes daqueles que vivem do seu trabalho.

O ideal seria que tivéssemos um sistema previdenciário obrigatório, social, solidário, público, e amplo de forma a integrar a todos os que vivem do trabalho.

Essa previdência deveria abranger desde os presidentes dos Três Poderes até mais os mais humildes dos trabalhadores, sejam eles da economia informal, sejam eles trabalhadores da chamada economia formal.

Creio que essa aposentadoria deveria atender, indistintamente, tanto ao setor público quanto ao setor privado, seja no campo, seja na cidade, exerça a pessoa uma função militar ou civil.

Do mesmo modo ela deveria abranger a totalidade dos servidores públicos: federais, estaduais ou municipais.

Para controle dessa aposentadoria única, o governo teria todos os muitos cadastros nacionais. Como CPF, CPMF, FGTS. Sem falar, claro, nos cadastros das secretarias estaduais de segurança.

O controle do sistema caberia ao INSS, mas para verificar seu funcionamento participariam: o governo, os trabalhadores da ativa, os aposentados e os empresários.

O financiamento dessa aposentadoria única viria de contribuições: de associados, de empresas e também de tributos específicos. O Tesouro Nacional ficaria de fora.

Os trabalhadores que desejassem uma aposentadoria acima do limite de dez salários mínimos participariam em, em caráter facultativo, de fundos de pensão, que poderiam ter fixado um teto de contribuição e benefícios.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 142, de 2006 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2005 (nº 4.514/2004, na Casa de origem), que *dispõe*

sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Dependendo de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Fernando Bezerra, e de Agricultura e Reforma Agrária.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 157, de 2006 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2006 (nº 4.186/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os limites do Parque Nacional de Brasília.*

Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Agradecendo a Deus, a todos os servidores e aos Parlamentares desta Casa, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 31 minutos.)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

13-2-2006

Segunda-feira

12:30 - Almoço em comemoração a posse da nova Diretoria da Câmara de Comércio Americana para o Brasil, a convite do Presidente Sidney Levy

Av. Presidente Antonio Carlos, 501 – 10º andar
Edf. Jokey Clube – Centro – Rio de Janeiro

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa
Plenário do Senado Federal

18:30 – Senhor Roberto Antonio Busato, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

- ⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.
- ⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.
- ⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- ⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- ⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3318-8232 Fax: (55) (61) 3318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 140 PÁGINAS